



CATÓLICA PORTO  
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

*Entrevista Forense com crianças abusadas:  
Contributos para a adaptação do Protocolo do  
NICHD ao contexto português*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção  
do grau de Mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

*Raquel Cunha Pacheco*

Porto, Julho de 2012



CATÓLICA PORTO  
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

*Entrevista Forense com crianças abusadas:  
Contributos para a adaptação do Protocolo do  
NICHD ao contexto português*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do  
grau de Mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

*Raquel Cunha Pacheco*

Trabalho efectuado sob a orientação de

*Prof. Doutora Raquel Matos*

*Mestre Catarina Ribeiro*

Porto, Julho de 2012

## AGRADECIMENTOS

Um agradecimento muito especial à Mestre Catarina Ribeiro, sem a qual este percurso não teria existido. Obrigada por toda a orientação, dedicação e confiança depositadas em todo o meu trabalho.

Obrigada...

Ao Professor Doutor Carlos Peixoto, pelas dicas, pelo rigor científico dos seus ensinamentos e pela segurança oferecida.

Às pessoas mais importantes da minha vida, os meus pais, que sempre me apoiaram e me motivaram a continuar.

À minha irmã (não menos importante), pelas constantes palavras de carinho e por toda a ajuda que proporcionou.

Ao Tiago, pela sua dedicação constante, profunda amizade e extrema paciência.

À Catarina e à Raquel, que mesmo na mesma situação não descuraram as suas palavras de apoio e motivação.

A todas as crianças envolvidas no estudo que o tornaram possível.

À Universidade Católica Portuguesa e ao Instituto Nacional de Medicina Legal – Delegação do Norte, que me deram esta fantástica oportunidade.

## RESUMO

O abuso de crianças revela-se como um problema a nível mundial, afetando milhões de crianças todos os anos. Provas médicas são escassas, sendo a criança, na maioria das vezes, a única fonte de informação disponível. Este fenómeno demonstra a sua delicadeza através das dinâmicas da situação abusiva que acarreta bem como do contexto de secretismo e das consequências psicológicas em que se inscreve. Assim, a entrevista investigatória com a criança abusada é um método que deve ser tido por excelência. Pelas limitações que certas técnicas de investigação têm vindo a demonstrar, foi construído um protocolo de entrevista forense (pelo NICHD - National Institute of Child Health and Human Development) com vista o aumento da organização e da qualidade da entrevista. Para além de evitar a vitimização secundária da criança, tantas vezes presente nestes casos, o protocolo tem como objetivo a implementação de uma entrevista de carácter urgente, socorrendo-se do máximo de questões abertas e do mínimo de informação introduzida pelo entrevistador.

Para além do levantamento dos benefícios da aplicação deste protocolo conseguidos ao longo dos anos, pretende-se que, com o presente estudo, se contribua para a adaptação e aplicação do protocolo do NICHD ao contexto português e se compreenda a relação entre a tipologia de questões utilizadas pelo entrevistador e a forma como a criança tende a responder a esta tipologia.

Através da entrevista a uma amostra de 13 crianças alegadamente vítimas de abuso sexual ou físico, fez-se uma análise quantitativa e uma análise de conteúdo tradicional de cariz qualitativo para a compreensão da tendência dos entrevistadores em utilizar certas questões, a influência que o seguimento das orientações do protocolo pode ter na prestação da criança e certas dinâmicas envolvidas na entrevista.

Palavras-chave: abuso de crianças, entrevista investigatória, vitimização secundária, protocolo de entrevista forense do NICHD

## ABSTRACT

Child abuse is a worldwide problem, affecting millions of children every year. Medical evidence is rare, being the child most often the only source of information available. This phenomenon demonstrates its sensitivity through the dynamics of the abusive situation, the secret context and psychological consequences as it is part. The investigatory interview with the abused child is an approach to be taken for excellence. The limitations that certain investigative techniques have been demonstrated throughout the literature reveal a necessity to build an interview protocol (NICHD's - National Institute of Child Health and Human Development) in order to increase the organization and the quality of the interview. In addition to avoid secondary victimization, often present in such cases, this protocol aims to implement an urgent interview that highlights the presence of open ended questions, and absence of information introduced by the interviewer.

For a survey of the benefits of applying this protocol, it is intended that the present study improve the adaptation and application of the NICHD protocol to the Portuguese context and understand the relationship between the types of questions used by the interviewer and how the child tend to respond them.

Through interviews with a sample of 13 children alleged victims of sexual or physical abuse, with a quantitative analysis and a traditional content analysis of a qualitative nature, we intend to understand the influence that following the guidelines of the protocol may have on the child's words and certain dynamics involved in the interview.

Keywords: Child abuse, forensic interviews, secondary victimization, the NICHD forensic interview protocol

# ÍNDICE

---

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Introdução .....	1
1. Enquadramento Teórico .....	2
1.1 Evolução do conceito de abuso de crianças .....	2
1.2 A entrevista forense com a criança abusada.....	4
1.3 O protocolo do NICHD (National Institute of Child Health and Human Development)....	4
1.3.1 O seguimento da entrevista .....	6
1.3.2 Tipo de questões.....	8
1.3.2.1 O fenómeno da Sugestionabilidade.....	9
1.3.2.2 Benefícios do uso de Questões Abertas .....	11
2. Metodologia .....	15
2.1 Objetivos do estudo.....	17
2.2 Amostra.....	18
2.3 Critérios de inclusão.....	18
2.4 Considerações Éticas.....	19
2.5 Procedimentos .....	19
2.6 Instrumentos.....	20
3. Apresentação e discussão dos resultados .....	22
3.1 Análise quantitativa.....	22
3.1.1 Estatística descritiva.....	23
Tipo de questões.....	24
Declarações da criança .....	24
Quantidade de detalhes.....	25
3.1.2 Estatística Inferencial .....	25
Género .....	26
Idade .....	28
Tipo de abuso .....	29
Revelação do abuso .....	31
Relação com o alegado abusador .....	33
3.2 Análise qualitativa.....	34

3.2.1 Preparação do contexto da entrevista .....	36
3.2.2. Investigação do evento .....	37
3.2.3 Conclusão da entrevista.....	42
4. Conclusões .....	43
Bibliografia .....	51
ANEXOS.....	58
ANEXO 1 – Tabelas da Estatística descritiva e da Estatística inferencial.....	59
<i>Tipo de questões</i> .....	60
<i>Declarações das crianças</i> .....	60
<i>Quantidade de detalhes</i> .....	61
<i>Género</i> .....	62
<i>Idade</i> .....	64
<i>Tipo de abuso</i> .....	69
<i>Revelação do abuso</i> .....	71
<i>Relação com o alegado abusador</i> .....	73
ANEXO 2 – Guião de entrevista Forense do NICHD.....	75
ANEXO 3 – Exemplo de uma transcrição de entrevista .....	98

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Frequências (percentagens) dos tipos de questões que o entrevistador usou nas entrevistas.....	60
Tabela 2 - Frequências (percentagens) do tipo de declarações das crianças durante as entrevistas .....	60
Tabela 3 - Frequências (percentagens) do número de detalhes dados pelas crianças consoante cada tipo de questão .....	61
Tabela 4 - Diferenças entre as crianças do sexo feminino e as crianças do sexo masculino quanto à aplicação de cada tipo de questão.....	62
Tabela 5 - Diferenças entre as crianças do sexo feminino e as crianças do sexo masculino quanto ao tipo de declarações das crianças .....	62
Tabela 6 - Diferenças entre as crianças do sexo feminino e as crianças do sexo masculino quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão.....	63
Tabela 7 - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto à aplicação de cada tipo de questão a) .....	64
Tabela 8 - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto à aplicação de cada tipo de questão b) .....	65
Tabela 9 - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto ao tipo de declarações das crianças a).....	66
Tabela 10 - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto ao tipo de declarações das crianças b) .....	66
Tabela 11 - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão a) .....	67
Tabela 12 - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão b) .....	68
Tabela 13 - Diferenças entre crianças abusadas sexualmente e crianças abusadas fisicamente quanto à aplicação de cada tipo de questão.....	69

Tabela 14 - Diferenças entre crianças abusadas sexualmente e crianças abusadas fisicamente quanto ao tipo de declarações das crianças .....	69
Tabela 15 - Diferenças entre crianças abusadas sexualmente e crianças abusadas fisicamente quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão .....	70
Tabela 16 - Diferenças entre crianças que revelaram o abuso e crianças que não revelaram quanto à aplicação de cada tipo de questão .....	71
Tabela 17 - Diferenças entre crianças que revelaram o abuso e crianças que não revelaram quanto ao tipo de declarações das crianças .....	71
Tabela 18 - Diferenças entre crianças que revelaram o abuso e crianças que não revelaram quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão .....	72
Tabela 19 - Diferenças entre crianças abusadas intrafamiliarmente e crianças abusadas extrafamiliarmente quanto à aplicação de cada tipo de questão.....	73
Tabela 20 - Diferenças entre crianças abusadas intrafamiliarmente e crianças abusadas extrafamiliarmente quanto ao tipo de declarações das crianças .....	73
Tabela 21 - Diferenças entre crianças abusadas intrafamiliarmente e crianças abusadas extrafamiliarmente quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão.....	74

## INTRODUÇÃO

Segundo os dados da Organização Mundial de Saúde, o abuso de crianças é um problema a nível mundial e afeta milhões de crianças todos os anos (Powell *et al.* 2010). Provas físicas ou medicamente relevantes são raras e as testemunhas muito pouco frequentes, sendo a criança a única fonte de informação (e.g. Lamb *et al.*, 2003; Lamb *et al.*, 2007a; Hershkowitz, 2007a; Powell *et al.*, 2010). A procura de provas sobre a situação de abuso através da própria criança é, desta forma, uma tarefa altamente especializada que envolve várias técnicas e competências (LaRooy, 2010; Powell *et al.*, 2010). Este fenómeno torna-se bastante delicado pelas dinâmicas da situação abusiva que acarreta, bem como o contexto de secretismo em que se pode inscrever e as consequências psicológicas que advém de todo o processo de sinalização e intervenção (Ribeiro, 2009). Ainda é patente a carência de preparação que o sistema jurídico em Portugal tem sobre estas situações. Tal carência demonstra-se bastante evidente quando a criança desoculta a situação abusiva e é chamada a pronunciar-se em contexto judicial (Idem). Por se saber que raramente existe outra evidência sobre um caso de abuso de crianças, o uso de entrevistas investigatórias com crianças é a forma de conseguir respostas suficientemente longas, detalhadas e precisas, que sejam preciosas em meio jurídico (e.g. LaRooy & Dando, 2010; Myklebut & Bjørklund, 2010).

No decorrer de uma investigação já em desenvolvimento, relacionada com a adaptação de um protocolo de entrevista forense aplicado a crianças vítimas de abuso criado pelo NICHD (National Institute of Child Health and Human Development), ambiciona-se o estudo de diversas variáveis que estão patentes na qualidade de toda a entrevista, variáveis estas dependentes da estrutura de condução e do conteúdo da mesma. Para que tal seja possível, ambiciona-se uma recolha sobre os principais benefícios do uso deste protocolo e suas vertentes em contexto português, para que se consiga chegar ao objetivo geral de contribuir para a adaptação do protocolo do NICHD ao contexto português e a objetivos específicos, tais como, treinar a aplicação da entrevista com vista a recolha de dados sobre o fato e monitorizar as entrevistas estabelecidas, de forma a criar um padrão relativo à tipologia das questões escolhidas pelo entrevistador.

De seguida pretende-se fazer uma revisão da literatura sobre os conceitos retratados, de forma a fundamentar o estudo empírico que está a decorrer.

# 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

## 1.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ABUSO DE CRIANÇAS

O abuso de crianças não é um fenómeno recente, nem sequer está associado a qualquer período histórico (Wolf, 1999; Ribeiro, 2009). A resistência em aceitar o mau trato como um problema social e pessoal levou a uma continua prática de múltiplas formas de violência, e contribuiu para o tardio aparecimento de uma sociedade que intolera o mau trato (Ribeiro, 2009). A forma como a justiça lida com tais questões tem vindo a acompanhar as alterações históricas e sociais sobre a conceção da criança. A partir do momento em que a criança deixa de ser considerada um adulto em ponto pequeno [(Aries, 1986) cit in. Ribeiro, 2009] e passa a ser vista qualitativamente diferente, como um sujeito com direitos específicos, as conceções da criança alteram-se [(Alberto, 2006) cit in. Ribeiro, 2009]. As leis e formas de reger de cada governo sempre tenderam a beneficiar a autoridade dos progenitores pela crença de que as crianças não seriam ainda responsáveis pelo seu próprio comportamento (Wolf, 1999). Até meados do século XIX, o Estado não teria qualquer poder sobre as estratégias educativas, o que levaria a uma perpetuação do mau trato, unicamente gerida pela própria família. Desta forma, não existiria qualquer tipo de censura ou supervisão externa que protegesse a criança (Ribeiro, 2009). Assim, o reconhecimento do estatuto da criança só é conseguido através de uma evolução macro estrutural, um crescente sentimento de proteção da criança, o qual tem em conta as suas especificidades enquanto sujeito, uma melhoria das condições socioeconómicas, avanços científicos consideráveis e, claro, uma emergência do dispositivo escolar. Tais desenvolvimentos criaram a necessidade do Estado se envolver progressivamente no meio familiar. Assim, o interesse relativamente recente sobre esta área tem como origem a evolução da mentalidade nas últimas décadas (Idem). É difícil contemplar custos exatos do abuso de crianças para a sociedade, mas estima-se que sejam extraordinariamente elevados (LaRooy, 2010). Este é um fenómeno de extrema relevância, o qual é, muitas vezes, a razão da presença da criança perante a justiça (LaRooy *et al.*, 2008).

O envolvimento da criança na justiça pode criar uma dupla vitimização pelas exigências que esta acarreta e pelos esforços da vítima em desocultar o acontecimento. Naturalmente, a intensidade de tal impacto é proporcional à vulnerabilidade e fragilidade da criança, a qual deve, assim, ser alvo de uma abordagem mais especializada [(Doerner & Lab, 1998) cit in. Ribeiro, 2009]; LaRooy, 2010).

Quanto à desocultação em si, esta denuncia-se extremamente difícil, principalmente pela conjugação de certos fatores que envolvem e fazem parte da criança. Tais fatores são, por

exemplo, a ainda notável tolerância social, a vulnerabilidade da criança, o sentimento de isolamento e insegurança, o desconhecimento e impossibilidade de aceder aos dispositivos judiciais, a natureza da relação com o ofensor e o medo das consequências da desocultação (Ribeiro, 2009; Malloy, 2011). É menos provável que a criança aja quando está sobre a influência do medo das consequências negativas expectáveis, e tal situação proporciona um constante atraso da revelação (Malloy, 2011). Tendo em conta tais dificuldades, a abordagem do primeiro profissional que recebe a criança deve estar repleta de profissionalismo e uma atitude de acolhimento caloroso (Ribeiro, 2009).

A existência de uma definição adequada do fenómeno de abuso é fulcral para que os serviços de proteção, deteção e prevenção possam agir. (Wolf, 1999; Magalhães, 2010). Mesmo assim, apesar dos esforços feitos até à data, é ainda difícil estabelecer uma definição única pela diversidade de situações em que o abuso pode estar implícito. Contudo, tais definições tendem a englobar as implicações que o abuso tem em termos desenvolvimentais, físicos e psicológicos (Wolf, 1999). Tendo em conta a qualificação jurídico-penal vigente, o termo abuso (o qual já integra fenómenos como os maus tratos e a violência doméstica), reporta-se a qualquer comportamento de uma pessoa para dominar e controlar outra, num contexto de uma relação especial (Magalhães, 2010). Estes comportamentos diferem de outras agressões pela relação de proximidade e confiança entre o abusador e a vítima. Tal relação caracteriza-se por uma situação de dependência, particular vulnerabilidade e submissão da vítima perante o abusador (o qual detém poder sobre esta, e muitas vezes, é o seu responsável). O abuso pode ser diferido de várias formas, seja por omissão ou ação, o qual pode apresentar diversas tipologias. Entre os mais denunciados destacam-se o abuso emocional, físico e sexual (Idem). Em relação ao *abuso emocional*, este demonstra-se como um “ato de natureza intencional, caracterizado pela ausência ou falha, persistente ou significativa, ativa ou passiva, de suporte afetivo e de reconhecimento das necessidades emocionais da vítima, de que resultam efeitos adversos na estabilidade das suas competências emocionais e sociais, e no seu desenvolvimento físico, mental, emocional, moral ou social” (Magalhães, 2010, p. 46). As crianças que sofreram algum tipo de abuso tendem a referir-se a este através da expressão de sofrimento emocional e psicológico, antes de qualquer referência ao sofrimento físico (Iwaniec, 2006). A questão do abuso emocional (ao invés do conceito de abuso físico ou sexual) tem vindo a ganhar relevância de forma mais lenta, sendo ainda patente a baixa aceitação que existe quanto a esta tipologia de abuso como algo que necessita de intervenção. Não é surpreendente que tal aconteça pois este construto está sempre dependente das construções sobre a criança, conseguidas em cada sociedade (Idem). Apesar de poder acontecer de forma isolada, o abuso emocional está sempre presente em situações de abuso físico ou sexual. Sobre o *abuso físico*, este é “relativo a qualquer

ação intencional, que provoque ou possa provocar dano físico na vítima. Esse dano pode traduzir-se em lesões físicas traumáticas, asfixia, doenças, intoxicação ou *Síndrome de Munchausen por Procuração*. Pode constituir uma ocorrência isolada ou repetida e pode deixar, ou não, marcas evidentes” (Magalhães, 2010, p. 51). Por fim, relativamente ao *abuso sexual* de crianças, segundo Magalhães (2010), este consiste em práticas que visam a gratificação e satisfação sexual do adulto numa posição de poder ou de autoridade. É provável que a criança não consiga compreender tais práticas, por não estar preparada segundo o seu desenvolvimento. A criança é incapaz de dar o seu consentimento informado e pode existir ou não contacto físico.

## 1.2 A ENTREVISTA FORENSE COM A CRIANÇA ABUSADA

Tendo em conta todos estes fatores, é patente o fato de a criança ser uma testemunha juridicamente vulnerável pois, muitas vezes, é a única testemunha de um crime decorrente na esfera privada. A colheita de informação e valorização da mesma são elementos fundamentais em toda a investigação, a qual está a levar aos pedidos, cada vez mais frequentes, de perícias psicológicas (Ribeiro, 2009). Uma das funções mais importantes na entrevista com a criança abusada é a recolha de informação, de acordo com certas orientações. Este exercício é fundamental para a justiça pois, a recolha de dados sobre a evidência pode ser legalmente contributiva para a prossecução de uma investigação de um crime, mesmo que seja de uma natureza assombrosa (LaRooy & Dando, 2010; LaRooy, 2010). Numa fase inicial, a criança tem maior capacidade de reportar o que aconteceu, e muitas vezes consegue fazer com melhor qualidade a descrição da perpetuação e indicar outras possíveis fontes de informação (LaRooy & Dando, 2010). Assim, têm-se vindo a desenvolver vários protocolos, os quais têm em conta a inquietude quanto às capacidades de testemunhar da criança e à fidedignidade do conteúdo de tais alegações. O fato destes protocolos estarem debruçados principalmente sobre a veracidade da narrativa da criança e a sua capacidade de testemunhar levam a que, muitas vezes, se ignore o impacto psicológico da vitimização. A evolução da Psicologia Forense tem vindo a tentar contrariar tal tendência (Ribeiro, 2009).

## 1.3 O PROTOCOLO DO NICHD (NATIONAL INSTITUTE OF CHILD HEALTH AND HUMAN DEVELOPMENT)

Nos últimos dez anos, alguns protocolos de entrevista foram construídos de forma a maximizar o contributo da vítima. Deste modo, o psicólogo forense aplica estas técnicas para

aumentar tanto a quantidade de informação como a credibilidade da mesma (Castelli *et al.*, 2006; Hershkowitz *et al.*, 2007b; LaRooy & Dando, 2010; Larsson & Lamb, 2009). O uso do protocolo vai, da mesma forma, limitar possíveis contaminações das alegações da criança provocadas pelo entrevistador. Um dos protocolos de especial referência neste contexto será o criado pelo NICHD, o qual já foi aplicado em diversos países da Europa e de outros continentes. Este foi desenvolvido com o objetivo de uma condução da entrevista investigatória de forma eficaz, o qual, constituído por linhas de orientação, leva à consecução de informação detalhada e mais completa sobre o acontecimento em questão (Orbach *et al.*, 2000; Hershkowitz *et al.*, 2007b). Além do detalhe da informação, segundo Hershkowitz e colaboradores (2007b) com o uso do protocolo o entrevistador pode obter informação sobre a veracidade do testemunho, a qual tende a ser mais visível. O protocolo de entrevista do NICHD tem, igualmente, o benefício de abordar, não só dimensões cognitivas, mas também valorizar a vertente emocional e dimensões psicológicas associadas ao abuso e à recordação dos fatos. Assim, este protocolo tem em conta domínios como o desenvolvimento cognitivo, linguístico, mnésico, sociomoral, emocional, relacional e indicadores de trauma psicológicos (Ribeiro, 2009). Espera-se que a implementação do protocolo melhore a organização e implementação da entrevista com crianças de todas as idades (Lamb *et al.*, 2008).

Segundo este protocolo devem-se criar condições que permitam a revelação da situação de abuso, mesmo sem permissão e conhecimento dos cuidadores, num ambiente securizante que tenha em cuidado as diversas necessidades e dificuldades da criança, bem como a vulnerabilidade desta. Para que isso seja possível, deve-se requerer uma equipa de profissionais especializada e certas normas institucionais para que, para além da consecução de uma investigação de cariz urgente, se proteja a criança e minimize o impacto emocional sobre esta (Peixoto, Ribeiro & Lamb, 2011). Assim, e não obstante a desadaptação de certos espaços e procedimentos adotados, quando a dimensão relacional é sentida como securizante pela criança, as outras possíveis fontes de contrariedade são mais facilmente ultrapassadas (Ribeiro, 2009). A criança deve ser entrevistada o menor número de vezes possível, preferencialmente por um único entrevistador. Se for necessário mais do que uma entrevista devem estar envolvidos os mesmos profissionais (Peixoto, Ribeiro & Lamb, 2011). O uso de entrevistas repetidas pode agravar o impacto traumático e aumentar o sentimento de insegurança da criança [(Browne & Finkelhor, 1986) cit in. Peixoto, Ribeiro & Lamb, 2011]. A repetição de tais entrevistas é um dos aspetos vividos com maior ansiedade, e portanto, tais práticas deverão ser reequacionadas de forma a agilizar estratégias alternativas como a audição para memória futura ou a entrevista com recurso a espelho unidirecional (Ribeiro, 2009). Quando realizada atempadamente, a entrevista pode levar a dados mais sólidos e pertinentes para a decisão judicial, pois a criança

está mais colaborante, menos resistente a abordar estas questões, o que leva a que este tipo de atuações minimize a probabilidade de existência de vitimização secundária (Lamb *et al.*, 2007a; Ribeiro, 2009).

O objetivo principal das linhas de orientação deste protocolo é a obtenção de informação sobre a ocorrência através das palavras da própria criança, tendo em conta o seu próprio ritmo e evitando que se interrompa a mesma (à parte de certos encorajamentos) (Pearce & Pessot-Pearce, 2007; Snow *et al.*, 2009). Uma boa entrevista além de ser detalhada e mais precisa também é bem estruturada e coerente e apresenta a informação requerida de forma a fazer sentido e a informar o ouvinte [(Davis, Hoyano, Keenan, Maitland & Morgan, 1999) cit in. Snow *et al.*, 2009].

### **1.3.1 O seguimento da entrevista**

Este protocolo está estruturado de forma a providenciar um ambiente de suporte à criança, em que, numa primeira fase, o entrevistador se apresenta e explica a sua função enquanto entrevistador (Orbach *et al.*, 2000; Castelli *et al.*, 2006). Com o objetivo de promover um ambiente de suporte relaxante, o entrevistador deve garantir que o espaço esteja livre de distrações (como outras pessoas, barulho, brinquedos e chamadas telefónicas) de modo a conseguir construir uma relação com a criança (Orbach *et al.*, 2000). Nesta primeira fase, o entrevistador deve descrever o propósito da entrevista e determinadas regras, como por exemplo, o ter de se afirmar apenas informação verdadeira, o fato de a criança poder não responder à questão estabelecida caso não saiba a resposta, e, também, a possibilidade de o entrevistador não interpretar corretamente algo dito pela criança, o qual deve ser corrigido. A criança necessita, primeiramente, de sentir que está a “controlar” toda a entrevista e que esta é a fonte principal de informação para o profissional (LaRooy *et al.*, 2008). O estabelecimento da relação entre o entrevistador e a criança é feito nesta fase, através de questões abertas gerais sobre tópicos neutros, as quais servem para a criança treinar as suas competências narrativas e cognitivas (promovendo o treino da “memória episódica”) e se habituar ao contexto (Castelli *et al.*, 2006; Lamb *et al.*, 2007a, LaRooy *et al.*, 2008). Quando a criança identifica a situação de abuso, a fase substantiva começa através de licitações como “conta-me tudo o que aconteceu desde o início até ao fim”, seguidas de questões abertas (Orbach *et al.*, 2000; Lamb *et al.*, 2007). Quando a criança der informação suficiente através de questões abertas o entrevistador pode fazer questões mais específicas, apenas para obter detalhes sobre o evento. O entrevistador deve ter em conta a licitação de informação específica sobre o evento, mais importante que qualquer outra informação genérica, principalmente quando a criança entrevistada sofreu múltiplas

experiências de abuso (Orbach *et al.*, 2000; Lamb *et al.*, 2007). A criança pode tender a dar informação que seja comum a todos os eventos, não especificando características que os distingam [(Bauer & Fivush, 1992; Hudson, Fivush & Kuebli, 1992; Nelson & Gruendel, 1986) cit in. Orbach *et al.*, 2000]. O entrevistador deve, assim, comunicar à criança a necessidade de se focar em determinados eventos, como por exemplo, aqueles que ocorreram em primeiro ou em último lugar (Orbach *et al.*, 2000). É relevante que estas questões sejam colocadas o quanto antes para o evitamento de uma diminuição da acessibilidade que o evento possa ter na memória da criança e possíveis contaminações do discurso desta que possam ocorrer até à consecução da entrevista (Idem). Durante a fase substantiva existe a possibilidade de haver um ou mais intervalos, dependendo do seguimento da entrevista. Por fim, deve-se perguntar à criança se tem mais algo a dizer ou a perguntar e agradece-se pela sua cooperação, seguido da discussão de tópicos de cariz mais neutro (Orbach *et al.*, 2000; Castelli *et al.*, 2006).

Os tópicos neutros permitem não só criar uma ligação com a criança, mas também conseguir compreender a fase de desenvolvimento da mesma, as suas forças e fraquezas (autoestima, competências verbais, inteligência, entre outros), de modo a traçar um plano de entrevista sequente (Pearce & Pessot-Pearce, 2007; Peixoto, Ribeiro & Lamb, 2007). A avaliação de uma criança nesta natureza tem de ter, por obrigação, uma perspetiva desenvolvimental, pois a compreensão do crescimento normal ajuda a determinar o significado de um comportamento particular. Assim é possível determinar se tal comportamento é normativo para uma determinada idade ou se pode ser um sinal de uma problemática que está a afetar a criança. Este conhecimento sobre o desenvolvimento normativo da criança não é suficiente, mas pode auxiliar na compreensão de certos comportamentos. Os tópicos neutros devem cingir-se a, por exemplo, interesses da criança, pois, desta forma, é possível detetar as competências e os interesses da criança e permitir ao profissional demonstrar entusiasmo e curiosidade genuína pela história de vida da mesma. Esta curiosidade é algo importante, a qual deve ser mantida durante toda a entrevista, de modo a que não se quebre a ligação estabelecida entre ambos. Segundo os autores, é provável que uma criança que sinta interesse por parte do profissional sobre os seus interesses e motivações fale mais abertamente sobre a situação abusiva (Idem).

Além do nível desenvolvimental, nos últimos 25 anos ficou claro como a informação dada pela criança pode ser influenciada por outros fatores, tais como, características do evento em questão e as técnicas usadas pelo entrevistador aquando a entrevista (Lamb *et al.*, 2008; Pessot-Pearce, 2007). As emoções criadas através da situação de abuso podem impedir a recolha de informação sobre a situação, levando a que uma criança, que pode ser extremamente desenvolvida e comunicativa, se torne relutante em colaborar (Peixoto, Ribeiro & Lamb, 2011).

Como já terá sido dito, esta relutância pode ser influenciada pela crença de que os progenitores vão reagir mal à denúncia (Hershkowitz *et al.*, 2007a, b), bem como sentimentos de vergonha, culpa e medo (Lamb *et al.*, 2008). Além disso, as crianças demonstram-se muitas vezes reticentes na presença de estranhos, principalmente se forem adultos. Existe, desta forma, uma grande necessidade de definir uma fase inicial onde há o estabelecimento da relação entre o entrevistador e a criança, principalmente por os tópicos abordados terem características que podem embaraçar a mesma (Lamb *et al.*, 2008; Larsson & Lamb, 2009). Segundo Sternberg e colaboradores (1997), a prática da narrativa numa fase inicial demonstra levar a respostas mais longas numa fase posterior da entrevista. Esta preparação inicial também tem o benefício de ajudar a criança quando esta se demonstra relutante em revelar a situação de abuso, aliviando o seu desconforto (Teoh & Lamb, 2010; Patterson & Pipe, 2009). O estabelecimento de regras de comunicação são de especial pertinência pois, segundo Garvey (1984) e Hughes e Grieve (1980), quando a criança se sente confusa ao não perceber algo dito pelo entrevistador, tende a dar respostas socialmente desejáveis e não admite que não compreendeu (cit in. Teoh & Lamb, 2010). Beusher e Roebbers (2005) afirmam que tal acontece sobretudo com crianças mais jovens, pois crianças mais velhas tendem a sentir-se mais confortáveis e a perceber melhor as regras (Idem). Num estudo de Poole e Lamb (1998) apenas com a explicitação à criança que esta deve usar pedidos de esclarecimento estas o farão. Caso contrário é provável que estas respondam ao acaso. Esta fase também tem o benefício de avaliar a criança quanto à sua disponibilidade para partilhar a situação de abuso, de forma a que o entrevistador possa decidir qual o melhor procedimento a adotar (Teoh & Lamb, 2010). Num estudo de Hershkowitz e seus colaboradores (2006) focado na comparação entre dois grupos de crianças, um constituído por crianças que já teriam feito a alegação e o outro por crianças que ainda não a teriam feito, o comportamento das crianças de ambos os grupos foi significativamente diferente, tanto no estabelecimento da relação como na fase pré substantiva (de forma a que as crianças que não tenham, previamente, feito a alegação, continuassem a reportar pouca quantidade de informação posteriormente).

### **1.3.2 Tipo de questões**

Segundo Orbach e colaboradores (2000), o treino sistemático do entrevistador é de especial relevância (em relação ao tipo de questões e técnicas a utilizar e a evitar), principalmente quando este é conseguido através de uma extensa intensidade, monitorização e feedback. Relativamente ao modo de conduzir a entrevista, Lamb e colaboradores (1996) levaram a cabo um estudo sobre cinco tipos de questões: *abertas* (dão a oportunidade à criança de relatar detalhes de forma aberta), *facilitadoras* (encorajamentos para que a criança continue a

comunicar) *diretas* (focadas em detalhes e aspetos ainda não mencionados pela criança) *orientadas* (foca a criança em detalhes e aspetos ainda não mencionados e constroem-se a partir da imposição de uma ou várias opções de escolha) e *sugestivas* (nas quais o entrevistador comunica claramente a resposta esperada ou assume detalhes ainda não revelados pela criança) (Myklebut & Bjørklund, 2010). O entrevistador deve, assim, focar questões de cariz mais aberto evitando-se questões de pendor sugestivo (Myklebut & Bjørklund, 2010; LaRooy *et al.*, 2008).

### **1.3.2.1 O fenómeno da Sugestionabilidade**

Um dos elementos que mais preocupa os investigadores deste protocolo baseia-se na capacidade da entrevista se tornar sugestionável para a criança e influenciar o seu testemunho (Bruck, Ceci & Hembrooke, 2002). Segundo Ceci e Bruck (1995), a *sugestionabilidade* refere-se ao grau de como todas as fases da memorização e evocação podem ser influenciadas por fatores externos. A pessoa pode aceitar a informação externa e estar plenamente consciente do acontecimento realmente experienciado. Gudjonsson (1984; 1987), faz referência para o fato de existirem certas diferenças relativamente à personalidade das crianças, as quais as distinguem quanto ao grau de sugestionabilidade a que estão sujeitas. Desta forma, a criança pode ter tendência para responder afirmativamente a questões diretas, ou então pode responder de forma socialmente desejável com vista o evitamento de um possível feedback negativo por parte do entrevistador (cit in. Goodman & Melinder, 2007). Tal também pode acontecer, não só através da colocação de questões sugestivas, mas também quando estas mesmas questões são repetidas ao longo da entrevista (Bruck & Ceci, 1999). Alguns profissionais da área defendem o uso destas técnicas pois, a seu ver, as crianças vitimizadas sofrem, com frequência, de vergonha e medo aquando a tentativa de relatar o abuso, e por isso acontecer, o entrevistador deverá utilizar uma variedade de ferramentas de cariz mais sugestivo para que se consiga chegar à informação pretendida (de forma a evitar vitimização secundária) (Bruck, Ceci & Hembrooke, 2002). Segundo estes autores (Bruck, Ceci e Hembrooke, 2002), o uso de técnicas sugestivas é uma “faca de dois gumes” pois, por um lado quando a criança, inicialmente, não se demonstra disponível para relatar a situação de abuso, tais técnicas podem promover a participação da criança. Por outro lado, estas técnicas também tendem a levar a falsos testemunhos, os quais são mantidos mesmo depois da entrevista. Quando as crenças do acontecimento estão muito enraizadas por parte do entrevistador, as técnicas sugestivas tendem a aumentar, com conseqüente diminuição da rigorosidade do testemunho da criança. Estas técnicas tendem a englobar informação da qual a criança ainda não se apresenta ciente, além da tendência que o entrevistador tem de apenas reforçar respostas confirmatórias relativas às suas crenças, o que

pode enviesar todo o contributo da criança (Idem). Os maiores efeitos relativamente à sugestionabilidade fazem-se sentir quando a criança entrevistada é confrontada com um conjunto de técnicas sugestivas que são acompanhadas por, por exemplo, ameaças e repetições de questões [(Ceci & Friedman, 2000) cit in. Bruck, Ceci & Hembrooke, 2002)]. Uma característica de um entrevistador que tende a desenvolver questões sugestivas é a tendência de se centrar só em questões confirmatórias e evitar questões que possam levar a respostas que desconfirmem a situação de abuso (Bruck & Ceci, 1999; Bruck, Ceci & Hembrooke, 2002; Goodman & Melinder, 2007). Mesmo quando a criança profere informação que seja inconsistente, esta é ignorada ou interpretada de forma a responder às crenças iniciais do entrevistador. O entrevistador pode tender a desafiar a criança através de questões repetidas, para que a resposta diferida seja de acordo com tais crenças (Idem). A vulnerabilidade da criança tende a aumentar em relação ao grau de perceção relativamente ao estatuto de autoridade e de credibilidade do entrevistador (Cunha, 2010). Outra técnica sugestiva pode ser pedir à criança que imagine ou que faça de conta que o evento ocorreu de verdade, tentando, desta forma, criar uma imagem mental do evento para que se centre em detalhes ou, então, para especular sobre o ocorrido. A criança pode interiorizar estes detalhes e acreditar que tal ocorreu, o que cria uma memória que não corresponde à realidade (Bruck & Ceci, 1999; Bruck, Ceci & Hembrooke, 2002). É necessário ter em conta que as crianças não são apenas sensíveis à sugestão sobre detalhes periféricos, mas também, a detalhes centrais, incluindo partes do seu próprio corpo [(Ceci & Friedman, 2000) cit in. Bruck, Ceci & Hembrooke, 2002].

Mesmo assim, segundo Goodman e Aman (1990), as crianças têm grande capacidade de resistir à sugestionabilidade quando questionadas por entrevistadores que não apliquem, à partida, certas crenças iniciais (mesmo quando questionadas através de algumas questões de cariz mais fechado) (cit in. Bruck, Ceci & Hembrooke, 2002; Larsson & Lamb, 2009).

Em relação ao comportamento não-verbal do entrevistador, este também pode cair na sugestão pois, segundo alguns investigadores (Ceci & Bruck, 1995) o tom emocional das perguntas proferidas pelo entrevistador é rapidamente percebido pela criança, a qual tende a moldar-se e a apresentar comportamentos conforme o que percecionam ser esperado. Quanto a técnicas não-verbais propriamente ditas, os benefícios destas apenas têm sido revelados em estudos acerca do uso de bonecas anatomicamente perfeitas, havendo pouco conhecimento sobre outras técnicas não-verbais, tais como, diagramas humanos (Teoh *et al.*, 2010). Segundo Lamb e colaboradores (1996), a controvérsia entre o uso ou não persiste, principalmente pelas limitações de interpretação dos resultados (conteúdo das respostas das crianças). Já segundo uma investigação recente de Teoh e colaboradores (2010) o uso destas técnicas pode ajudar a criança a comunicar melhor a informação e a compreender as questões feitas (principalmente

quando se tratam de crianças mais jovens) além de que podem dar à criança uma forma alternativa de relatar a experiência sofrida. Mesmo assim, é necessário ter em conta que o uso destas técnicas (por exemplo, o uso de bonecas anatomicamente perfeitas) pode ser problemático se forem usadas de forma sugestiva (Ceci & Bruck 1995), principalmente se se tratar de uma criança mais jovem a qual pode apresentar maior confusão quando questionada sobre o seu corpo e sobre a forma como se representa a si própria [(DeLoache & Marzolf, 1995) (cit in. Teoh *et al.*, 2010); Peixoto, Ribeiro & Lamb, 2011)].

### **1.3.2.2 Benefícios do uso de Questões Abertas**

Com vista a tentativa de evitamento destas mesmas técnicas, nas últimas duas décadas, muitos estudos deram o seu contributo na demonstração dos benefícios das questões abertas, benefícios estes ligados à obtenção de mais informação sobre o acontecimento. Em vários anos de investigação, é consensual o facto de se dever deixar a criança relatar o acontecido através das suas próprias palavras (LaRooy *et al.*, 2008). Deste modo, o uso do protocolo deve ser feito de forma a dar primazia a questões abertas ao invés de questões mais fechadas ou sugestivas (e.g. Lamb *et al.*, 2008; Cyr & Lamb, 2009). As questões abertas referem-se a perguntas em que a criança pode falar livremente. Segundo as linhas de orientação do protocolo, o entrevistador deve dar oportunidade à criança de relatar o acontecido através de questões abertas, antes de supor ser necessário utilizar técnicas mais arriscadas (ou seja, questões mais fechadas). As questões abertas podem ser conseguidas através da *Segmentação Temporal* (“conta-me tudo o que aconteceu desde o início até ao fim”) ou através da *Evocação Orientada* (“Tu contaste que... conta-me tudo sobre isso”) (Lamb *et al.*, 2009). O entrevistador deve, também, fazer uso de facilitadores para que a criança continue a comunicar (como por exemplo “hum hum”), seguidos de mais questões abertas, de forma a conduzir a criança ao próximo ponto da história ou apenas para encorajar a criança a dar mais informação e mais detalhes sobre o que está a ser dito. Desta forma, a função do profissional é a de ouvir atentamente a criança, buscando detalhes sobre o acontecimento, e, evitando que esta seja interrompida. O entrevistador deve utilizar palavras-chave que já foram pronunciadas pela criança (quando o relato terminar) de forma a conseguir ainda mais detalhes sobre a alegação (Orbach, 2000; Cyr & Lamb, 2009). Segundo Lamb e colaboradores (2003), a criança é capaz de providenciar grandes quantidades de informação altamente detalhada através do uso deste tipo de questões. Tais questões trazem o benefício de conseguir respostas mais elaboradas, mas, por outro lado, não está patente com o uso destas qual a informação específica que se requer [(Powell & Snow, 2007) cit in., Snow *et al.*, 2009]. Aliás, segundo Patterson e Pipe (2009), o uso de questões abertas não leva a uma

maior quantidade de informação pois as crianças, no seu estudo, tenderam a responder com uma simples frase a qualquer tipo de questões. Mesmo assim, é necessário ter em conta que questões de cariz mais específico conseguem respostas mais específicas sobre um determinado detalhe e podem ser respondidas com uma quantidade inferior de palavras comparativamente a questões abertas (Snow *et al.*, 2009). Alguns investigadores sugerem que o uso de questões abertas pode não ser suficiente para chegar a certas informações, principalmente em contextos de secretismo em que a criança esteja envolvida [(Cederborg, Lamb, & Laurell, 2007; DeVoe & Faller, 2002; Lawson & Chaffin, 1992) cit in. Patterson & Pipe, 2009]. Contudo, é de divulgar que os resultados do estudo destes autores (Patterson & Pipe, 2009) revelaram que apenas com o recurso a questões abertas as crianças falaram sobre o abuso (aliás, três quartos das crianças ouvidas foram capazes de denunciar a situação de abuso através destas mesmas questões).

Perguntas feitas através da colocação de opções (questões orientadas) devem levar a respostas mais focadas em certos detalhes do que questões abertas pois é o investigador que providencia as opções de resposta e por estas perguntas tenderem a levar a uma resposta bem mais curta comparativamente com outro género de questões (Lamb *et al.*, 2007b). Segundo estes autores, detalhes centrais conseguidos com questões abertas são mais valiosos pois há uma maior probabilidade de estes se revelarem corretos. Além disso foi demonstrado que crianças mais novas são capazes de reportar informação de extrema relevância em contexto forense através destas mesmas questões, contrariando a assunção de diversos investigadores de que são necessárias perguntas de resposta dicotómica (“sim”/“não”) para chegar a informação mais sensível e de maior relevância no contexto forense (Lamb *et al.*, 2007b, LaRooy *et al.*, 2008). Apesar de questões orientadas não reverem mais informação que outro género de questões, as crianças envolvidas neste estudo (Lamb *et al.*, 2007b) responderam com maior frequência a estas, comparativamente a questões abertas ou mais fechadas. Mesmo assim, é necessário ter em conta o quão problemáticas podem ser estas questões, principalmente pela licitação de qualquer resposta à questão feita. Deste modo, a criança pode sentir a necessidade de responder à pergunta, mesmo se não souber a resposta (Poole & Lamb, 1998).

Em relação a outras variáveis da criança e segundo Foster-Cohen (1990) e Harley (2008) o desenvolvimento linguístico varia e é multi-dimensional (cit in. Myklebut & Bjørklund, 2010). Num estudo de Snow e colaboradores (2009), os resultados demonstram que, apesar das crianças mais velhas produzirem mais informação que as crianças mais novas, independentemente da idade, qualquer criança teve a capacidade de desenvolver narrativas detalhadas (dependendo do nível de questões específicas que lhes eram feitas). Já num estudo de Lamb e colaboradores (2007b) foi referido que as crianças mais novas tenderam a relembrar menos informação e a desenvolver breves detalhes sobre a experiência sofrida. Mesmo assim as

respostas que se obtiveram através da aplicação de questões abertas foram consensuais entre crianças mais jovens e crianças mais velhas. Os mesmos resultados foram conseguidos através de Orbach e colaboradores (2000), pois, através do uso de questões abertas e pequenas pistas, tanto crianças mais jovens como crianças mais velhas foram capazes de revelar informação pertinente para o caso e em quantidade considerável. Mesmo assim, é de ter em conta que, segundo Lamb e colaboradores (2007a), apesar de a informação ser igualmente recordada, tanto por crianças mais velhas como mais novas, a relação entre idade e memória existe e é deveras complexa. Deste modo, é possível licitar informações de extrema importância através da criança mais jovem, mas para que tal aconteça o entrevistador deve seguir procedimentos investigatórios específicos, tendo sempre em conta as reais capacidades e tendências da criança (Lamb *et al.*, 2007a; Larsson & Lamb, 2009).

A competência da criança em compreender conceitos relacionados com veracidade, datas, sequências, o propósito da entrevista e a importância de providenciar detalhes básicos são fundamentais no desenvolvimento da sua credibilidade enquanto testemunha (Gudjonsson *et al.*, 2010). Nos resultados conseguidos através das investigações destes autores, a maioria das crianças mais jovens e todas as crianças constituintes do grupo mais velho tiveram a capacidade de concluir o seu testemunho, apesar de algumas diferenças etárias. Este dado pode ser explicado pelo fato da criança mais jovem ainda não usufruir de um esquema e estrutura mental desenvolvidos que sejam suficientes na organização da experiência passada, a qual pode, posteriormente, ser organizada de forma coerente, articulada e narrada com maior detalhe [(Baker, Ward & Ornstein, 2001, Bartlett, 1932) cit in. Gudjonsson *et al.*, 2010]. O conhecimento e a compreensão afetam bastante a forma como a criança relembra a informação. Por haver questões relacionadas com a idade quando se fala deste aumento de conhecimento, a diferença etária relativa à memória é passível de se demonstrar (Lamb *et al.*, 2008). Assim, e como já foi mencionado, as questões utilizadas ao longo da entrevista devem ser colocadas e adaptadas de forma a corresponder ao desenvolvimento da criança, com o intuito de compensar as suas limitações linguísticas, cognitivas e emocionais (Cheung & Boutté-Queen, 2010; Gudjonsson *et al.*, 2010; LaRooy, Lamb & Memon, 2008). Já segundo Fivush, Peterson e Schwarzmüller (2002), as crianças com pouco mais de três anos têm competência suficiente para organizar a informação mas apresentam certas dificuldades em responder a questões dicotómicas e em adaptar-se a questões repetidas (Idem). Num estudo de Gudjonsson e colaboradores (2010), as crianças mais jovens tiveram facilidade em relembrar informação pessoal básica, dar respostas satisfatórias aquando a consecução de questões gerais não relacionadas com o abuso e compreender as regras da entrevista. Mesmo assim, estas apresentaram certas dificuldades em se concentrar durante a entrevista, articular o propósito da

mesma, denunciar o abuso, descrever acontecimentos antes e após o evento, dar detalhes sobre conversas com o abusador, responder a questões abertas, descrever o momento do abuso e os sentimentos experienciados. Segundo Cronch e colaboradores (2006), deve-se usar questões abertas com crianças mais velhas, enquanto que, com crianças mais jovens pode ser relevante o uso de pequenas pistas e questões mais específicas. A diferença de número de palavras pode ser explicada pelo fato de cada idade corresponder a diferentes níveis de desenvolvimento. Ao crescer, a memória da criança tende a ser mais rica, mais informativa e mais complexificada, com vocabulário mais descritivo e menos limitado (Lamb *et al.* 2010; Myklebut & Bjørklund, 2010). Em relação às competências linguísticas, autores como Clarke-Stewart e colaboradores (2004) apontam para o fato de crianças com competências linguísticas superiores serem mais resistentes à sugestibilidade, pois tendem a compreender e a lidar com contextos de interrogatório mais facilmente (cit in. Cunha, 2010).

Além de todas as questões desenvolvidas, o entrevistador deve ter em conta a capacidade da criança em compreender as representações mentais como subjetivas e relacionadas com a informação disponível, para que assim possa captar diferentes perspectivas e diferentes níveis de informação ao estruturar as suas narrativas (Snow *et al.*, 2009).

Segundo Hershkowitz, Horowitz e Lamb (2005) o género é também uma variável a ter em conta neste tipo de entrevistas. Segundo os resultados dos seus estudos, crianças do sexo feminino facultam informação mais detalhada que crianças do sexo masculino. Já segundo Lamb e Garretson (2003), existe uma influência visível, tanto quanto ao género da criança como quanto ao género do entrevistador, a qual pode ser diminuída (se não mesmo eliminada) caso o entrevistador siga, com rigor, as linhas de orientação do protocolo de entrevista NICHHD.

## 2. METODOLOGIA

No presente momento, e sendo uma investigação que já está a decorrer, é necessário o levantamento de práticas já estabelecidas pelos investigadores envolvidos para que se faça uma ponte entre tais práticas e os objetivos do presente estudo. Através de informações conseguidas sobre o decorrer da investigação, sabe-se que tal investigação está numa fase final de teste de algumas questões do protocolo (tradução e adaptação para o contexto português) conseguidas através da implementação destas a uma população não clínica. Esta amostra foi conseguida através de um método por conveniência (pelo maior contacto e pela maior abertura em relação a esta população alvo) através de contactos informais com algumas escolas.

Pretende-se que, com o auxílio do presente estudo, se faça, a partir deste momento, uma recolha de dados com uma população clínica. Através de uma grelha de análise desenvolvida pelos criadores do protocolo de entrevista do NICHD (Lamb *et al.*, 2008) pode-se proceder à codificação de entrevistas, com o intuito de estudar os diferentes códigos através de um suporte informático de análise estatística (PASW). Este suporte é o ponto de passagem para o início da Análise Quantitativa dos dados. Assim, no decorrer da análise quantitativa pretende-se elaborar uma análise de *Estatística Descritiva* da amostra, e mais especificamente do tipo de questões utilizadas pelos entrevistadores, do tipo de declarações oferecidas pelas crianças e da quantidade de detalhes sobre o alegado abuso que a mesma forneceu. Depois, vai ser estabelecida uma *Estatística Inferencial* através de testes não paramétricos ( $N < 30$ ) de forma a compreender a existência ou não de uma relação entre as características da criança e a condução da entrevista. Esta análise antecede uma segunda análise, a Análise de Conteúdo Tradicional de cariz qualitativo, a qual tem como intuito a compreensão mais aprofundada de certas dinâmicas que ocorreram durante as entrevistas, interligadas com o tipo de questão estabelecido.

Quanto à eleição da **metodologia quantitativa**, esta foi escolhida pela sua concepção dedutiva, ou seja, por esta decorrer de um campo teórico e visar comprovar deduções implícitas das teorias. Tal foi fundamental para se criar uma replicação parcial dos estudos prévios conseguidos pelos investigadores do protocolo. Para isso, é necessária a utilização de um suporte informático de base estatística (PASW, uma das versões do conhecido SPSS). Este é um *software* de excelência utilizado por cientistas da área social para análises estatísticas (Coakes & Steed, 2003). Através deste mesmo suporte, vai ser possível proceder a uma análise de *estatística descritiva* e de uma *estatística inferencial* sobre as variáveis estudadas.

A *estatística descritiva* pretende a organização, sintetização e representação de forma compreensível da informação contida num conjunto de dados. A mesma tem por objetivo o

trabalho da amostra de forma a obter indicadores adequados para que se consiga condensar a informação através de medidas de localização como a média, a moda, a mediana e outras que permitam sintetizar valores importantes da informação obtida (Barrocos, 2006).

Já a *estatística inferencial* procura, a partir da análise de um conjunto limitado de dados (da amostra) tirar conclusões sobre o todo (a população). O teste de hipóteses é um procedimento de estatística inferencial cujo objetivo é verificar se os dados amostrais são ou não compatíveis com determinadas populações ou com valores previamente fixados dos correspondentes aos parâmetros populacionais. Assim, a estatística inferencial proporciona a extrapolação de um universo mais vasto do qual se conhece apenas uma parte, a partir de um subconjunto da população. Desta forma, através da utilização de um processo indutivo (do particular para o geral), procura-se a partir das estatísticas e das suas propriedades conhecer os parâmetros da população (Barrocos, 2006). Pela dimensão da amostra a estatística inferencial vai ser conseguida através de testes não paramétricos, já que a amostra não está representada através de uma distribuição normal ( $N < 30$ ). A fronteira entre testes paramétricos e não paramétricos não é, de todo, rigorosa, mas em pequenas amostras (e não se podendo socorrer do teorema do limite central) é muitas vezes a opção mais viável de se adotar (Barrocos, 2006).

Relativamente à escolha da **metodologia qualitativa** de análise de conteúdo, por não se pretender a criação e testagem de hipóteses previamente definidas e rígidas, esta demonstra a sua pertinência pela possibilidade de haver uma análise contínua e flexível de dados. Segundo Cole (1988), a *análise de conteúdo* é um método de análise da comunicação escrita, verbal e visual (cit in. Elo & Kyngas, 2008). Dos diversos estudos que se incidem sobre as metodologias qualitativas, chega-se à conclusão de que estas privilegiam o contexto da descoberta como contexto de partida de uma investigação (aquando a formulação da problemática e do início do trabalho de campo), contexto ao qual está, aliás, associada a abordagem indutiva (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2008). Conhecido como um método de análise de documentos, esta proporciona ao investigador a oportunidade de compreender a informação através da categorização da mais pequena unidade de informação (Elo & Kyngas, 2008). Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo “é o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É, portanto, um método taxonómico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente” (Bardin, 1977, p.32).

A análise de conteúdo de cariz qualitativo aplica-se a análises mais intensivas e centra-se em informação que, mesmo podendo não ser tão frequente, é mais detalhada e complexa, a qual

exige que o investigador se debruce na presença ou ausência de características do discurso (Almeida & Freire, 2007). Desta forma, a flexibilidade e a sensibilidade ao conteúdo são dois grandes benefícios a retirar do design deste género de método [(Krippendorff, 1980; Harwood & Garry, 2003) cit in. Elo & Kyngas, 2008]. A análise de conteúdo divide-se em três grandes fases, sendo estas a *pré-análise* (fase de organização da informação propriamente dita; corresponde a um período de intuições, mas tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar ideias iniciais), a *exploração do material* (administração sistemática das decisões tomadas) e o *tratamento dos resultados obtidos e interpretação* (os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos) (Bardin, 1977). A análise de conteúdo elaborada no presente estudo parte de um sistema de categorização (análise categorial), o qual se revela como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento com os critérios previamente definidos. As *categorias* são rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo) sob um título genérico (Idem).

Apesar da dificuldade exigida pela baixa standardização e alta complexidade e subjetividade que este método oferece, grandes quantidades de informação provindas de diferentes origens podem ser estudadas (Elo & Kyngas, 2008; Almeida & Freire, 2007).

Por se pretender o estudo de características relacionadas com o discurso e o método utilizado em toda a entrevista, esta metodologia de análise faz todo o sentido. A aplicação deste tipo de metodologia neste estudo reveste-se de particular importância, numa lógica exploratória e como forma de complementar a análise quantitativa.

## 2.1 OBJETIVOS DO ESTUDO

Através deste estudo, ambiciona-se o objetivo geral de contribuir para a adaptação e aplicação do protocolo do NICHD ao contexto português, e os objetivos específicos de compreender a relação entre a tipologia de questões utilizadas pelo entrevistador, a forma como a criança tende a responder a esta tipologia, a quantidade de detalhes conseguidos através da utilização das linhas orientadoras deste protocolo, e a interação entre estes fatores e as características gerais da criança. Além disso, vai ser feita uma análise sobre as dinâmicas envolvidas na entrevista, que condicionam tanto a aplicação da mesma como os objetivos que esta depreende.

## 2.2 AMOSTRA

A amostra é uma *amostra intencional* por conveniência, sendo esta constituída por treze crianças alegadamente abusadas (física ou sexualmente) que tiveram a necessidade de se deslocar ao Instituto Nacional de Medicina Legal – Delegação do Norte, a fim de serem avaliadas psicologicamente por um dos peritos de psicologia forense. Tais crianças têm idades compreendidas entre os sete e os dezasseis anos, com uma média de 11,23. Quanto ao género das crianças, a amostra é constituída por quatro crianças do sexo masculino e nove do sexo feminino. Em relação à tipologia do abuso, dos 13 casos estudados, dez seriam abusos sexuais e três seriam abusos físicos. Já quanto à relação com o alegado abusador, nove dos abusos foram alegadamente perpetrados intrafamiliarmente e quatro por alguém fora da família, como por exemplo um vizinho. Por fim, e relativamente à desocultação do abuso 9 das 13 crianças revelaram o abuso, enquanto que 4 não revelaram em toda a entrevista. A amostra foi conseguida entre janeiro e abril de 2012, consoante a afluência ao Instituto de casos deste cariz.

## 2.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Lamb e colaboradores (2008) através do seu estudo detetaram possíveis limitações da aplicação do protocolo a crianças com idade inferior a seis anos. Tais limitações prendiam-se à capacidade de relembrar e narrar acontecimentos e informações de forma satisfatória. Relativamente ao presente estudo, estas limitações não se identificam tão claramente por a idade mais baixa ser de sete anos. Assim, a idade mínima não foi um critério de inclusão pois toda a amostra disponível para este estudo se encontrava dentro de parâmetros que tornam a análise de dados exequível. Apenas se teve em conta a idade máxima para que a criança pudesse fazer parte da amostra, sendo esta os 18 anos. Além da idade da criança importa referir o nível desenvolvimental da mesma, já que diferenças quanto a este poderiam levar a um enviesamento da interpretação de certos resultados. Por isso, é relevante referir o fato das entrevistas que compreendiam a utilização das linhas de orientação do protocolo terem sido conseguidas num segundo contacto com a criança, havendo um contacto prévio em que o entrevistador teve a oportunidade de avaliar a criança a nível desenvolvimental, de forma a despistar qualquer limitação quanto à capacidade de relatar os acontecimentos sofridos. Assim, possíveis limitações cognitivas foram despistadas, tendo as crianças constituintes da amostra um nível desenvolvimental considerado normativo para a idade e meio de inserção sociocultural.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

De forma a tornar possível este mesmo estudo, foi endereçado um pedido de autorização por escrito à diretora do Instituto Nacional de Medicina Legal – Delegação do Norte para que se pudesse recolher informação acerca dos casos que estariam a recorrer a este. Tal autorização foi conseguida, tendo cada entrevista com crianças alegadamente abusadas sido utilizada para os fins pretendidos.

Para além da autorização da gravação das entrevistas, quando, neste mesmo estudo, houve a necessidade de nos socorrermos a expressões diretas das crianças, salvaguardou-se sempre as suas identidades de modo a que não pudessem ser identificadas posteriormente.

## 2.5 PROCEDIMENTOS

Durante a fase de recolha de informação, as crianças foram entrevistadas por dois peritos formados na área da Psicologia Forense, os quais aplicaram o protocolo de entrevista descrito no *enquadramento teórico*. Pode-se dizer que a experiência com o mesmo é similar, antecipando um possível viés, caso algumas das entrevistas tivessem sido conseguidas através de um nível de experiência diferente com o protocolo em questão. Este protocolo foi aplicado em contexto de perícia forense, o qual tinha como objetivo a recolha de informação para elaboração de um relatório relativo à avaliação psicológica da criança. Como já foi dito, a aplicação das linhas de orientação do protocolo foi feita num segundo contacto, havendo oportunidade de estabelecimento da relação com a criança num primeiro contacto, tendo esta sido reforçada aquando a consecução da entrevista forense. Assim, e quanto ao segundo contacto, o perito apenas fez uso da fase não substantiva para clarificar a criança das regras pretendidas durante a entrevista, bem como utilizar tópicos neutros de forma a treinar a criança para a fase substantiva. Numa forma global, todo o protocolo foi aplicado, tendo sido respeitadas as diferentes fases de entrevista, havendo espaço para a aplicação de diferentes tipologias de questões. Tais entrevistas foram gravadas em formato áudio, tendo sido transcritas em *word* na íntegra pela investigadora. Deste modo, a transcrição das entrevistas não se estabelece como uma “reinterpretação” da entrevista, pois esta foi conseguida após a observação de cada entrevista e num curto espaço de tempo. Através da transcrição e de vários suportes foi possível uma análise de certas dinâmicas existentes durante a entrevista.

## 2.6 INSTRUMENTOS

Para além da utilização do protocolo como instrumento de referência, após as transcrições das entrevistas onde o mesmo foi aplicado procedeu-se à análise dos dados propriamente ditos, tendo havido, em primeiro lugar, uma análise de conteúdo, em que se utilizou uma grelha já previamente estabelecida pelos criadores do protocolo Lamb, Hershkowitz, Sternberg, Esplin e colaboradores, os quais em 1996 estabeleceram uma diversa tipologia de questões que podiam ser usadas durante uma entrevista com uma criança. Esta tipologia foi aplicada em diversos estudos dos mesmos autores, tendo havido uma tipologia similar à apresentada no presente estudo, em que cada entrevista foi gravada em formato áudio e transcrita posteriormente por pessoas nativas do idioma que estaria a ser estudado. A grelha de codificação criada através da tipificação das questões tem por objetivo selecionar uma parte da informação da entrevista, tendo em conta apenas a informação referente à parte substantiva da mesma. Assim, a parte não substantiva não é codificada tendo por si só, à partida, de obedecer aos critérios da aplicação do protocolo. Desta forma, toda a parte substantiva é codificada, excluindo possíveis discussões sobre tópicos neutros entre entrevistador e criança. A codificação estabelecida por estes autores é constituída por dez códigos, os quais se apresentam como suficientes para codificar qualquer questão estabelecida numa fase substantiva. Um primeiro código é referente aos *Comentários Introdutórios*, tais como “o meu trabalho é falar com crianças sobre o que lhes aconteceu”, os quais são distinguidos pois, apesar da parte não substantiva não ser cotada, por vezes os entrevistadores podem utilizar tais pistas na parte substantiva. Já o segundo código é relativo às *questões não-substantivas*, tais como “tens sede”, que não estão relacionadas com o tópico da entrevista. Também há espaço para a codificação das chamadas *Âncoras*, ou seja, frases (normalmente questões) que introduzem uma referência externa (como por exemplo um aniversário ou evento) as quais ajudam a criança a especificar quando é que os alegados eventos aconteceram. Os *Facilitadores* são códigos que codificam palavras como “hum hum e ok”, parafraseamentos das palavras da criança e palavras não sugestivas que incentivam a criança a falar de forma informativa. Já as *Referências Emocionais Positivas*, envolvem referências a um estado emocional positivo corrente ou na altura da revelação. As referências a um estado positivo na altura do incidente não são codificadas. Já as *Referências Emocionais Negativas* envolvem referências a um estado emocional negativo corrente ou na altura da revelação, e, igualmente, referências a um estado negativo na altura do incidente não são, também, codificadas. Através da transcrição de cada entrevista pode-se codificar, também, as *Questões Abertas*, as quais são questões ou frases que licitam respostas abertas da criança. Tais técnicas não delimitam a resposta da criança, mas aceitam-se expressões como “e que aconteceu a seguir?”. Um outro código é referente às *Questões Diretas*, as quais focam a atenção da criança

em detalhes e aspetos do alegado incidente que a criança ainda não mencionou. Muitas vezes são questões como “quando, onde e quem” que adicionam informação ao que se sabe sobre o evento em estudo. Também se codificam as chamadas *Questões Orientadas*, as quais focam a atenção da criança em detalhes ou aspetos sobre o incidente que a criança ainda não mencionou, mas não implica que a criança responda com uma resposta já esperada. Tal código envolve respostas como *sim/não* e *questões forçadas* como “tinhas as calças vestidas ou despidas”. Por fim, codificam-se as *Questões Sugestivas*, nas quais o entrevistador comunica claramente a resposta esperada “ele obrigou-te a fazer isso não foi?” ou assume detalhes ainda não revelados pela criança.

Na existência de uma indecisão quanto à escolha de um determinado código, o investigador deve decidir escolher o código que vem a seguir na lista de códigos, ou seja, se a indecisão estiver entre a codificação de uma *Questão Aberta* (7) ou *Sugestiva* (10), o investigador opta por codificar a porção de informação como *Sugestiva* (Lamb *et al.*, 2008). Tal como é importante codificar as questões estabelecidas pelo entrevistador, também é importante categorizar as respostas conseguidas pelas crianças. Deste modo, criaram-se seis códigos referentes às porções de informação conseguidas pela mesma. Em primeiro lugar, começa-se por codificar as *Declarações Responsivas*, as quais são relativas a tópicos específicos, ou seja, aspetos ou detalhes da alegação, sugeridas pelo entrevistador na questão anterior. Também se codificam as *Declarações não-responsivas*, ou seja, aquelas que não respondem diretamente ao sugerido pelo entrevistador mas que estão relacionadas com o tópico geral da entrevista. A seguir, codificam-se as chamadas *Declarações Divergentes*, as quais não estão relacionadas de forma alguma com o tema sugerido ou com o tópico geral da entrevista. Ainda há espaço para mais três códigos, referentes às *Declarações em que existe um pedido de esclarecimento*, *Declarações pouco claras* e *Não resposta* (Idem).

Para além da codificação do tipo de respostas dadas pela criança, foi feita uma quantificação das palavras da criança, técnica esta criada por Yuille e Cutshall (1986), a qual quantifica os detalhes fornecidos pela mesma. Tais detalhes envolvem a identificação de pessoas ou objetos, descrições das suas aparências e atuações, e descrições de eventos ou ações. Estes detalhes apenas são tidos em conta quando beneficiam a compreensão do acontecimento e da revelação, assim, as reformulações dos fatos não são codificadas (cit in. Lamb *et al.*, 2008).

Desta forma, através das técnicas originalmente utilizadas pelos criadores do protocolo, decidiu-se replicar tais metodologias ao estudo aqui retratado, tendo havido o auxílio de cada um dos códigos previamente definidos e das técnicas estabelecidas para melhor compreensão e análise de cada uma das entrevistas feitas a cada uma das crianças pertencentes à amostra.

Apenas se teve em conta a fase substantiva da informação (ou seja, após o tópico do abuso ser abordado), sendo as *declarações* da criança as respostas que a mesma deu consoante cada questão do entrevistador.

Para que a mesma análise fosse conseguida, toda a codificação feita através de cada uma das entrevistas foi transposta em formato de *base de dados* para um programa de análise estatística (PASW), havendo, assim, a possibilidade de analisar a mesma quantitativamente. Posteriormente, houve espaço para uma análise de cariz mais qualitativo de análise de conteúdo tradicional, para uma compreensão pormenorizada e aprofundada de certas dinâmicas existentes aquando a condução da entrevista, tanto na fase pré-substantiva como na fase substantiva.

### 3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados que se expõem em seguida foram obtidos através do recurso ao programa de análise de dados PASW (Predictive Analytics SoftWare), versão 18,0 (IBM SPSS Statistics, Inc, Chicago III). A apresentação dos mesmos e o seu tratamento estatístico está organizada de acordo com as hipóteses e objetivos definidos anteriormente. Após a descrição e análise destes mesmos dados, será estabelecida uma análise qualitativa de cariz tradicional, de forma a compreender certas dinâmicas estabelecidas aquando a entrevista com a criança abusada.

Para cada uma das análises pretende-se estabelecer diretamente uma discussão sobre os resultados mais relevantes, para que num capítulo posterior se possa desenvolver um conjunto de conclusões mais fundamentado e integrado, não só pela literatura e pelos resultados obtidos, mas também por uma análise crítica da própria investigadora.

#### 3.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

As **variáveis** são o objeto deste estudo e podem agrupar-se em *variáveis independentes* e *variáveis dependentes*. As variáveis independentes consideradas são a idade cronológica, o género da criança, o tipo de abuso sofrido (sexual ou físico), a existência de revelação do abuso e a relação com o alegado abusador (intrafamiliar ou extrafamiliar). Já relativamente às variáveis dependentes, estas estão relacionadas com o tipo de questão utilizada pelo entrevistador (Comentários introdutórios, Questões não-substantivas, Âncoras, Facilitadores,

Referências emocionais positivas, Referências emocionais negativas, Questões abertas, Questões diretas, Questões orientadas e Questões sugestivas), o tipo de declaração fornecido pela criança (Declarações responsivas, Declarações não-responsivas, Declarações divergentes, Declarações em que existe o pedido de esclarecimento, Declarações pouco claras e Não-resposta) e a quantidade de detalhes fornecidos pela criança consoante cada tipo de questão utilizada pelo entrevistador. Assim, as unidades de análise são, não só as características da criança, como as questões do entrevistador e as respostas da criança na fase substantiva da entrevista.

Os primeiros resultados que apresentamos são fruto de uma análise descritiva sobre as características das crianças presentes na amostra e a sua relação com as variáveis dependentes criadas.

### **3.1.1 Estatística descritiva**

Após a construção da base de dados houve a necessidade de se estabelecer uma estatística descritiva de modo a compreender a distribuição dos mesmos. Segundo Martins (2011), a estatística descritiva engloba um conjunto de medidas (de tendência central e de dispersão) e de representações gráficas que nos permitem descrever um conjunto de dados de forma sumária.

Deste modo, será feita uma análise de estatística descritiva dos três grupos de variáveis dependentes que predominaram no nosso estudo, sendo estas referentes ao *Tipo de questões* utilizadas pelo entrevistador, ao tipo de *Declarações da criança* e à quantidade de *Detalhes* conseguidos através de cada tipo de questão. Como já foi referido, a estatística descritiva tem como objetivo sintetizar a informação através da salientação de medidas de localização, tais como a média, moda, mediana e todas as que permitam condensar a informação obtida (Barrocos, 2006). No entanto, existem certas medidas de tendência central e de dispersão adequadas a cada tipo de variável. Como as variáveis dependentes descritas se distribuem através de percentagens (por exemplo, percentagem de ‘facilitadores’ que o entrevistador utilizou), estas podem-se definir como variáveis intervalares. Deste modo, as medidas mais corretas a utilizar na descrição deste tipo de variáveis são a *média* e o *desvio-padrão*. A *média* consiste no resultado da soma de todos os valores dos indivíduos numa determinada variável, dividido pelo número total de valores. Já o *desvio-padrão* demonstra a dispersão média dos valores individuais em relação ao valor da média da amostra na variável apresentada (Martins, 2011). Para além destas medidas, decidiu-se apresentar os máximos e mínimos de cada variável, de modo a compreender de forma mais aprofundada a distribuição de cada uma.

## Tipo de questões

Através da análise realizada sobre o tipo de questões que os entrevistadores utilizaram em todo este estudo (tabela 1, em anexo), pode-se observar a tendência de os mesmos utilizarem predominantemente *Facilitadores*, com uma média de 38.19% ( $DP = 15.64$ ), variando entre os 57.45% e os 6.25%. A seguir aos facilitadores, o tipo de interações com maior frequência são as *Questões Abertas*, já que os entrevistadores demonstraram uma média de 26.77% ( $DP = 7.77$ ) quando optaram por este tipo de perguntas (variando entre os 37.50% e os 14.63%). As *Questões Diretas* também foram bastante observadas, obtendo uma média de 17.93% ( $DP = 7.49$ , variando entre 31.17% e 6,25%). As *Questões Orientadas* tiveram uma média de 13.36% ( $DP = 8.64$ ), variando entre 35.50% e 6.06%. Relativamente à incidência da utilização de *Questões Sugestivas*, estas apenas obtiveram uma média de 2.24% ( $DP = 3.80$ ) variando entre 10.00% e 0.00%.

Já quanto ao tipo de questões menos utilizado pelos entrevistadores, podemos contar as *Referências Emocionais Positivas*, código este que não foi detetado em qualquer uma das entrevistas. Quanto a *Referências Emocionais Negativas*, estas também tiveram pouca visibilidade já que apenas demonstraram uma média de 0.18% ( $DP = 0.49$ ), variando entre os 1.69%, e os 0.00%. Tal como as *Referências Emocionais Negativas*, as interações codificadas como *Comentários Introdutórios*, *Questões não-substantivas* e *Âncoras*, tiveram pouca visibilidade nas entrevistas conseguidas neste estudo (tabela 1, em anexo).

## Declarações da criança

Através da tabela 2 (em anexo) podemos observar uma tendência para as crianças fornecerem *Declarações Responsivas*, ou seja, uma tendência para responder informativamente à questão do entrevistador, com uma média de 87.96% (variando entre 100.00% e 75.76%, com um  $DP = 8.16$ ). Já quanto a outro tipo de declarações conseguidas através da criança, estas apresentaram percentagens relativamente baixas, sendo apenas as *Declarações em que existe o pedido de esclarecimento* (média de 3.56% e  $DP = 4.25$ ) e a *Não Resposta* (média de 6.67% e  $DP = 6.34$ ) as únicas com alguma visibilidade aquando a transcrição da entrevista.

## Quantidade de detalhes

Sobre a quantidade de informação relevante que a criança forneceu, consoante a tipologia de questões aplicada, pode-se observar uma predominância na utilização de *Facilitadores*, já que 44.98% ( $DP = 22.63$ ) das vezes foi através deste tipo de interação que a informação foi conseguida pelas crianças (variando entre 80.22% e 5.99%). A utilização de *Questões Abertas* também teve o seu impacto, com uma média de 30.66% ( $DP = 15.77$ ), variando entre 56.16% e 8.66%. Quanto a questões que devem ser utilizadas com menos frequência pelo entrevistador, como as *Questões Orientadas* e as *Questões Diretas*, verificou-se que 16.15% ( $DP = 13.06$ ) da informação relevante foi conseguida através da utilização de *Questões Diretas* (variando entre os 43.70% e os 3,61%), enquanto 6.52% ( $DP = 4.86$ ) das palavras com relevância foram conseguidas através de *Questões Orientadas* (variando entre 16.17% e 0.85%). Quanto a questões a evitar, o uso de *Questões Sugestivas* levou a que as crianças pertencentes à amostra demonstrassem uma média de 1.19% ( $DP = 2.16$ ) relativa à informação fornecida através deste tipo de questão (variando entre 5.88% e 0.00%) (tabela 3, em anexo).

Como é possível observar na tabela 3 e relativamente a outros códigos, como os *Comentários introdutórios*, as *Questões não-substantivas*, as *Âncoras*, as *Referências Emocionais Positivas* e as *Referências Emocionais Negativas*, estas levaram a uma quantidade menor de palavras por parte da criança, comparativamente à utilização de qualquer outro tipo de questão.

### 3.1.2 Estatística Inferencial

De seguida pretende-se a criação de uma *estatística inferencial*, a qual nos permite retirar conclusões acerca da população-alvo, com base nos resultados obtidos na amostra daí recrutada (Martins, 2011). Tal será conseguido através de testes estatísticos de diferenças inter-sujeitos (diferenças entre grupos de sujeitos), os quais estudam as diferenças possíveis entre as variáveis independentes estudadas (género, idade, tipo de abuso, relação com o alegado abusador e revelação da situação abusiva) e as variáveis dependentes. Previamente, será feita uma nova análise de *estatística descritiva* apenas para enquadrar cada uma das variáveis independentes expostas. Para a realização da *estatística inferencial* socorreu-se da utilização de “testes de hipótese não paramétricos”, já que a dimensão da nossa amostra se revela como muito pequena para se considerar com uma distribuição normal ( $N = 13$ ). Por se constituir como uma

amostra de grupos independentes, decidiu-se utilizar o teste não paramétrico de *Mann-Whitney* para as variáveis nominais (género, tipo de abuso, relação com o alegado abusador e revelação da situação abusiva). Já relativamente à variável idade (a qual se demonstra como uma variável intervalar), utilizou-se um teste de *Kruskal-Wallis*. Apesar das variáveis dependentes se definirem como intervalares, a limitação do tamanho da amostra impede-nos de fazer um teste mais adequado como um teste paramétrico. Para cada uma das questões de investigação, definiram-se duas hipóteses, uma hipótese nula (*H0*) e uma hipótese alternativa (*H1*), as quais determinam se existe algum tipo de diferença entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes.

Na análise descritiva que antecede a análise inferencial decidiu-se estudar a *média* e o *desvio-padrão* como medidas de tendência central e de dispersão para a variável idade, por esta ser uma variável intervalar. Já quanto às restantes variáveis, sendo estas variáveis nominais, as medidas de tendência central e de dispersão mais adequadas são a *moda* e as *frequências*. Segundo Martins (2011), a *moda* corresponde ao valor da variável em análise que aparece com maior frequência na amostra. Já as *frequências* demonstram o número de vezes que cada valor da variável aparece na mesma.

## **Género**

No presente estudo, a amostra é constituída por 13 participantes, 9 (69.2%) do sexo feminino e 4 (30.8%) do sexo masculino ( $Mo=0$ ).

Segundo Lamb e colaboradores (2008), os entrevistadores tendem a utilizar mais questões abertas e menos questões diretas com crianças do sexo feminino do que com crianças do sexo masculino. Além disso, as crianças do sexo feminino tendem a dar mais informação relevante que as crianças do sexo oposto (Lamb *et al.*, 2008).

De forma a compreender a influência do género na utilização de certas tipologias de questões pelos entrevistadores, e da quantidade de informação relevante conseguida pelas crianças (questão de investigação), decidiu-se, em primeiro lugar, testar a hipótese nula (*H0*) de que “não existem diferenças significativas na utilização de determinados tipos de questões consoante o sexo da criança” e a hipótese alternativa (*H1*) de que “existem diferenças entre a utilização de determinados tipos de questões consoante o sexo da criança”. Observando a tabela 4. (em anexo), pode-se aceitar a hipótese nula (*H0*) ( $p>.05$ ), para cada tipo de questões ou seja, não existem diferenças entre a utilização de determinado tipo de questão e o género da criança (Comentários introdutórios:  $U = 17.00$ ,  $p = .851$ ; Questões não-substantivas:  $U = 14.00$ ,  $p =$

.326; Âncoras:  $U = 17.50$ ,  $p = .917$ ; Facilitadores:  $U = 18.00$ ,  $p = 1.00$ ; Referências emocionais positivas  $U = 18.00$ ,  $p = 1.00$ ; Referências emocionais negativas:  $U = 15.00$ ,  $p = .462$ ; Questões abertas:  $U = 14.00$ ,  $p = .537$ ; Questões diretas:  $U = 15.00$ ,  $p = .643$ ; Questões orientadas:  $U = 18.00$ ,  $p = 1.00$  e Questões sugestivas  $U = 12.00$ ,  $p = .291$ ).

Em segundo lugar, quis-se compreender se existe alguma diferença no tipo de declarações dadas pelas crianças e o seu género (questão de investigação). Definiu-se, portanto, a hipótese nula ( $H_0$ ) de que “não existe relação entre o género e o tipo de declarações dadas pelas crianças”, e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) de que “existe uma relação entre o género e o tipo de declarações dadas pelas crianças”. Tendo em conta a tabela 5. (em anexo), pode-se afirmar que não existe uma relação evidente entre o género e o tipo de declarações das crianças, podendo-se aceitar a hipótese nula ( $H_0$ ) ( $p > .05$ ) para todo o tipo de declarações da criança (Declarações responsivas:  $U = 18.00$ ,  $p = 1.00$ ; Declarações não-responsivas:  $U = 13.50$ ,  $p = .429$ ; Declarações divergentes:  $U = 16.00$ ,  $p = .505$ ; Declarações em que existe o pedido de esclarecimento:  $U = 14.00$ ,  $p = .525$ ; Declarações pouco claras:  $U = 12.00$ ,  $p = .258$ ; Não resposta:  $U = 14.00$ ,  $p = .531$ ).

Apesar de neste estudo não se ter em consideração a quantidade total de informação que a criança dá comparativamente à quantidade de detalhes sobre o abuso, decidiu-se aplicar uma questão de investigação sobre a diferença quanto à quantidade de detalhes conseguidos com cada tipo de questão dependendo do género da criança. Assim, definiu-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de que “não existe diferença na quantidade de detalhes que a criança dá com cada tipo de questão consoante o seu género”, e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) de que “existe diferença na quantidade de detalhes que a criança dá com cada tipo de questão consoante o seu género”. Segundo a tabela 6. (em anexo), pode-se aceitar a hipótese nula ( $H_0$ ) ( $p > .05$ ) em todos os casos, ou seja, não existem diferenças entre a quantidade de detalhes dados pela criança com cada tipo de questão e se esta é do sexo masculino ou feminino (Detalhes com Comentários introdutórios:  $U = 14.00$ ,  $p = .326$ ; Detalhes com Questões não-substantivas:  $U = 16.00$ ,  $p = .505$ ; Detalhes com Âncoras:  $U = 17.50$ ,  $p = .917$ ; Detalhes com Facilitadores:  $U = 17.00$ ,  $p = .877$ ; Detalhes com Referências emocionais positivas:  $U = 18.00$ ,  $p = 1.00$ ; Detalhes com Referências emocionais negativas:  $U = 15.00$ ,  $p = .462$ ; Detalhes com Questões abertas:  $U = 14.00$ ,  $p = .537$ ; Detalhes com Questões diretas:  $U = 16.00$ ,  $p = .758$ ; Detalhes com Questões orientadas:  $U = 12.00$ ,  $p = .355$ ; Detalhes com Questões sugestivas:  $U = 12.00$ ,  $p = .291$ ).

## Idade

No presente estudo, a idade dos participantes varia entre os 7 e os 16 anos, tendo uma média de 11.23 e um desvio-padrão de 2.68.

Segundo Lamb e colaboradores (2008) por haver questões relacionadas com a idade quando se fala da diferença de prestação nas suas declarações, a diferença etária relativa à memória é passível de se demonstrar. Assim, e segundo Shuman e colaboradores (1999), as questões utilizadas durante a entrevista devem ser colocadas de forma a corresponder ao desenvolvimento da mesma (cit in. Gudjonsson et al., 2010; Cheung & Boutté-Queen, 2010b). Desta forma, alguns investigadores tendem a usar tipos de questões diferentes, tendo em conta a idade da criança em questão.

Tendo em conta a literatura, decidiu-se compreender se existe ou não uma diferença entre o tipo de questões do entrevistador e a idade da criança (questão de investigação), definindo-se a hipótese nula ( $H_0$ ) “não existe uma relação entre a idade da criança e a tipologia de questões escolhida pelo entrevistador” e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) “existe uma relação entre a idade da criança e a tipologia de questões escolhida pelo entrevistador”. Com a observação das tabelas 7. e 8. (em anexo), pode-se aceitar a hipótese nula ( $H_0$ ) ( $p > .05$ ) para todas as variáveis, já que não houve uma relação evidente (Comentários introdutórios:  $X^2 = 0.50$ ,  $p = .480$ ; Questões não-substantivas:  $X^2 = 0.50$ ,  $p = .480$ ; Âncoras:  $X^2 = 2.00$ ,  $p = .157$ ; Facilitadores:  $X^2 = 1.50$ ,  $p = .221$ ; Referências emocionais positivas  $X^2 = 0.00$ ,  $p = 1.00$ ; Referências emocionais negativas:  $X^2 = 0.00$ ,  $p = 1.00$ ; Questões abertas:  $X^2 = 1.50$ ,  $p = .221$ ; Questões diretas:  $X^2 = 1.50$ ,  $p = .221$ ; Questões orientadas:  $X^2 = 1.50$ ,  $p = 0.221$  e Questões sugestivas  $X^2 = 0.50$ ,  $p = .480$ ).

Durante a revisão da literatura, muitos foram os autores descritos que apontaram a existência de uma relação entre a idade e a quantidade de detalhes sobre os eventos que as crianças proferem durante a entrevista. No presente estudo, apenas foi feita uma contabilização dos detalhes consoante o tipo de questão elaborada pelo entrevistador, não se tendo feito uma relação entre a quantidade de detalhes e o total das palavras ditas pelas crianças. No entanto, decidiu-se compreender se existe ou não uma relação entre o tipo de declarações dadas pelas crianças e a quantidade de detalhes consoante cada tipo de questão estabelecida. Assim, resolveu-se testar a existência de uma relação entre o tipo de declarações das crianças e a idade das mesmas. Definiu-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de que “não existem diferenças entre a idade e o tipo de declarações dadas pelas crianças” e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) de que “existem diferenças entre a idade e o tipo de declarações dadas pelas crianças”. Segundo as tabelas 9. e 10. (em anexo), aceita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) ( $p > .05$ ) não se tendo verificado uma relação entre

a idade da criança e o tipo de declarações dadas por esta (Declarações responsivas:  $X^2 = 0.00$ ,  $p = 1.00$ ; Declarações não-responsivas:  $X^2 = 2.00$ ,  $p = .157$ ; Declarações divergentes:  $X^2 = 0.00$ ,  $p = 1.00$ ; Declarações em que existe o pedido de esclarecimento:  $X^2 = 0.00$ ,  $p = 1.00$ ; Declarações pouco claras:  $X^2 = 0.00$ ,  $p = 1.00$ ; Não resposta:  $X^2 = 0.00$ ,  $p = 1.00$ ).

Num estudo de Lamb e colaboradores (2007a) apesar das diferenças etárias quanto à quantidade de informação, tanto crianças mais velhas como crianças mais novas tiveram um desempenho superior através do uso de questões abertas pelo entrevistador. Deste modo, decidiu-se estudar a prestação das crianças consoante os diferentes tipos de questões colocadas pelo entrevistador, de forma a compreender se existe uma relação entre a idade e a quantidade de detalhes que as mesmas produzem, consoante cada tipo de questão. Definiu-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de que “não existe uma relação entre a idade e a quantidade de detalhes dados pela criança, consoante cada tipo de questão” e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) de que “existe uma relação entre a idade e a quantidade de detalhes dados pela criança, consoante cada tipo de questão”. Através das tabelas 11. e 12. (em anexo), pode-se observar que não existe uma relação evidente entre as mesmas variáveis ( $p > .05$ , aceita-se a  $H_0$ ), já que todas as crianças tenderam a ser igualmente competentes no uso de determinadas questões, independentemente da idade (Detalhes com Comentários introdutórios:  $X^2 = 0.50$ ,  $p = .480$ ; Detalhes com Questões não-substantivas:  $X^2 = 0.00$ ,  $p = 1.00$ ; Detalhes com Âncoras:  $X^2 = 2.00$ ,  $p = .157$ ; Detalhes com Facilitadores:  $X^2 = 1.50$ ,  $p = .221$ ; Detalhes com Referências emocionais positivas:  $X^2 = 0.00$ ,  $p = 1.00$ ; Detalhes com Referências emocionais negativas:  $X^2 = 0.00$ ,  $p = 1.00$ ; Detalhes com Questões abertas:  $X^2 = 1.50$ ,  $p = .221$ ; Detalhes com Questões diretas:  $X^2 = 1.50$ ,  $p = .221$ ; Detalhes com Questões orientadas:  $X^2 = 1.50$ ,  $p = .221$ ; Detalhes com Questões sugestivas:  $X^2 = 0.50$ ,  $p = .480$ ).

## Tipo de abuso

A amostra é constituída por 13 participantes, 10 (76.9%) dos quais sofreram abuso sexual e 3 (23.1%) sofreram abuso físico ( $M_0 = 0$ ).

Segundo Lamb e colaboradores (2008), o entrevistador tende a utilizar mais questões abertas e menos questões diretas com crianças abusadas sexualmente do que com crianças abusadas fisicamente. Neste estudo decidiu-se, então, comparar a tendência do entrevistador usar mais questões abertas do que questões mais fechadas consoante a criança tivesse sido abusada sexualmente ou fisicamente. Definiu-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de que “não existe diferença na utilização de um certo tipo de questões consoante a criança tenha sido abusada

sexualmente ou fisicamente” e a hipótese alternativa (*H1*) de que “existe diferença na utilização de um certo tipo de questões consoante a criança tenha sido abusada sexualmente ou fisicamente”. Segundo a tabela 13. (em anexo), a hipótese nula (*H0*) é mantida ( $p > .05$ ), ou seja, não existem diferenças significativas no uso de certo tipo de questões, tenha a criança sido abusada fisicamente ou sexualmente (Comentários introdutórios:  $U = 14.00$ ,  $p = .836$ ; Questões não-substantivas:  $U = 12.00$ ,  $p = .420$ ; Âncoras:  $U = 14.00$ ,  $p = .819$ ; Facilitadores:  $U = 15.00$ ,  $p = 1.00$ ; Referências emocionais positivas  $U = 15.00$ ,  $p = 1.00$ ; Referências emocionais negativas:  $U = 12.00$ ,  $p = .420$ ; Questões abertas:  $U = 6.00$ ,  $p = .128$ ; Questões diretas:  $U = 13.00$ ,  $p = .735$ ; Questões orientadas:  $U = 15.00$ ,  $p = 1.00$  e Questões sugestivas  $U = 6.50$ ,  $p = .101$ ).

Já em relação à prestação das crianças, segundo Lamb e colaboradores (2008), as crianças abusadas sexualmente tendem a dar mais declarações responsivas e menos declarações que não conferem informação pertinente comparativamente às crianças abusadas fisicamente. Assim, decidiu-se observar se a criança tende a dar mais declarações responsivas do que outro tipo de declarações consoante esta tivesse sido abusada fisicamente ou sexualmente. Definiu-se a hipótese nula (*H0*) de que “não existe diferença no uso de declarações responsivas e outro tipo de declarações entre crianças abusadas fisicamente e crianças abusadas sexualmente”, e a hipótese alternativa (*H1*) de que “existe diferença no uso de declarações responsivas e outro tipo de declarações entre crianças abusadas fisicamente e crianças abusadas sexualmente”. Segundo a tabela 14. (em anexo), a hipótese nula (*H0*) é retida ( $p > .05$ ), ou seja, não existe diferenças significativas entre o tipo de declaração dadas pela criança e se esta foi abusada fisicamente ou sexualmente (Declarações responsivas:  $U = 11.00$ ,  $p = .499$ ; Declarações não-responsivas:  $U = 13.00$ ,  $p = .700$ ; Declarações divergentes:  $U = 13.50$ ,  $p = .584$ ; Declarações em que existe o pedido de esclarecimento:  $U = 13.00$ ,  $p = .728$ ; Declarações pouco claras:  $U = 15.00$ ,  $p = 1.00$ ; Não resposta:  $U = 11.00$ ,  $p = .493$ ).

Também referente a este tópico (tipo de abuso), decidiu-se verificar se a quantidade de informação relevante dita pela criança (através de cada tipo de questão) modifica-se consoante esta tenha sido abusada sexualmente ou fisicamente. Assim, definiu-se a hipótese nula (*H0*) de que “não existe diferença na quantidade de informação conseguida pela criança através dos diferentes tipos de questões caso esta tenha sido abusada sexualmente ou fisicamente” e a hipótese alternativa (*H1*) de que “existe diferença na quantidade de informação conseguida pela criança através dos diferentes tipos de questões caso esta tenha sido abusada sexualmente ou fisicamente”. Através da tabela 15. (em anexo) compreende-se a necessidade de se aceitar a hipótese nula (*H0*) ( $p > .05$ ), ou seja, não existem diferenças significativas na quantidade de palavras fornecidas pela criança consoante cada questão e o tipo de abuso sofrido (Porcentagem

de palavras com Comentários introdutórios:  $U = 12.00$ ,  $p = .420$ ; Detalhes com Questões não-substantivas:  $U = 13.50$ ,  $p = .584$ ; Detalhes com Âncoras:  $U = 14.00$ ,  $p = .819$ ; Detalhes com Facilitadores:  $U = 14.00$ ,  $p = .866$ ; Detalhes com Referências emocionais positivas:  $U = 15.00$ ,  $p = 1.00$ ; Detalhes com Referências emocionais negativas:  $U = 12.00$ ,  $p = .420$ ; Detalhes com Questões abertas:  $U = 9.00$ ,  $p = .310$ ; Detalhes com Questões diretas:  $U = 11.00$ ,  $p = .499$ ; Percentagem de palavras com Questões orientadas:  $U = 13.00$ ,  $p = .735$ ; Detalhes com Questões sugestivas:  $U = 6.50$ ,  $p = .101$ ).

## Revelação do abuso

A nossa amostra é constituída por 13 crianças, 9 (69.2%) revelaram o abuso ao longo da entrevista e 4 (30.8%) não revelaram ( $Mo=0$ ).

Lamb e colaboradores (2008) destacaram três hipóteses para o grupo de crianças que não chegam a revelar o abuso. Em primeiro lugar, a criança foi abusada mas não denuncia por vergonha, medo ou falta de interesse na entrevista investigatória. Em segundo lugar, a criança foi abusada mas não reconhece o abuso como um ato inapropriado, não compreendendo o que o entrevistador pretende saber, e, por último, em terceiro lugar, a criança que realmente não foi abusada e que afirma não o ter sido quando questionada.

Relativamente à tipologia de questões que o entrevistador tende a utilizar consoante a criança tenha revelado ou não, segundo Lamb e colaboradores (2008) os entrevistadores tendem a utilizar mais questões orientadas e sugestivas com crianças que não revelam, comparativamente com crianças que o fazem. Mesmo assim, as crianças dos dois grupos tendem a dar mais informação através de questões abertas do que através do uso de questões diretas, orientadas e sugestivas (Lamb *et al.*, 2008). No presente estudo, decidiu-se verificar se por um lado o entrevistador tendeu a usar algum tipo específico de questão com crianças que não revelaram, e comparar a mesma tendência com crianças que, de fato, revelaram a situação abusiva. Assim, definiu-se a hipótese nula ( $H0$ ) de que “não existe diferença na tendência a utilizar um determinado tipo de questão consoante a criança faça ou não a revelação do abuso”, e a hipótese alternativa ( $H1$ ) de que “existe diferença na tendência a aplicar um certo tipo de questão consoante a criança faça ou não a revelação do abuso”. Segundo a tabela 16. (em anexo) pode-se verificar que a hipótese nula ( $H0$ ) é aceite ( $p>.05$ ) para qualquer um dos tipos de questões utilizados com estas crianças, indo contra a assunção de que o entrevistador tenderá a utilizar mais questões sugestivas, orientadas e diretas com crianças que não revelam o abuso (Comentários introdutórios:  $U = 17.00$ ,  $p = .851$ ; Questões não-substantivas:  $U = 14.00$ ,  $p =$

.326; Âncoras:  $U = 12.00$ ,  $p = .211$ ; Facilitadores:  $U = 11.00$ ,  $p = .280$ ; Referências emocionais positivas  $U = 18.00$ ,  $p = 1.00$ ; Referências emocionais negativas:  $U = 15.00$ ,  $p = .462$ ; Questões abertas:  $U = 16.50$ ,  $p = .817$ ; Questões diretas:  $U = 17.00$ ,  $p = .877$ ; Questões orientadas:  $U = 9.00$ ,  $p = .165$  e Questões sugestivas  $U = 15.50$ ,  $p = .660$ ). Em segundo lugar e tendo ainda em conta o tópico da revelação ou não do abuso, decidiu-se observar se as crianças tendem a dar mais declarações responsivas do que outro tipo de declarações. Segundo os autores, crianças que não revelam o abuso podem tender a não dar tantas declarações responsivas, comparativamente a crianças que o fazem (Lamb *et al.*, 2008). Assim, elaborou-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de que “não existem diferenças significativas entre o tipo de resposta dada pela criança e se esta revelou ou não o abuso” e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) de que “existem diferenças significativas entre o tipo de resposta dada pela criança e se esta revelou ou não o abuso”. Sendo o  $p > .05$  (tabela 17., em anexo), pode-se aceitar a hipótese nula ( $H_0$ ), ou seja, não existem diferenças significativas entre o tipo de resposta dada pela criança e se esta revelou ou não o abuso (Declarações responsivas:  $U = 16.00$ ,  $p = .758$ ; Declarações não-responsivas:  $U = 16.50$ ,  $p = .792$ ; Declarações divergentes:  $U = 16.00$ ,  $p = .505$ ; Declarações em que existe o pedido de esclarecimento:  $U = 17.00$ ,  $p = .874$ ; Declarações pouco claras:  $U = 12.00$ ,  $p = .258$ ; Não resposta:  $U = 14.00$ ,  $p = .531$ ).

Já quanto à comparação entre a quantidade de informação pertinente fornecida pelas crianças consoante o uso de cada tipo de questão, entendeu-se fazer um teste de forma a verificar se a quantidade de informação facultada através de um determinado tipo de questão é diferente consoante a criança tenha ou não revelado. Assim, definiu-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de que “não existe diferença entre o grupo das crianças que revelaram o abuso e o das crianças que não revelaram na quantidade de detalhes fornecidos consoante um tipo de questão específico”, e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) de que “existe diferença entre o grupo de crianças que revelaram o abuso e o das crianças que não revelaram na quantidade de detalhes fornecidos consoante um tipo de questão específico”. Através da tabela 18. (em anexo) pode-se aceitar a hipótese nula ( $H_0$ ) ( $p > .05$ ) ou seja, não existe diferença entre o grupo das crianças que revelaram o abuso do grupo das crianças que não revelaram, na quantidade de detalhes fornecidos consoante uma questão específica, à excepção dos detalhes conseguidos através de Questões orientadoras (Porcentagem de palavras com Comentários introdutórios:  $U = 14.00$ ,  $p = .326$ ; Detalhes com Questões não-substantivas:  $U = 16.00$ ,  $p = .505$ ; Detalhes com Âncoras:  $U = 12.00$ ,  $p = .211$ ; Detalhes com Facilitadores:  $U = 12.00$ ,  $p = .355$ ; Detalhes com Referências emocionais positivas:  $U = 18.00$ ,  $p = 1.00$ ; Detalhes com Referências emocionais negativas:  $U = 15.00$ ,  $p = .462$ ; Detalhes com Questões abertas:  $U = 16.00$ ,  $p = .758$ ; Detalhes com Questões directas:  $U = 16.00$ ,  $p = .758$ ; Detalhes com Questões orientadas:  $U = 5.00$ ,  $p = .045$ ; Detalhes com

Questões sugestivas:  $U = 16.50$ ,  $p = .792$ ). Tal resultado irá de encontro com o defendido pelos autores (Lamb *et al.*, 2008) de que as crianças não diferem na tendência a fornecer mais detalhes com um certo tipo de questões consoante o grupo a que pertencem (revelou ou não revelou o abuso). Apenas se observou uma tendência superior para as crianças que não revelaram o abuso durante toda a entrevista de fornecer mais detalhes através de Questões orientadas (*média* de 11.35% e  $DP=5.36$ ), comparativamente a crianças que revelaram (*média* de 4.37% e  $DP=2.78$ ).

## Relação com o alegado abusador

A amostra é constituída por 13 participantes, 9 (69.2%) sofreram um abuso intrafamiliar e 4 (30.8%) sofreram um abuso extrafamiliar ( $Mo=0$ ).

Geralmente o entrevistador tende a utilizar menos questões abertas com crianças que alegadamente terão sido abusadas intrafamiliarmente (Lamb *et al.*, 2008). Assim sendo, decidiu-se testar a hipótese de que existe um efeito da relação com o alegado abusador na utilização de certos tipos de questões, sendo a hipótese nula ( $H_0$ ) “não existe diferença na utilização de certos tipos de questões consoante a relação com o alegado abusador”, e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) de que “existe diferença na utilização de certos tipos de questão consoante a relação com o alegado abusador”. Através da tabela 19. (em anexo) pode-se aceitar a hipótese nula ( $H_0$ ) ( $p>.05$ ), ou seja, não existem diferenças significativas entre o tipo de questão utilizada e a relação com a pessoa que perpetrou o abuso (Comentários introdutórios:  $U = 16.00$ ,  $p = .706$ ; Questões não-substantivas:  $U = 16.00$ ,  $p = .624$ ; Âncoras:  $U = 12.00$ ,  $p = .211$ ; Facilitadores:  $U = 11.00$ ,  $p = .280$ ; Referências emocionais positivas  $U = 18.00$ ,  $p = 1.00$ ; Referências emocionais negativas:  $U = 16.00$ ,  $p = .624$ ; Questões abertas:  $U = 16.50$ ,  $p = .817$ ; Questões diretas:  $U = 10.00$ ,  $p = .217$ ; Questões orientadas:  $U = 13.00$ ,  $p = .440$  e Questões sugestivas  $U = 12.50$ ,  $p = .333$ ). Decidiu-se, também, atender ao tipo de declarações dadas pelas crianças e as suas diferenças consoante o tipo de relação com o alegado abusador. Assim, definiu-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de que “não existem diferenças entre o tipo de declarações dadas pelas crianças e a relação com o alegado abusador” e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) de que “existem diferenças entre o tipo de declarações dadas pelas crianças e a relação com o alegado abusador”. Observando a tabela 20. (em anexo), pode-se afirmar que não existe uma relação evidente entre as variáveis ( $p>.05$ , aceitando-se a  $H_0$ ) (Declarações responsivas:  $U = 13.00$ ,  $p = .440$ ; Declarações não-responsivas:  $U = 12.50$ ,  $p = .333$ ; Declarações divergentes:  $U = 13.50$ ,  $p = .134$ ; Declarações em que existe o pedido de esclarecimento:  $U = 11.00$ ,  $p = .267$ ; Declarações pouco claras:  $U = 14.00$ ,  $p = .451$ ; Não resposta:  $U = 17.50$ ,  $p = .938$ ).

Além do tipo de questões feitas pelo entrevistador e do tipo de declarações da criança, as crianças que sofreram um abuso intrafamiliar tendem a dar menos informação relevante que as crianças que sofreram um abuso extrafamiliar (Lamb *et al.*, 2008). Como já foi dito, no presente estudo, não se terá feito uma comparação entre o número total de palavras da criança e o número de detalhes sobre o abuso fornecidos pela mesma, mesmo assim decidiu-se testar se existe ou não diferença entre a quantidade de detalhes fornecidos através de cada questão e o tipo de abuso sofrido. Assim, definiu-se a hipótese nula ( $H_0$ ) de que “não existe diferença entre a quantidade de informação dada pela criança consoante cada tipo de questão e a relação com o ofensor” e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) de que “existe diferença entre a quantidade de informação dada pela criança consoante cada tipo de questão e a relação com ofensor”. Segundo a tabela 21. (em anexo) aceita-se a hipótese nula ( $H_0$ ) ( $p > .05$ ), ou seja, não existem diferenças entre a quantidade de informação dada pela criança e a relação com o alegado abusador (Detalhes com Comentários introdutórios:  $U = 16.00$ ,  $p = .624$ ; Detalhes com Questões não-substantivas:  $U = 13.50$ ,  $p = .134$ ; Detalhes com Âncoras:  $U = 12.00$ ,  $p = .211$ ; Detalhes com Facilitadores:  $U = 11.00$ ,  $p = .280$ ; Detalhes com Referências emocionais positivas:  $U = 18.00$ ,  $p = 1.00$ ; Detalhes com Referências emocionais negativas:  $U = 16.00$ ,  $p = .624$ ; Detalhes com Questões abertas:  $U = 18.00$ ,  $p = 1.00$ ; Detalhes com Questões diretas:  $U = 7.00$ ,  $p = .090$ ; Detalhes com Questões orientadas:  $U = 9.00$ ,  $p = .165$ ; Detalhes com Questões sugestivas:  $U = 12.50$ ,  $p = .333$ ).

Com o intuito de se compreender algumas dinâmicas existentes durante a entrevista, menos perceptíveis através da análise quantitativa, decidiu-se fazer uma análise de conteúdo de cariz tradicional tendo em conta os objetivos propostos no presente estudo.

### 3.2 ANÁLISE QUALITATIVA

De forma a atender aos objetivos do presente estudo, decidiu-se estabelecer uma análise de conteúdo de cariz tradicional para que se possam compreender certas dinâmicas presentes durante as entrevistas, tanto relativamente ao seguimento dado pelo entrevistador como às respostas das próprias crianças. Apesar da transcrição ter sido conseguida num breve espaço de tempo após a entrevista ter sido feita, esta foi gravada em formato áudio, não havendo forma de se atender ao comportamento não-verbal do entrevistador e da criança. Com isto, apenas se terá em conta a informação escrita conseguida através das transcrições e da sua interpretação. Um dos critérios utilizados durante a análise qualitativa prende-se à comparação das dinâmicas visualizadas entre crianças mais jovens e crianças mais velhas. No entanto, como a amostra se revelou bastante limitada (contando com um total de 13 crianças) as idades não foram

distribuídas por grupos, havendo uma noção mais subjetiva da dimensão *idade*. Mesmo assim, e aquando a análise, vai-se atender às idades mais baixas e às idades mais altas como ponto de comparação. As unidades de análise são, então, tanto a questão do entrevistador como toda a resposta fornecida pela criança. Decidiu-se, portanto, fazer uma análise através da criação de várias categorias referentes às dinâmicas mais salientes e com maior relevância para a consecução dos objetivos propostos. Para isso, dividiu-se a temática em três grandes categorias: *Preparação do contexto da entrevista*; *Investigação do evento* e *Conclusão da entrevista*. Em cada uma das categorias criou-se a descrição de algumas dinâmicas mais salientes e a utilização de alguns excertos que pudessem servir como exemplos do caso retratado, nos quais se teve em consideração a ocultação da identidade da criança.

### **Preparação do contexto da entrevista**

Esta categoria insere-se sobretudo na fase pré substantiva e é referente às capacidades da criança em conferir informação pessoal básica, compreender as regras da entrevista, demonstrar concentração na mesma, responder satisfatoriamente a questões abertas sobre tópicos neutros, e articular o propósito da entrevista.

### **Investigação do evento**

Esta categoria contém informação relevante conseguida na fase substantiva da entrevista. Refere-se, por um lado, à capacidade da criança para desocultar a situação abusiva e à capacidade da mesma de descrever o momento do abuso e os sentimentos experienciados, e, por outro, à utilização de *questões abertas*, *facilitadores*, *questões diretas*, *questões orientadas* e *questões sugestivas* por parte do entrevistador e a sua influência na aplicação do protocolo, na consecução da entrevista e na informação conferida pela criança. Também se atendeu ao uso de palavras-chave proferidas pela criança e a questões valorativas por parte do entrevistador.

### **Conclusão da entrevista**

Nesta última fase, decidiu-se analisar a influência de certas diretrizes do protocolo sobre como finalizar a entrevista, tais como a questão que o entrevistador deve fazer sobre se há mais algo a dizer e a utilização de tópicos neutros.

### 3.2.1 Preparação do contexto da entrevista

#### Informação pessoal básica, regras da entrevista e concentração

Gudjonsson e colaboradores (2010), no seu estudo aperceberam-se que tanto as crianças mais jovens como as crianças mais velhas tinham capacidade de lembrar informação pessoal básica, dar respostas satisfatórias a questões neutras e compreender as regras da entrevista. No entanto, as crianças mais jovens que participaram no seu estudo evidenciaram dificuldade em se concentrar na entrevista e articular o propósito da mesma. No presente estudo, através da análise das entrevistas foi possível observar que tanto crianças mais velhas como mais novas tiveram competência em dar respostas satisfatórias através de questões abertas sobre tópicos neutros e em recordar informação pessoal básica. Apenas uma criança teve alguma dificuldade de concentração na entrevista, a qual seria a mais velha de toda a amostra:

#### **J. R. (16 anos)**

*Entrevistador: De setembro? Olha, eu quero que tu me contes, agora, tudo sobre o teu dia de aniversário, sobre o último dia de aniversário... anda lá, conta-me tudo... vais-me contar tudo desde que acordaste nesse dia até te deitares ...*

*Criança: Não me lembro...*

*E: Então, vamos lá fazer um esforço.*

*C: (suspiros) (silêncio)*

*E: Não?... Nada?*

*C: (murmúrios)*

Quanto à compreensão da entrevista, o grupo demonstrou-se muito heterogéneo já que algumas crianças (tanto mais velhas como mais novas) demonstraram alguma dificuldade na compreensão do propósito da entrevista:

#### **A.F. (14 anos)**

*Entrevistador: Hum hum. Muito bem. Muito bem. Sim senhora. Vamos lá então. Olha, A., como eu já te disse no início, já tínhamos falado um bocadinho da última vez... tu vieste cá para falar connosco sobre coisas que aconteceram contigo. Tu sabes porque é que vieste cá falar connosco?*

*Criança: Não.*

*E: O que é que tu achas?*

*C: Não sei.*

*E: Hum?*

*C: Não sei.*

*E: Não fazes ideia?*

*C: Não. Não sei...*

Mas (contrariamente aos resultados dos autores), neste estudo, a maioria das crianças mais jovens demonstraram compreensão sobre o propósito da entrevista:

**L. (8 anos)**

*Entrevistador: Pronto. Olha L., tu sabes porque é que vieste falar cá connosco?*

*Criança: Sei.*

**J.V. (12 anos)**

*Entrevistador: sim senhora, muito bem. Olha, eu agora, J., queria que nós falássemos sobre porque é que tu vieste hoje falar connosco...*

*Criança: Por causa de eu ter dito que o meu pai me batia.*

### **3.2.2. Investigação do evento**

#### **Desocultação do abuso**

Na generalidade das entrevistas e independentemente da idade, as crianças foram capazes de desocultar e relatar os episódios de abuso através de questões abertas, intercaladas por facilitadores.

**A. (12 anos)**

*Entrevistador: Hum hum... muito bem. Olha A., agora que nós já te conhecemos um bocadinho melhor, eu queria falar contigo sobre porque é que estás aqui hoje...*

*Criança: Hum... porque... a médica é que disse que eu tinha de vir para aqui porque eu fui abusada sexualmente...*

*E: Hum hum... então, fala-me tudo sobre isso... de tu estares a dizer de seres abusada sexualmente...*

**M. (12 anos)**

*Entrevistador: Está desempregado é? Isso é que é pior. Ok. Muito bem. Pronto. Olha M., tu sabes... sabes porque é que vieste falar connosco?*

*Criança: Sei.*

*E: Sabes? Então?*

*C: É coisas que passou entre mim e o meu ex. cunhado Filipe.*

Mesmo assim, e como já terá sido discutido na análise quantitativa, quatro das treze crianças constituintes da amostra não revelaram a situação de abuso em toda a entrevista. Segundo Lamb e colaboradores (2008), existem três possibilidades para as crianças não revelarem o abuso. A criança pode sentir vergonha, medo ou falta de interesse, pode não reconhecer o abuso como algo inapropriado e, por último, o alegado abuso pode não ter acontecido de fato. No presente estudo, podemos supor que as quatro crianças não reveladoras podem estar incluídas num destes grupos, não tendo havido, portanto, influência direta do uso do protocolo quanto à desocultação da situação abusiva.

**Descrição do momento do abuso e sentimentos experienciados**

Tal como quanto à desocultação das situações abusivas, através de questões abertas e facilitadores, as crianças foram capazes de descrever estas mesmas situações, bem como os sentimentos experienciados:

**J.R. (16 anos)**

*E: Hum hum. Conta-nos tudo sobre isso.*

*C: Só sei que ele meteu-me a mão na vagina... meteu-se em cima de mim... meteu-me a mão na vagina... virou-me para o lado da porta... pôs-se em cima de mim... cheirava a bebida alcoólica... (...) depois comecei a chorar... depois dei-lhe um pontapé... e saí do quarto...*

**J. S. (10 anos)**

*Entrevistador: Claro, claro. Olha, tu há bocado disseste que ficaste traumatizado quando viste isso. Conta-nos tudo sobre isso.*

*Criança: Quando... quando vi a pistola pensei logo, pronto a minha vida vai acabar. Pronto, eu nunca mais... mas eu tenho de ser corajoso. O que é que eu vou fazer e fugi dali para fora... Deu-me logo vontade de fugir. Fugir para quê? Ele ia logo atrás de mim... ainda era pior.*

No entanto, há que ter em conta que as crianças que desocultaram a situação abusiva com maior dificuldade poderiam sentir esta mesma dificuldade potenciada por questões emocionais associadas ao tópico da entrevista. Tal foi observado não só em crianças mais jovens como em crianças mais velhas:

**A. P. (14 anos)**

*Entrevistador: Olha A., eu compreendo que... provavelmente são coisas que não gostas muito de falar... que te fazem sentir um bocadinho mal... mas era muito importante nós falarmos sobre essas coisas, que é para nós percebermos muito bem aquilo que te aconteceu. Percebes A.?*

*(silêncio) (criança começa a chorar ainda mais)*

*E: Hum? Espera um pouco que já te arranjam um lenço. Pronto.*

*Criança: Não queria falar sobre isso...*

*E: Pronto. Tudo bem. Olha, diz-me uma coisa A., essas coisas que aconteceram, aconteceram só... diz-me só uma coisa, consegues-me dizer essas coisas... quem é que fez essas coisas?*

*C: O meu pai.*

**Questões abertas e Facilitadores**

Durante todas as entrevistas foi observado um esforço por parte dos entrevistadores de aplicar questões abertas sempre intercaladas por facilitadores, de forma a obter o máximo de informação pertinente por parte da criança, incentivando a mesma a continuar a relatar os acontecimentos.

**Questões diretas e questões orientadas**

Na generalidade das entrevistas, as questões orientadas e diretas apenas foram utilizadas numa fase avançada, para obtenção de mais detalhes sobre o tópico da entrevista. Mesmo assim, observou-se uma tendência das crianças fornecerem respostas mais breves quando tais questões seriam utilizadas:

**A.F. (14 anos)**

*Entrevistador: Hum hum... tipo, vamos imaginar, era uma camisola assim maior, não é?*

*Criança: Sim.*

*E: Ok. Muito bem. Olha, e tu tinhas roupa interior?*

*C: Tinha.*

*E: Tinhas? Pronto. Ok. Olha, quando tu dizes que ele pôs dentro... isso foi por cima ou por baixo da tua roupa interior?*

*C: Foi por baixo.*

### **Questões sugestivas**

Apesar da baixa tendência dos entrevistadores utilizarem este tipo de questões, quando o fizeram observou-se alguma influência negativa nas respostas das crianças. Um exemplo foi a tendência da criança em demonstrar uma certa confusão quanto à temática que estaria a ser debatida, principalmente se esta fosse mais jovem:

#### **L. (8 anos)**

*E: Ok. Muito bem. Olha, tu depois de teres contado notaste assim alguma alteração em ti, no teu comportamento...*

*C: Eu... não estou a perceber...*

Segundo Clarke-Stewart e colaboradores (2004), as crianças com competências linguísticas são mais resistentes à *sugestionabilidade*, pois tendem a compreender e a lidar com contextos de interrogatório mais facilmente (cit in. Cunha, 2010). No presente estudo, o mesmo foi observado, já que na generalidade, as crianças demonstraram resistência à sugestionabilidade:

#### **R. (7 anos)**

*Entrevistador: Hum hum... ok. Olha, os meus colegas que trabalham no hospital disseram-me que uma vez tu foste ao hospital porque a mãe foi lá e disse que o pai te tinha batido... e eu queria que tu me falasses tudo sobre isso.*

*Criança: O pai não me bateu.*

#### **J. S. (10 anos)**

*Criança: Eu tinha ido para a sala, depois sentei-me a ver televisão. Ele chegou lá e deu-me um murro. E eu outro. E depois estávamos ali, andávamos aos murros...*

*Entrevistador: Hum hum... e ele dava-te pontapés também, na cara?*

*C: Na cara não. Dava-me nas costas e na barriga.*

*E: Pontapés nas costas e na barriga... e nunca te tentou sufocar?*

*C: Não.*

### **Palavras-chave**

Em todas as entrevistas foi patente uma tentativa por parte dos entrevistadores de atenderem às expressões da criança, e utilizarem estas de forma a seguir uma das diretrizes do protocolo:

#### **J. (8 anos)**

*Criança: Sim, nós entramos, ele disse “queres-te sentar” e eu “não”, ele tinha um gatinho e disse “queres-te sentar” e eu “não”, e eu... “então porquê?” “Porque tu me mandaste vir aqui?” e ele “para falarmos um bocadinho...” e depois ele passou a mão nas minhas pernas...*

*Entrevistador: Hum Hum... ok. Olha, J., tu disseste que ele passou a mão nas tuas pernas?*

*C: A minha e da N.*

*E: Pronto. Conta-nos tudo sobre isso.*

### **Questões valorativas e juízos de valor**

Em algumas entrevistas foi visível a aplicação de certas questões que se podem tornar valorativas, mas que não demonstraram um impacto direto na prestação da criança (apesar de não se atender a comportamento não-verbal da criança conseguido no momento da questão):

#### **L. (8 anos)**

*Entrevistador: (risos) Que bom, sim senhora. Muito bem. Olha, agora que nós já sabemos assim as coisas que tu gostas de fazer... já nos falaste da tua festa... temos de falar assim de coisas um bocadinho mais chatas, pode ser?*

*Criança: Sim.*

#### **J.R. (16 anos)**

*Entrevistador: Hum hum. Olha, diz-me uma coisa, isso prejudicou, por exemplo, prejudicou-te ao nível do sono... do ir dormir... neste momento tens medo de ir dormir?*

*Criança: Não.*

### 3.2.3 Conclusão da entrevista

Na fase final da entrevista foram observadas influências positivas no seguimento das linhas orientadoras propostas pelo protocolo. Tais influências foram ainda mais visíveis quando o entrevistador decidiu perguntar à criança se esta tem mais alguma coisa a relatar, já que algumas crianças relataram mais informação, inclusive informação sobre outras situações em que o abuso ocorreu:

#### **M. L. (12 anos)**

*E: Queres-nos contar mais alguma coisa?*

*C: Sim... uma vez eu estava na piscina do ATL e ele estava... as piscinas municipais de Penafiel... e ele estava... aquilo tem assim uns bancos e eu estava sentada com umas amigas e ele desapareceu-me a parte de trás do biquíni e eu comecei aos berros... com ele... como já tinha referido aí... e a partir daí não fez mais nada.*

Além desta questão, a discussão de tópicos neutros no final da entrevista demonstrou-se crucial no restabelecimento do equilíbrio emocional da criança, já que a mesma tende a experienciar sentimentos negativos aquando o relato de certas situações abusivas:

#### **L. (8 anos)**

*C: Agora vai falar com a minha mãe?*

*E: Hum, se calhar não. 'tá bem? Olha, agora vou-te fazer a pergunta mais difícil mais difícil do mundo, pode ser?*

*C: Assim do mundo? Ai não sei se estou preparada...*

*E: Ui, vamos ver... olha, o que é que tu queres ser quando fores maior?*

*C: Ah! Isso é fácil!*

Todos os resultados aqui apresentados serão seguidamente alvo de maior reflexão de forma a compreender a interpretação estabelecida e a sua conexão com a literatura já existente sobre a área.

## 4. CONCLUSÕES

O enquadramento teórico criado no início deste estudo e a apresentação dos resultados foram estruturados de forma a produzir uma linha condutora dos principais objetivos do mesmo.

Tendo em conta a crescente visualização do fenómeno do abuso de crianças na nossa sociedade, e da constatação deste fenómeno como algo bastante delicado pelas dinâmicas da situação abusiva, o contexto de secretismo e as consequências psicológicas que advém destes mesmos casos (Ribeiro, 2009), torna-se imprescindível a utilização de métodos cada vez mais sofisticados na interação com estas crianças, as quais se denunciam como extremamente vulneráveis. Porque a criança é, muitas vezes, a única fonte de informação e sabendo-se que as evidências físicas são extremamente raras, a entrevista investigatória com a criança é um método que deve ser tido por excelência.

Ao longo da literatura foi possível observar algumas técnicas implementadas até hoje na entrevista com a criança abusada, as quais se revelam como potenciais comprometedoras e contaminadoras da mesma. Assim, para além do estudo destas mesmas técnicas, os investigadores propuseram-se, até hoje, a estudar a capacidade das crianças em dar informação válida e pertinente, bem como resistir a certas técnicas potencialmente sugestionáveis. Segundo estes estudos, as crianças conseguem recordar e descrever eventos passados, mas a qualidade destes mesmos relatos pode ser contaminada. Deste modo, o relato está claramente dependente do seguimento que o entrevistador dá à entrevista e da sua competência em licitar tal informação.

Com o objetivo de implementar estes novos conhecimentos, foi criado um protocolo (do NICHD) o qual tem como objetivo a implementação de uma entrevista de carácter urgente, que se socorre do máximo de questões abertas possível, sendo o mínimo de informação introduzida pelo entrevistador. Tal protocolo foi elaborado de forma a aumentar a organização e a qualidade das entrevistas, tendo sempre em conta questões desenvolvimentais da própria criança.

Assim, este estudo teve como intuito a promoção da compreensão dos benefícios do uso de um protocolo de entrevista aplicável com crianças abusadas (o protocolo do NICHD), capacitando uma melhor adaptação deste ao contexto português. Para isso, houve um levantamento das linhas de orientação sugeridas pelo protocolo, bem como a influência que as mesmas podem ter na consecução de uma entrevista deste cariz. De início, tal foi conseguido através de um olhar pela vasta literatura sobre a área, tendo havido espaço para uma análise da aplicação de entrevistas que obedeceram ao protocolo em contexto português. Esta análise foi conseguida através de uma amostra de treze crianças que, por alegadamente terem sofrido de

um abuso (sexual ou físico) foram sujeitas a uma avaliação psicológica por um perito de Psicologia Forense no Instituto Nacional de Medicina Legal – Delegação do Norte. As entrevistas com base no protocolo foram conseguidas num segundo momento desta mesma avaliação, tendo sido feitas por um de dois peritos do Instituto (os quais já teriam uma formação prévia no uso do protocolo). Estas entrevistas foram transcritas e analisadas qualitativamente e quantitativamente. Desta análise resultou uma possibilidade de relação da informação conseguida com todo o contributo teórico sobre a temática.

Em primeiro lugar, umas das diretrizes dadas pelos investigadores do protocolo foi a de entrevistar a criança o menor número de vezes possível, e se caso fosse necessário mais do que uma entrevista, estas deveriam ser feitas pelos mesmos profissionais (Peixoto, Ribeiro & Lamb, 2011). Neste mesmo estudo, as linhas orientadoras do protocolo foram aplicadas num segundo momento com a criança, mas tal foi sempre feito pelo mesmo entrevistador. Além disso, o primeiro contacto com a criança proporcionou ao entrevistador a possibilidade de avaliar o desenvolvimento desta e compreender se esta teria competências para relatar o alegado incidente.

Segundo Orbach e colaboradores (2000) e Castelli e colaboradores (2006), o protocolo está estruturado de forma a conferir um ambiente de suporte à criança, em que, numa primeira fase, esta compreenda a função do entrevistador, o propósito da entrevista e as regras da mesma. Num estudo de Gudjonsson e colaboradores (2000), através do uso destas linhas de orientação, as crianças mais jovens tiveram facilidade em relembrar informação pessoal básica, dar respostas satisfatórias aquando a consecução de questões gerais não relacionadas com o abuso e compreender as regras de entrevista. No entanto, as mesmas denunciaram certas dificuldades na concentração durante a entrevista, articular o propósito da mesma, denunciar o abuso e descrever o momento do abuso e os sentimentos experienciados. No presente estudo, e através da análise de conteúdo estabelecida, foi possível observar alguma heterogeneidade quanto a estas questões, já que a maioria das crianças conseguiu ter sucesso na consecução de todos estes tópicos, salvo algumas exceções que não se enquadram nos resultados das investigações destes autores. Estas exceções prendem-se, por exemplo, à dificuldade de concentração de uma das crianças, e que por sua vez seria a mais velha da amostra. Assim, e ainda referente ao tópico da idade, não foi possível observar qualquer variação tendo em conta as competências atrás descritas. Apenas foi possível observar certas dinâmicas existentes aquando a preparação da entrevista, já que, quando a criança sentiu dificuldade em desocultar e em descrever a situação abusiva, tal pôde ter sido potenciado pelas emoções que o relato da ocorrência pode criar. Segundo Peixoto, Ribeiro e Lamb (2011), as emoções geradas através da situação de abuso podem impedir a recolha de informação sobre a situação, levando a que uma criança que se

demonstre como suficientemente desenvolvida se torne relutante em colaborar. Tal apenas revela uma ressonância afetiva quando a criança se reporta aos acontecimentos sofridos. Mesmo assim, o ambiente de suporte que se proporcionou, a tendência para o uso de questões abertas, intercaladas por facilitadores e o respeito pela tonicidade emocional da criança levaram a que a maioria das crianças conseguisse desocultar e descrever os abusos de forma satisfatória.

Uma das principais observações que se teve nas entrevistas conseguidas foi a atenção ao ritmo da criança, sendo esta detentora do poder sobre o seguimento da entrevista. Segundo Pearce & Pessot-Pearce (2007) e Snow e colaboradores (2009), o objectivo primordial das linhas do protocolo é o de obtenção de informação sobre o abuso através das palavras da própria criança, tendo em conta o seu próprio ritmo e evitando que a mesma seja interrompida (à parte de certos encorajamentos). O mesmo foi evidente no presente estudo, pela tendência predominante do uso de questões abertas, intercaladas por facilitadores, os quais respeitavam não só as próprias palavras da crianças mas todo o seu registo emocional. O uso das palavras da criança foi defendido por Orbach (2000) e Cyr e Lamb (2009) como meio de obter ainda mais detalhes sobre a alegação. Esta orientação foi respeitada, tendo sido predominantemente utilizada na construção de questões abertas pelo entrevistador. Tal tendência de aliar estas orientações do protocolo foi observada tanto na fase pré substantiva como na fase substantiva da entrevista. Segundo Lamb e colaboradores (2009), as questões abertas referem-se a perguntas em que a criança deve falar livremente. Relativamente às linhas de orientação do protocolo, o entrevistador deve dar oportunidade à criança de relatar o acontecimento através das mesmas, antes de ser necessário o uso de técnicas mais arriscadas.

Há que ter em conta que, através da análise de estatística descritiva, os facilitadores foram o tipo de interações mais privilegiado pelos entrevistadores, seguido pelas questões abertas. Tal seria expectável pois, para a análise do tipo de questões implementadas decidiu-se fazer uma quantificação das mesmas. Assim, e em termos de discurso, o entrevistador teve tendência a implementar uma maior quantidade de facilitadores, na tentativa de não interromper a criança e de a motivar a continuar o seu relato. Outras tipologias de questões como os comentários introdutórios, as questões não-substantivas, as âncoras, e as referências emocionais positivas/negativas não tiveram o seu impacto e tal se pode compreender à luz da estrutura semi-estruturada do protocolo de entrevista. Assim, os entrevistadores tiveram tendência a seguir as linhas do protocolo, principalmente quanto ao uso privilegiado de questões abertas, mas quanto a questões não tão predominantes e de carácter optativo, os entrevistadores implementaram as mesmas apenas quando se revelou necessário no decorrer de algumas entrevistas.

Ainda na fase substantiva, houve a necessidade de utilizar questões de cariz mais fechado (diretas e orientadas) de forma a obter informação mais detalhada sobre as ocorrências. Na descrição do protocolo, Orbach e colaboradores (2000) e Lamb e colaboradores (2007a) afirmaram a necessidade de se usar questões mais específicas quando a criança já forneceu informação suficiente através de questões abertas, mas apenas para obter mais detalhes. O mesmo foi conseguido, tendo esta tipologia de questões tido uma predominância relativamente baixa, comparativamente ao uso de questões abertas e facilitadores. No entanto, quando utilizadas, levaram a respostas bem mais curtas por parte das crianças, independentemente da idade. Tal já teria sido observado por Snow e os seus colaboradores (2009), já que no seu estudo as questões de cariz mais específico conseguiram respostas mais específicas sobre determinados detalhes, as quais se demonstrariam bem mais curtas, comparativamente às respostas conseguidas através de questões abertas. Também Lamb e colaboradores (2007b) observaram este fenómeno, acabando por afirmar que perguntas feitas através da colocação de opções devem levar a respostas mais focadas pois é o investigador que providencia as opções de resposta e por estas perguntas tenderem a levar a uma resposta bem mais curta.

Relativamente à influência de certas características da criança na utilização de questões abertas ou mais fechadas pelo entrevistador, a literatura observou uma tendência do entrevistador utilizar mais questões abertas com crianças do sexo feminino, em casos de abuso sexual, em casos de abuso intrafamiliar e em casos em que a criança tenha desocultado a situação abusiva (Lamb *et al.*, 2008). No entanto, tal não foi observado no presente estudo, o que pode ter ocorrido não só pela baixa dimensão da amostra (o que coloca em causa o funcionamento da estatística inferencial) mas também pela possibilidade dos entrevistadores envolvidos terem aplicado o protocolo da forma mais fiel possível, independentemente das características da criança e do caso em apreço.

Quanto ao uso de questões sugestivas, alguns profissionais defendem o uso das mesmas pois a criança pode sentir vergonha e medo na desocultação do abuso, e por isso, o entrevistador deve utilizar tais ferramentas de forma a chegar à informação pretendida (Bruck, Ceci & Hembrooke, 2002). No entanto, segundo Ceci e Bruck (1995), a sugestionabilidade refere-se ao grau de como todas as fases da memorização e evocação podem ser influenciadas por fatores externos. Com tal, a criança pode aceitar a informação externa e estar consciente do acontecimento realmente experienciado. Logo, tal técnica acabou por ser descrita pelos investigadores do protocolo como muito arriscada, a qual se demonstra como um viés quanto à consecução de um dos objetivos principais do protocolo referente ao questionamento da criança sem contaminação do discurso da mesma. Assim, esta técnica foi utilizada escassas vezes nas entrevistas analisadas no presente estudo, tendo apenas sido aplicada maioritariamente das vezes

aquando o esgotamento de questões abertas, diretas e orientadas. Além disso, foi possível observar alguma facilidade das crianças estudadas em resistir à *sugestionabilidade*, fosse a mesma mais velha ou mais nova. Tal irá ao encontro do defendido por Goodman e Aman (1990), os quais afirmaram que a criança possui uma grande capacidade de resistência à *sugestionabilidade* quando questionada por entrevistadores que não apliquem, à partida, certas crenças iniciais (cit in. Bruck, Ceci & Hembrooke, 2002; Larsson & Lamb, 2009).

Ainda sobre a idade da criança, Lamb e colaboradores (2008) evidenciaram nos seus estudos resultados relativos à prestação da criança em dar informação, a qual foi claramente afetada pela sua faixa etária. Mesmo assim, os mesmos terão percecionado um desempenho superior das crianças através de questões abertas, independentemente da sua idade (Lamb *et al.*, 2007). No presente estudo a diferença de idades não foi verificada através da estatística inferencial conseguida, não havendo uma diferença significativa entre a idade e a prestação da criança durante a entrevista. No entanto, foi possível observar uma tendência para as crianças produzirem mais detalhes através de questões abertas e facilitadores, independentemente da idade (tal como o que acabou por ser verificado pelos autores).

Relativamente às declarações das crianças, estas revelaram-se tendencialmente como “declarações responsivas”, ou seja, as crianças demonstraram tendência a responder informativamente à questão do entrevistador. Este é um dos objetivos da aplicação do protocolo, o qual demonstra ter sido alcançado. Mesmo assim, houve oportunidade de compreender algumas recusas em responder às questões do entrevistador, as quais podem estar relacionadas com o estado emocional que é despoletado pelo tópico central da entrevista. Como já foi referenciado, a discussão de tópicos deste cariz pode levar a uma criança que num contexto neutro seja extremamente desenvolvida e informativa, se revele influenciada por questões emocionais e não consiga colaborar com o entrevistador. O tipo de declarações fornecidas pela criança não teve uma relação evidente com características da mesma (como a idade, género, tipo de abuso, desocultação da situação abusiva e relação com o alegado ofensor). Alguns destes resultados não são concordantes com a literatura, já que Lamb e colaboradores (2008) percecionaram uma tendência da criança abusada sexualmente em dar mais declarações responsivas que crianças abusadas fisicamente. Tal pode ter a sua explicação na reduzida amostra do presente estudo, a qual condiciona a estatística inferencial aplicada. No entanto, os mesmos autores observaram uma tendência para a criança dar declarações responsivas independentemente de ter havido desocultação do abuso, o que foi verificado pelos nossos dados.

Quanto à quantidade de detalhes conseguidos através dos vários tipos de questões, não será de estranhar a tendência para a criança responder informativamente através do uso de facilitadores e questões abertas, já que a aplicação dos mesmos teve tanta visibilidade. Apesar da aplicação de questões mais fechadas (como as questões diretas e orientadas) levar predominantemente a respostas mais curtas, estas também revelaram obter informação detalhada com relevância por parte da criança. Relativamente a uma influência das características da criança na quantidade de informação relevante fornecida, através da estatística inferencial estabelecida, foi possível observar uma não relação existente entre a quantidade de detalhes consoante cada tipo de questão e o género da criança, o que vai de encontro com a literatura sobre a área (Lamb *et al.*, 2008). A quantidade de detalhes não se demonstrou influenciada por outras variáveis, como por exemplo, a desocultação do abuso, o tipo de abuso e a relação com o alegado abusador. Somente foi observada uma tendência das crianças que não desocultaram o abuso em dar mais detalhes com questões orientadas, comparativamente às crianças que o fizeram. Tal não se evidenciou na recolha bibliográfica estabelecida, apenas houve uma relação entre a baixa quantidade de detalhes fornecidos e a não desocultação do abuso, observada por Hershkowitz e seus colaboradores (2006). Para além disso, as crianças que não desocultaram o abuso pertencem a 31% da amostra do estudo, não sendo possível obter conclusões sustentadas para esse fenómeno.

Sobre a fase final do protocolo (conclusão da entrevista), foi patente a pertinência de certas indicações do mesmo, já que, quando aplicadas, as crianças revelaram competência em retornar o seu estado emocional normativo, principalmente quando o mesmo foi conseguido através de uma nova discussão de tópicos neutros. Para além disso, outros episódios de abuso foram descritos com recurso a estas indicações. Com tal se demonstra a importância de todos os passos referidos no protocolo, pois, apesar do protocolo poder ser aplicado de uma forma semi-estruturada, havendo possíveis variações na consecução das entrevistas (dependendo do seguimento das mesmas), todas as linhas de orientação são altamente fundamentadas, com repercussão na informação fornecida pela criança.

Apesar da maioria dos objetivos do protocolo terem sido observados na aplicação dos mesmos neste estudo, algumas limitações são passíveis de salientar, as quais puderam ter tido um impacto na sua apreciação. Em primeiro lugar, todas as entrevistas (apesar de conseguidas por psicólogos com formação na aplicação das mesmas) foram feitas em contexto de avaliação psicológica. Assim, apesar da avaliação desenvolvimental ter sido determinada num primeiro contacto com a criança, durante a entrevista referente ao uso do protocolo, algumas questões para futura avaliação psicológica foram aplicadas, as quais são referenciadas pelo protocolo como “perigosas” e que podem contaminar todo o discurso da criança. Tais questões são

referentes, por exemplo, ao impacto emocional que a situação de abuso pode ter tido na criança, evidenciando-se, muitas vezes, como valorativas e podendo ir contra algumas linhas de orientação do protocolo. Outra limitação prende-se à possível contaminação de informação que a criança pode ter sofrido no intervalo de tempo de ambos os contactos, algo que é referenciado pelos autores do protocolo e que se deve evitar.

Por outro lado, o método de gravação das entrevistas também pôde limitar a análise das mesmas, já que, com a utilização de gravações de áudio não se pôde atender ao comportamento não-verbal do entrevistador e da criança, limitando a interpretação não só do seguimento dado à entrevista, mas também às reações da criança perante cada questão. Ainda referente às gravações da entrevista, a criança não teve oportunidade de compreender o fato de estar envolvida numa investigação deste cariz, não tendo sido alertada pelo entrevistador que tal iria acontecer. Para além de se evidenciar como uma falha em termos éticos, não se atendeu a uma das linhas do protocolo referente à importância de se informar a criança do propósito da entrevista.

Uma outra limitação prende-se ao tamanho da amostra, já que esta se revelou relativamente pequena em comparação às amostras conseguidas nas investigações que serviram como base ao presente estudo. Deste modo, a estatística inferencial implementada demonstrou estar limitada já que não se observaram interações evidentes entre as variáveis independentes e dependentes estudadas, pela dificuldade de generalização a uma população mais vasta. Sendo uma amostra tão reduzida, será difícil demonstrar qualquer causalidade, principalmente pela limitação das análises estatísticas existentes e pelo baixo controlo de certas variáveis. Além disso, pela amostra ser pequena, não houve uma diferenciação clara entre crianças mais novas e crianças mais velhas, o que dificultou a interpretação dos resultados e a comparação dos mesmos aos estudos prévios, conseguidos pelos investigadores do protocolo. Há que ter em consideração, igualmente, a heterogeneidade da amostra, já que a mesma foi constituída por crianças de ambos os géneros, com idades bastante diferentes, que sofreram tipos de abusos diferentes, tanto intrafamiliarmente como por alguém não constituinte da família, e que, em alguns casos, não haveria confirmação da ocorrência. Esta heterogeneidade, aliada à dimensão da amostra dificultou ainda mais, a elaboração de conclusões fundamentadas sobre o observado durante as entrevistas.

Relativamente à escolha dos métodos de análise utilizados no estudo, o método quantitativo demonstrou especial relevância, principalmente por se ter pretendido a replicação dos estudos dos investigadores do protocolo. No entanto, e relativamente à eleição do método de análise de conteúdo tradicional (de natureza qualitativa), apesar de este poder funcionar sobre

informação reduzida e estabelecer categorias mais discriminadas, levanta problemas ao nível da pertinência dos índices retidos, visto selecionar estes mesmos índices sem tratar exaustivamente todo o conteúdo, existindo a possibilidade de elementos importantes serem deixados de lado (Bardin, 1977). Assim, apesar da análise de conteúdo tradicional ter-se revelado como um método complementar à análise quantitativa, pode ter havido informação não categorizada, pertinente para a compreensão dos fenómenos ao longo da entrevista.

Este estudo, apesar das limitações descritas revelou-se como pioneiro em contexto português, e, portanto, pode ser tido como uma das bases a futuros estudos no mesmo contexto. Futuramente, será expectável a elaboração de estudos com amostras de maior dimensão, mais homogêneas e com delimitações de idade mais definidas, para que as conclusões dos mesmos possam ser de todo melhor fundamentadas e aplicáveis à nossa sociedade. Há que incentivar, também, estudos em que novas variáveis sejam introduzidas (como por exemplo a quantidade total das palavras da criança, comparativamente à quantidade de detalhes fornecidos pela mesma, a comparação entre aplicações do protocolo com entrevistadores não conhecedores do mesmo, ou mesmo o estudo sobre dinâmicas da criança como a mentira e a fantasia em contexto português), para que o fenómeno tenha uma compreensão bem mais aprofundada. Com tais indicações, será possível proceder ao tratamento de dados de forma diferente, principalmente se houver hipótese da existência de *saturação teórica* na análise dos mesmos (havendo a possibilidade de, por exemplo, se proceder a uma análise qualitativa como a *grounded theory*).

Apesar das limitações descritas e das várias possibilidades de investigação que poderão ter como base estas mesmas limitações, no presente estudo foi possível a recolha de informação pertinente, não só relativa ao protocolo em si, mas também relacionada com a aplicação do mesmo no nosso contexto. Este evidenciou muitos dos seus benefícios, tendo a maioria dos seus objetivos sido alcançados. No entanto, há que ter em conta a necessidade de mais investigação nesta área, pois cada criança revela dinâmicas muito próprias e cada país possui as suas especificidades.

## BIBLIOGRAFIA

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70. Lisboa.

Barracos, J. M. (2006). *Estatística: um sobrevoo*. Universidade Católica Editora. Lisboa

Bruck, M., Ceci, S. J. (1999). The suggestibility of children's memory. *Annual Reviews*, 55, 419-439.

Bruck, M., Ceci, S., Hembrooke, H. (2002). The nature of children's true and false narratives. *Developmental review*, 22, 520-554.

Castelli, P., Goodman, G. S., Edelstein, R. S., Mitchell, E. B., Alonso, P. M. P., Lyons, K. E., Newton, J. W. (2006). Evaluating eyewitness testimony in adults and children. In Weiner, I. B., Hess, A. K. (Eds) *The Handbook of Forensic Psychology*. 3<sup>o</sup> Ed. John Wiley & Sons, Inc.

Ceci, S. J., Bruck, M. (1995). *Jeopardy in the courtroom: A scientific analysis of children's testimony*. Washington, DC: American Psychological Association.

Cederborg, A., Orbach, Y., Sternberg, K. J., Lamb, M. E. (2000). Investigative interviews of child witnesses in Sweden. *Child Abuse & Neglect*, 24(10), 1355 – 1361.

Cheung, M., Boutté-Queen, N. M. (2010). Assessing the relative importance of the Child Sexual Abuse Interview Protocol Items to assist child victims in abuse disclosure. *Journal of Family Violence*, 25, 11-22.

Coakes, S. J., Steed, L. G. (2003). *SPSS: Analysis without Anguish: version 11.0 for Windows*. John Wiley & Sons.

Cronch, L. E., Viljoen, J. L., Hansen, D. J. (2006). Forensic interviewing in child sexual abuse cases: Current techniques and future directions. *Aggression and Violent Behaviour, 11*, 195-207.

Cunha, A. I. Q. (2010). *A sugestibilidade interrogativa em crianças: O papel da idade e das competências cognitivas*. Tese de candidatura ao grau de doutorada em Psicologia, na especialidade de Psicologia Experimental e Ciências Cognitivas. Braga: Escola de Psicologia, Universidade do Minho.

Cyr, M., Lamb, M. E. (2009). Assessing the effectiveness of the NICHD investigative interview Protocol when interviewing French-speaking alleged victims of child sexual abuse in Quebec. *Child Abuse & Neglect, 33*, 257-268.

Faller, K. C., Nelson-Gardell, D. (2010). Extended evaluations in cases of child sexual abuse: How many sessions are sufficient?. *Journal of Child Sexual Abuse, 19(6)*, 648 — 668.

Goodman, G., Melinder, A. (2007). Child witness research and forensic interviews of young children: A review. *Legal and Criminological Psychology, 12*, 1 – 19.

Gudjonsson, G., Sveinsdottir, T., Sigurdsson, J. F., Jonsdottir, J. (2010). The ability of suspected victims of childhood sexual abuse (CSA) to give evidence. Findings from the Children's House in Iceland. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology, 21(4)*, 569 — 586.

Hershkowitz, I., Horowitz, D., Lamb, M. E. (2005). Trends in children's disclosure of abuse in Israel: A national study. *Child Abuse & Neglect, 29*, 1203-1214.

Hershkowitz, I., Lanes, O., Lamb, M. E. (2007a). Exploring the disclosure of child sexual abuse with alleged victims and their parents. *Child Abuse & Neglect*, 31, 111-123.

Hershkowitz, I., Fisher, S., Lamb, M. L., Horowitz, D. (2007b). Improving credibility assessment in child sexual abuse allegations: The role of the NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31, 99-110.

Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Horowitz, D. (2006). Dynamics of forensic interviews with suspected abuse victims who do not disclose abuse. *Child Abuse & Neglect*, 30, 753-769.

Iwaniec, D. (2006). *The emotionally abused and neglected child: Identification, Assessment and Intervention. A practice handbook* (2<sup>a</sup> edição). Chichester: John Wiley & Sons.

LaRooy, D. (2010). The quality of joint investigative interviews with children in Scotland. *Scots Law Times*, 24, 133-137.

LaRooy, D., Dando, C. (2010) Witness Interviewing. In G. Towl & D. Crighton (Eds.) *Forensic Psychology*. Wiley

LaRooy, D., Lamb, M. E., Memon, A. (2008). Forensic interviews with children in Scotland: A survey of interview practices among police. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 26, 26-34.

Lamb, M. E., Garretson, M. E. (2003). The effects of interviewer gender and child gender on the informativeness of alleged child sexual abuse victims in forensic interviews. *Law and Human Behaviour*, 27(2), 157-171.

Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Sternberg, K. J. (1996). Investigative interviews of alleged sexual abuse victims with and without anatomical dolls. *Child Abuse & Neglect*, 20(12), 1251-1259.

Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Orbach, Y., Esplin, P. W. (2008). Tell me what happened – Structured investigative interviews of child victims and witnesses. *Wiley Series in the Psychology of Crime, Policing and Law*.

Lamb, M. E., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Esplin, P. W., Horowitz, D. (2007a). A structured forensic interview protocol improves the quality and informativeness of investigative interviews with children: A review of research using the NICHD Investigative Interview Protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31, 1201-1231.

Lamb, M. E., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Horowitz, D., Abbott, C. B. (2007b). Does the type of prompt affect the accuracy of information provided by alleged victims of abuse in Forensic Interviews? *Applied Cognitive Psychology*, 21, 1117-1130.

Lamb, M. E., Orbach, Y., Sternberg, K. J., Aldridge, J., Pearson, S., Stewart, H. L., Esplin, P. W., Bowler, L. (2009). Use of a structured investigative protocol enhances the quality of investigative interviews with alleged victims of child sexual abuse in Britain. *Applied Cognitive Psychology*, 23, 449-467.

Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Horowitz, D. (2003). Differences between accounts provided by witnesses and alleged victims of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27, 1019-1031.

Larsson, A. S., Lamb, M. E. (2009). Making the Most of Information-gathering Interviews with Children. *Infant and Child Development*, 18, 1-16.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., Boutin, G. (2008). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas* (3ª edição) Instituto Piaget.

Magalhães, T. (2010). *Violência e Abuso – Respostas simples para questões complexas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Malloy, L. C., Brubacher, S. P., Lamb, M. E. (2011). Expected consequences of disclosure revealed in investigative interviews with suspected victims of child sexual abuse. *Applied Developmental Science*, 15(1), 8-19.

Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Psiquilíbrios Edições.

Myklebust, T., Bjørklund, R. A. (2010). Factors affecting the length of responses in field investigative interviews of children (FIIC) in child sexual abuse cases. *Psychiatry, Psychology and Law*, 17(2), 273 — 289.

Orbach, Y., Lamb, M. E. (2000). Enhancing children's narratives in investigative interviews. *Child Abuse & Neglect*, 24(12), 1631-1648.

Orbach, Y., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., Horowitz, D. (2000). Assessing the value of structured protocols for Forensic Interviews of alleged child abuse victims. *Child Abuse & Neglect*, 24(6), 733 – 752.

Patterson, T., Pipe, M. (2009). Exploratory assessments of child abuse: Children's responses to interviewer's questions across multiple interview sessions. *Child Abuse & Neglect*, 33, 490 – 504.

Pearce, J. W., Pezzot-Pearce, T. D. (2007). *Psychotherapy of Abused and Neglected Children* (2ª edição). Guilford Press. New York and London.

Peixoto, C., Ribeiro, C., Lamb, M. (2011). Protocolo de entrevista forense com crianças abusadas. Why and What for? Teresa Magalhães (Eds.) *Abuse & Neglect Series. To improve de Management of Child Abuse and Neglect*. SPECAN- Sociedade Portuguesa para o Estudo da Criança Abusada e Negligenciada.

Poole, D. A., Lamb, M. E. (1998). *Investigative interviews of children: A guide for helping professionals*. American Psychological Association. Washington, DC.

Powell, M., Cavezza, C., Hughes-Scholes, C., Stooze, M. (2010). Examination of the consistency of interviewer performance across three distinct interview contexts. *Psychology, Crime & Law*, 16:7, 585-600.

Ribeiro, C. (2009). *A criança na Justiça – Trajectórias e significados do processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar*. Almedina. Coimbra.

Snow, P. C., Powell, M. B., Murfett, R. (2009). Getting the story from child witnesses: exploring the application of a story grammar framework. *Psychology, Crime & Law*, 15(6), 555 — 568.

Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Yudilevitch, L., Orbach, Y., Esplin, P. W., Hovav, M. (1997). Effects of introductory style on children's abilities to describe experiences of sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 21(11). 1133-1146.

Teoh, Y., Lamb, M. E. (2010). Preparing children for investigative interviews: Rapport-Building, instruction, and evaluation. *Applied Developmental Science*, 14(3), 154 — 163.

Teoh, Y., Yang, P., Lamb, M. E., Larsson, A. S. (2010). Do Human Figure Diagrams help alleged victims of sexual abuse provide elaborate and clear accounts of physical contact with alleged perpetrators? *Applied Cognitive Psychology*, 24, 287 – 300.

Wolf, D. A. (1999). *Child Sexual Abuse – Implications for Child Development and Psychopathology* (2ª edição). Developmental Clinical Psychology and Psychiatry.

## ANEXOS

## ANEXO 1 – TABELAS DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA E DA ESTATÍSTICA INFERENCIAL

### ***Tipo de questões***

**Tabela 1** - Frequências (percentagens) dos tipos de questões que o entrevistador usou nas entrevistas

	<i>Média (DP)</i>	<i>Máximo</i>	<i>Máximo</i>
Comentários introdutórios	0.61 (1.02)	2.86	0.00
Questões não-substantivas	0.44 (1.07)	2.86	0.00
Âncoras	0.28 (0.53)	1.30	0.00
Facilitadores	38.19 (15.64)	57.45	6.25
Referências emocionais positivas	0.00 (0.00)	0.00	0.00
Referências emocionais negativas	0.18 (0.49)	1.69	0.00
Questões abertas	26.78 (7.77)	37.50	14.63
Questões diretas	17.93 (7.49)	31.17	6.25
Questões orientadas	13.36 (8.64)	37.50	6.06
Questões sugestivas	2.24 (3.80)	10.00	0.00

### ***Declarações das crianças***

**Tabela 2** - Frequências (percentagens) do tipo de declarações das crianças durante as entrevistas

	<i>Média (DP)</i>	<i>Máximo</i>	<i>Mínimo</i>
Declarações responsivas	87.96 (8.16)	100.00	75.76
Declarações não-responsivas	0.81 (1.72)	6.25	0.00
Declarações divergentes	0.16 (0.59)	2.13	0.00
Declarações em que existe o pedido de esclarecimento	3.56 (4.25)	11.86	0.00
Declarações pouco claras	0.84 (1.34)	3.39	0.00
Não resposta	6.66 (6.34)	17.14	0.00

### ***Quantidade de detalhes***

**Tabela 3** - Frequências (percentagens) do número de detalhes dados pelas crianças consoante cada tipo de questão

	<i>Média (DP)</i>	<i>Máximo</i>	<i>Mínimo</i>
Detalhes com Comentários introdutórios	0.05 (0.12)	0.38	0.00
Detalhes com Questões não-substantivas	0.18 (0.67)	2.40	0.00
Detalhes com Âncoras	0.11 (0.21)	0.52	0.00
Detalhes com Facilitadores	44.98 (22.63)	80.22	5.99
Detalhes com Referências emocionais positivas	0.00 (0.00)	0.00	0.00
Detalhes com Referências emocionais negativas	0.15 (0.37)	1.15	0.00
Detalhes com Questões abertas	30.66 (15.77)	56.16	8.66
Detalhes com Questões diretas	16.15 (13.06)	43.70	3.61
Detalhes com Questões orientadas	6.52 (4.86)	16.17	0.85
Detalhes com Questões sugestivas	1.19 (2.16)	5.88	0.00

## Género

**Tabela 4** - Diferenças entre as crianças do sexo feminino e as crianças do sexo masculino quanto à aplicação de cada tipo de questão

	<b>Feminino</b> ( <i>n</i> = 9) <i>Média (DP)</i>	<b>Masculino</b> ( <i>n</i> = 4) <i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Comentários introdutórios ( <i>score total</i> )	0.61 (1.02)	0.59 (1.19)	17.00*
Questões não-substantivas ( <i>score total</i> )	0.63 (1.26)	0.00 (0.00)	14.00*
Âncoras ( <i>score total</i> )	0.28 (0.56)	0.28 (0.56)	17.50*
Facilitadores ( <i>score total</i> )	37.30 (17.09)	40.19 (13.87)	18.00*
Referências emocionais positivas ( <i>score total</i> )	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	18.00*
Referências emocionais negativas ( <i>score total</i> )	0.08 (7.58)	0.42 (0.84)	15.00*
Questões abertas ( <i>score total</i> )	27.73 (7.58)	24.62 (8.92)	14.00*
Questões diretas ( <i>score total</i> )	17.94 (7.35)	17.92 (8.96)	15.00*
Questões orientadas ( <i>score total</i> )	14.37 (10.13)	11.09 (3.86)	18.00*
Questões sugestivas ( <i>score total</i> )	1.07 (2.18)	4.88 (5.64)	12.00*

\**p*>.05

**Tabela 5** - Diferenças entre as crianças do sexo feminino e as crianças do sexo masculino quanto ao tipo de declarações das crianças

	<b>Feminino</b> ( <i>n</i> = 9) <i>Média (DP)</i>	<b>Masculino</b> ( <i>n</i> = 4) <i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Declarações responsivas ( <i>score total</i> )	88.04 (8.38)	87.77 (8.89)	18.00*
Declarações não-responsivas ( <i>score total</i> )	1.05 (2.02)	0.28 (0.55)	13.50*
Declarações divergentes ( <i>score total</i> )	0.24 (0.71)	0.00 (0.00)	16.00*
Declarações em que existe o pedido de esclarecimento ( <i>score total</i> )	2.89 (3.73)	5.07 (5.55)	14.00*
Declarações pouco claras ( <i>score total</i> )	0.57 (1.16)	1.44 (1.72)	12.00*
Não resposta ( <i>score total</i> )	7.20 (6.00)	5.44 (7.86)	14.00*

\**p*>.05

**Tabela 6** - Diferenças entre as crianças do sexo feminino e as crianças do sexo masculino quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão

	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	
	( <i>n</i> = 9)	( <i>n</i> = 4)	
	<i>Média (DP)</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Detalhes com Comentários introdutórios ( <i>score total</i> )	0.07 (0.14)	0.00 (0.00)	14.00*
Detalhes com Questões não-substantivas ( <i>score total</i> )	0.27 (0.80)	0.00 (0.00)	16.00*
Detalhes com Âncoras ( <i>score total</i> )	0.11 (0.22)	0.09 (0.18)	17.50*
Detalhes com Facilitadores ( <i>score total</i> )	44.51 (24.19)	46.05 (22.03)	17.00*
Detalhes com Referências emocionais positivas ( <i>score total</i> )	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	18.00*
Detalhes com Referências emocionais negativas ( <i>score total</i> )	0.89 (0.27)	0.29 (0.57)	15.00*
Detalhes com Questões abertas ( <i>score total</i> )	33.13 (18.03)	25.08 (8.22)	14.00*
Detalhes com Questões diretas ( <i>score total</i> )	15.79 (11.44)	16.99 (18.21)	16.00*
Detalhes com Questões orientadas ( <i>score total</i> )	5.61 (4.83)	8.57 (4.90)	12.00*
Detalhes com Questões sugestivas ( <i>score total</i> )	0.43 (0.81)	2.91 (3.36)	12.00*

\**p*>.05

## Idade

**Tabela 7** - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto à aplicação de cada tipo de questão a)

		<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	
		(n = 1)	(n = 2)	(n = 1)	(n = 1)	
		<i>Ordem</i>	<i>Ordem</i>	<i>Ordem</i>	<i>Ordem</i>	X <sup>2</sup> (1)
		<i>média</i>	<i>média</i>	<i>média</i>	<i>média</i>	
Comentários	introdutórios	2.38	0.71	0.00	0.00	0.50*
(score total)						
Questões	não-substantivas	0.00	1.42	0.00	0.00	0.50*
(score total)						
Âncoras (score total)		0.00	0.00	0.00	1.11	2.00*
Facilitadores (score total)		21.43	54.48	50.00	46.67	1.50*
Referências	emocionais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00*
positivas (score total)						
Referências	emocionais	0.00	0.35	0.00	0.00	0.00*
negativas (score total)						
Questões abertas (score total)		19.05	21.79	31.25	17.77	1.50*
Questões diretas (score total)		30.95	13.60	6.25	16.67	1.50*
Questões	orientadas (score	16.67	7.29	12.50	7.78	1.50*
total)						
Questões sugestivas (score total)		9.52	0.35	0.00	10.00	0.50*

\* $p > .05$

**Tabela 8** - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto à aplicação de cada tipo de questão b)

	<b>12</b> ( <i>n</i> = 5) <i>Ordem</i> <i>média</i>	<b>14</b> ( <i>n</i> = 2) <i>Ordem</i> <i>média</i>	<b>16</b> ( <i>n</i> = 1) <i>Ordem</i> <i>média</i>	<i>X</i> <sup>2</sup> (1)
Comentários introdutórios ( <i>score</i> total)	0.24	1.43	0.00	0.50*
Questões não-substantivas ( <i>score</i> total)	0.00	1.43	0.00	0.50*
Âncoras ( <i>score</i> total)	0.24	0.00	1.30	2.00*
Facilitadores ( <i>score</i> total)	36.07	30.23	28.58	1.50*
Referências emocionais positivas ( <i>score</i> total)	0.00	0.00	0.00	0.00*
Referências emocionais negativas ( <i>score</i> total)	0.34	0.00	0.00	0.00*
Questões abertas ( <i>score</i> total)	29.42	29.42	32.47	1.50*
Questões diretas ( <i>score</i> total)	17.84	15.83	31.17	1.50*
Questões orientadas ( <i>score</i> total)	15.76	18.43	6.49	1.50*
Questões sugestivas ( <i>score</i> total)	0.49	3.23	0.00	0.50*

\**p*>.05

**Tabela 9** - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto ao tipo de declarações das crianças a)

	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	
	(n = 1)	(n = 2)	(n = 1)	(n = 1)	
	<i>Ordem</i>	<i>Ordem</i>	<i>Ordem</i>	<i>Ordem</i>	X <sup>2</sup> (1)
	<i>média</i>	<i>média</i>	<i>média</i>	<i>média</i>	
Declarações responsivas ( <i>score</i> total)	80.95	76.18	100.00	97.78	0.00*
Declarações não-responsivas ( <i>score</i> total)	0.00	0.35	0.00	1.11	2.00*
Declarações divergentes ( <i>score</i> total)	0.00	1.06	0.00	0.00	0.00*
Declarações em que existe o pedido de esclarecimento ( <i>score</i> total)	0.00	8.44	0.00	1.11	0.00*
Declarações pouco claras ( <i>score</i> total)	2.38	2.58	0.00	0.00	0.00*
Não resposta ( <i>score</i> total)	16.67	11.38	0.00	0.00	0.00*

\* $p > .05$

**Tabela 10** - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto ao tipo de declarações das crianças b)

	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	
	(n = 5)	(n = 2)	(n = 1)	
	<i>Ordem média</i>	<i>Ordem média</i>	<i>Ordem média</i>	X <sup>2</sup> (1)
Declarações responsivas ( <i>score</i> total)	90.37	87.40	85.71	0.00*
Declarações não-responsivas ( <i>score</i> total)	1.49	0.00	1.30	2.00*
Declarações divergentes ( <i>score</i> total)	0.00	0.00	0.00	0.00*
Declarações em que existe o pedido de esclarecimento ( <i>score</i> total)	5.09	0.80	1.30	0.00*
Declarações pouco claras ( <i>score</i> total)	0.68	0.00	0.00	0.00*
Não resposta ( <i>score</i> total)	2.37	11.80	11.69	0.00*

\* $p > .05$

**Tabela 11** - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão a)

	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	
	(n = 1)	(n = 2)	(n = 1)	(n = 1)	
	<i>Ordem</i>	<i>Ordem</i>	<i>Ordem</i>	<i>Ordem</i>	$X^2(1)$
	<i>média</i>	<i>média</i>	<i>média</i>	<i>média</i>	
Detalhes com Comentários introdutórios ( <i>score total</i> )	0.00	0.11	0.00	0.00	0.50*
Detalhes com Questões não-substantivas ( <i>score total</i> )	0.00	1.20	0.00	0.00	0.00*
Detalhes com Âncoras ( <i>score total</i> )	0.00	0.00	0.00	0.37	2.00*
Detalhes com Facilitadores ( <i>score total</i> )	15.97	73.38	55.36	50.00	1.50*
Detalhes com Referências emocionais positivas ( <i>score total</i> )	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00*
Detalhes com Referências emocionais negativas ( <i>score total</i> )	0.00	0.40	0.00	0.00	0.00*
Detalhes com Questões abertas ( <i>score total</i> )	19.33	14.77	36.98	25.79	1.50*
Detalhes com Questões diretas ( <i>score total</i> )	43.70	6.90	5.03	13.01	1.50*
Detalhes com Questões orientadas ( <i>score total</i> )	15.12	3.15	2.63	5.03	1.50*
Detalhes com Questões sugestivas ( <i>score total</i> )	5.88	0.70	0.00	5.76	0.50*

\* $p > .05$

**Tabela 12** - Diferenças entre as várias idades da amostra quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão b)

	<b>12</b> ( <i>n</i> = 5) <i>Ordem</i> <i>média</i>	<b>14</b> ( <i>n</i> = 2) <i>Ordem</i> <i>média</i>	<b>16</b> ( <i>n</i> = 1) <i>Ordem</i> <i>média</i>	<i>X</i> <sup>2</sup> (1)
Detalhes com Comentários introdutórios ( <i>score</i> total)	0.00	0.19	0.00	0.50*
Detalhes com Questões não-substantivas ( <i>score</i> total)	0.00	0.00	0.00	0.00*
Detalhes com Âncoras ( <i>score</i> total)	0.10	0.00	0.52	2.00*
Detalhes com Facilitadores ( <i>score</i> total)	43.26	35.69	29.01	1.50*
Detalhes com Referências emocionais positivas ( <i>score</i> total)	0.00	0.00	0.00	0.00*
Detalhes com Referências emocionais negativas ( <i>score</i> total)	0.23	0.00	0.00	0.00*
Detalhes com Questões abertas ( <i>score</i> total)	34.79	42.24	28.50	1.50*
Detalhes com Questões diretas ( <i>score</i> total)	13.53	12.85	41.10	1.50*
Detalhes com Questões orientadas ( <i>score</i> total)	7.71	8.13	0.86	1.50*
Detalhes com Questões sugestivas ( <i>score</i> total)	0.39	0.88	0.00	0.50*

\**p*>.05

### ***Tipo de abuso***

**Tabela 13** - Diferenças entre crianças abusadas sexualmente e crianças abusadas fisicamente quanto à aplicação de cada tipo de questão

	<b>Abuso sexual</b> ( <i>n</i> = 10) <i>Média (DP)</i>	<b>Abuso físico</b> ( <i>n</i> = 3) <i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Comentários introdutórios ( <i>score total</i> )	0.55 (0.98)	0.79 (1.37)	14.00*
Questões não-substantivas ( <i>score total</i> )	0.57 (1.20)	0.00 (0.00)	12.00*
Âncoras ( <i>score total</i> )	0.25 (0.53)	0.37 (0.64)	14.00*
Facilitadores ( <i>score total</i> )	37.47 (16.12)	40.59 (16.95)	15.00*
Referências emocionais positivas ( <i>score total</i> )	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	15.00*
Referências emocionais negativas ( <i>score total</i> )	0.24 (0.56)	0.00 (0.00)	12.00*
Questões abertas ( <i>score total</i> )	28.68 (7.75)	20.40 (3.51)	6.00*
Questões diretas ( <i>score total</i> )	17.33 (7.19)	19.94 (9.80)	13.00*
Questões orientadas ( <i>score total</i> )	13.95 (9.64)	11.40 (4.67)	15.00*
Questões sugestivas ( <i>score total</i> )	0.96 (2.08)	6.50 (5.64)	6.50*

\* $p > .05$

**Tabela 14** - Diferenças entre crianças abusadas sexualmente e crianças abusadas fisicamente quanto ao tipo de declarações das crianças

	<b>Abuso sexual</b> ( <i>n</i> = 10) <i>Média (DP)</i>	<b>Abuso físico</b> ( <i>n</i> = 3) <i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Declarações responsivas ( <i>score total</i> )	87.20 (8.33)	90.47 (8.63)	11.00*
Declarações não-responsivas ( <i>score total</i> )	0.95 (1.94)	0.37 (0.64)	13.00*
Declarações divergentes ( <i>score total</i> )	0.21 (0.67)	0.00 (0.00)	13.50*
Declarações em que existe o pedido de esclarecimento ( <i>score total</i> )	3.79 (4.52)	2.81 (3.94)	13.00*
Declarações pouco claras ( <i>score total</i> )	0.85 (1.41)	0.79 (1.37)	15.00*
Não resposta ( <i>score total</i> )	6.99 (5.70)	5.56 (9.62)	11.00*

\* $p > .05$

**Tabela 15** - Diferenças entre crianças abusadas sexualmente e crianças abusadas fisicamente quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão

	<b>Abuso Sexual</b> ( <i>n</i> = 10) <i>Média (DP)</i>	<b>Abuso Físico</b> ( <i>n</i> = 3) <i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Detalhes com Comentários introdutórios ( <i>score total</i> )	0.06 (0.13)	0.00 (0.00)	12.00*
Detalhes com Questões não-substantivas ( <i>score total</i> )	0.24 (0.76)	0.00 (0.00)	13.50*
Detalhes com Âncoras ( <i>score total</i> )	0.10 (0.21)	0.12 (0.21)	14.00*
Detalhes com Facilitadores ( <i>score total</i> )	44.98 (22.85)	44.98 (26.85)	14.00*
Detalhes com Referências emocionais positivas ( <i>score total</i> )	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	15.00*
Detalhes com Referências emocionais negativas ( <i>score total</i> )	0.19 (0.42)	0.00 (0.00)	12.00*
Detalhes com Questões abertas ( <i>score total</i> )	33.47 (17.04)	21.30 (3.90)	9.00*
Detalhes com Questões diretas ( <i>score total</i> )	14.56 (11.45)	21.46 (19.45)	11.00*
Detalhes com Questões orientadas ( <i>score total</i> )	6.00 (4.72)	8.25 (5.95)	13.00*
Detalhes com Questões sugestivas ( <i>score total</i> )	0.38 (0.77)	3.88 (3.36)	6.50*

\* $p > .05$

## Revelação do abuso

**Tabela 16** - Diferenças entre crianças que revelaram o abuso e crianças que não revelaram quanto à aplicação de cada tipo de questão

	<b>Revelação</b> ( <i>n</i> = 9) <i>Média (DP)</i>	<b>Não revelação</b> ( <i>n</i> = 4) <i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Comentários introdutórios ( <i>score total</i> )	0.61 (1.02)	0.59 (1.19)	17.00*
Questões não-substantivas ( <i>score total</i> )	0.63 (1.26)	0.00 (0.00)	14.00*
Âncoras ( <i>score total</i> )	0.40 (0.61)	0.00 (0.00)	12.00*
Facilitadores ( <i>score total</i> )	41.79 (12.64)	30.08 (20.64)	11.00*
Referências emocionais positivas ( <i>score total</i> )	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	18.00*
Referências emocionais negativas ( <i>score total</i> )	0.08 (0.24)	0.42 (0.84)	15.00*
Questões abertas ( <i>score total</i> )	26.23 (8.10)	27.99 (7.96)	16.50*
Questões diretas ( <i>score total</i> )	17.01 (6.85)	20.00 (9.52)	17.00*
Questões orientadas ( <i>score total</i> )	11.07 (5.38)	18.52 (13.04)	9.00*
Questões sugestivas ( <i>score total</i> )	2.18 (3.63)	2.38 (4.76)	15.50*

\* $p > .05$

**Tabela 17** - Diferenças entre crianças que revelaram o abuso e crianças que não revelaram quanto ao tipo de declarações das crianças

	<b>Revelação</b> ( <i>n</i> = 9) <i>Média (DP)</i>	<b>Não revelação</b> ( <i>n</i> = 4) <i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Declarações responsivas ( <i>score total</i> )	88.49 (8.82)	86.76 (7.48)	16.00*
Declarações não-responsivas ( <i>score total</i> )	0.48 (0.59)	1.56 (3.12)	16.50*
Declarações divergentes ( <i>score total</i> )	0.24 (0.71)	0.00 (0.00)	16.00*
Declarações em que existe o pedido de esclarecimento ( <i>score total</i> )	3.02 (3.64)	4.79 (5.84)	17.00*
Declarações pouco claras ( <i>score total</i> )	0.57 (1.16)	1.44 (1.72)	12.00*
Não resposta ( <i>score total</i> )	7.20 (6.00)	5.44 (7.86)	14.00*

\* $p > .05$

**Tabela 18** - Diferenças entre crianças que revelaram o abuso e crianças que não revelaram quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão

	<b>Revelação</b> ( <i>n</i> = 9) <i>Média</i> ( <i>DP</i> )	<b>Não revelação</b> ( <i>n</i> = 4) <i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Detalhes com Comentários introdutórios ( <i>score total</i> )	0.67 (0.14)	0.00 (0.00)	14.00*
Detalhes com Questões não-substantivas ( <i>score total</i> )	0.27 (0.80)	0.00 (0.00)	16.00*
Detalhes com Âncoras ( <i>score total</i> )	0.15 (0.23)	0.00 (0.00)	12.00*
Detalhes com Facilitadores ( <i>score total</i> )	49.40 (19.40)	35.05 (29.22)	12.00*
Detalhes com Referências emocionais positivas ( <i>score total</i> )	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	18.00*
Detalhes com Referências emocionais negativas ( <i>score total</i> )	0.89 (0.27)	0.29 (0.57)	15.00*
Detalhes com Questões abertas ( <i>score total</i> )	30.01 (16.35)	32.11 (16.68)	16.00*
Detalhes com Questões diretas ( <i>score total</i> )	14.56 (11.04)	19.73 (18.24)	16.00*
Detalhes com Questões orientadas ( <i>score total</i> )	4.37 (2.78)	11.35 (5.36)	5.00**
Detalhes com Questões sugestivas ( <i>score total</i> )	1.07 (1.93)	1.47 (2.94)	16.50*

\* $p > .05$

\*\* $p < .05$

### **Relação com o alegado abusador**

**Tabela 19** - Diferenças entre crianças abusadas intrafamiliarmente e crianças abusadas extrafamiliarmente quanto à aplicação de cada tipo de questão

	<b>Intrafamiliar</b>	<b>Extrafamiliar</b>	
	(n = 9)	(n = 4)	
	<i>Média (DP)</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Comentários introdutórios ( <i>score total</i> )	0.72 (1.16)	0.35 (0.71)	16.00*
Questões não-substantivas ( <i>score total</i> )	0.32 (0.95)	0.71 (1.42)	16.00*
Âncoras ( <i>score total</i> )	0.40 (0.61)	0.00 (0.00)	12.00*
Facilitadores ( <i>score total</i> )	34.55 (15.79)	46.38 (13.59)	11.00*
Referências emocionais positivas ( <i>score total</i> )	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	18.00*
Referências emocionais negativas ( <i>score total</i> )	0.19 (0.56)	0.18 (0.35)	16.00*
Questões abertas ( <i>score total</i> )	26.19 (7.71)	28.08 (8.90)	16.50*
Questões diretas ( <i>score total</i> )	19.75 (7.49)	13.83 (6.06)	10.00*
Questões orientadas ( <i>score total</i> )	14.73 (10.00)	10.28 (3.66)	13.00*
Questões sugestivas ( <i>score total</i> )	3.16 (4.31)	0.18 (0.35)	12.50*

\* $p > .05$

**Tabela 20** - Diferenças entre crianças abusadas intrafamiliarmente e crianças abusadas extrafamiliarmente quanto ao tipo de declarações das crianças

	<b>Intrafamiliar</b>	<b>Extrafamiliar</b>	
	(n = 9)	(n = 4)	
	<i>Média (DP)</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Declarações responsivas ( <i>score total</i> )	88.94 (6.71)	85.75 (11.68)	13.00*
Declarações não-responsivas ( <i>score total</i> )	1.10 (2.02)	0.18 (0.35)	12.50*
Declarações divergentes ( <i>score total</i> )	0.00 (0.00)	0.53 (1.06)	13.50*
Declarações em que existe o pedido de esclarecimento ( <i>score total</i> )	2.58 (4.18)	5.78 (4.03)	11.00*
Declarações pouco claras ( <i>score total</i> )	0.64 (1.30)	1.29 (1.53)	14.00*
Não resposta ( <i>score total</i> )	6.74 (6.89)	6.47 (5.84)	17.50*

\* $p > .05$

**Tabela 21** - Diferenças entre crianças abusadas intrafamiliarmente e crianças abusadas extrafamiliarmente quanto ao número de detalhes conseguidos através de cada tipo de questão

	<b>Intrafamiliar</b> ( <i>n</i> = 9) <i>Média (DP)</i>	<b>Extrafamiliar</b> ( <i>n</i> = 4) <i>Média (DP)</i>	<i>U</i>
Detalhes com Comentários introdutórios ( <i>score</i> total)	0.42 (0.13)	0.05 (0.11)	16.00*
Detalhes com Questões não-substantivas ( <i>score</i> total)	0.00 (0.00)	0.60 (1.20)	13.50*
Detalhes com Âncoras ( <i>score</i> total)	0.15 (0.23)	0.00 (0.00)	12.00*
Detalhes com Facilitadores ( <i>score</i> total)	39.73 (21.46)	56.81 (23.45)	11.00*
Detalhes com Referências emocionais positivas ( <i>score</i> total)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	18.00*
Detalhes com Referências emocionais negativas ( <i>score</i> total)	0.13 (0.38)	0.20 (0.40)	16.00*
Detalhes com Questões abertas ( <i>score</i> total)	30.65 (14.87)	30.67 (20.13)	18.00*
Detalhes com Questões diretas ( <i>score</i> total)	19.73 (14.27)	8.10 (3.77)	7.00*
Detalhes com Questões orientadas ( <i>score</i> total)	7.85 (5.20)	3.52 (2.18)	9.00*
Detalhes com Questões sugestivas ( <i>score</i> total)	1.70 (2.46)	0.03 (0.70)	12.50*

\**p*>.05

## **ANEXO 2 – GUIÃO DE ENTREVISTA FORENSE DO NICHD**

## **I. Introdução**

1. **“Olá, eu chamo-me \_\_\_\_\_ e sou \_\_\_\_\_ (identificar profissão)\*. (Apresentar todas as outras pessoas presentes na sala; idealmente não estará mais ninguém presente)**

**Hoje é \_\_\_\_\_ (data)\* e são agora \_\_\_\_\_ (horas)\*. Estou a entrevistar \_\_\_\_\_ (nome do entrevistado/a)\* no/a \_\_\_\_\_ (local)\*.”**

**“Como podes ver, temos aqui uma câmara de vídeo e um microfone para gravar a nossa conversa para ser mais fácil para lembrar-me de tudo o que me vais contar. Por vezes esqueço-me de algumas coisas e a gravação ajudam-me a ouvir com toda a atenção sem ter que estar a escrever tudo o que disseres”**

**“Uma parte do meu trabalho é falar com crianças (jovens) sobre coisas que lhes aconteceram. Encontro-me com muitas crianças (jovens) e assim elas podem contar-me a verdade sobre coisas que lhes aconteceram. Por isso, antes de começarmos, quero ter a certeza que tu compreendeste que é muito importante contar a verdade” (com crianças pequenas explicar: “Aquilo que é verdade e aquilo que é mentira”)**

**“Se eu disser que os meus sapatos são vermelhos (ou verdes), isso é verdade ou é mentira?”**

(Esperar por pela resposta, e depois dizer:)

2. **“Não pode ser verdade, pois os meus sapatos são (pretos, azuis, etc.). E se eu disser que agora estou sentado(a), isso é verdade ou é mentira (certo ou errado)?”**

(Esperar pela resposta)

3. **“Isso é verdade porque como podes ver estou aqui sentada”**

**“Já vi que compreendes o que significa contar a verdade. É muito importante que**

**hoje me digas só a verdade. Tu deves falar-me só de coisas que realmente aconteceram contigo”**

(Pausa)

**4. “Se eu te fizer uma pergunta que tu não percebas, diz “eu não percebi”. Está bem?”**

(Pausa)

**“Se eu não perceber o que tu estás a contar, vou-te pedir para me explicares melhor”**

(Pausa)

**5. “Se eu te fizer uma pergunta e tu não souberes a resposta diz “eu não sei”**

**“Então se eu te perguntar como se chama o meu cão? (Ou o meu filho) O que é que tu respondias?”**

(Esperar pela resposta)

(Se a criança responder, “Não sei”, dizer:)

**6. “Certo porque tu não sabes!”**

(se a criança der uma resposta ao acaso, dizer:)

**“Não, tu não sabes a resposta porque não me conheces. Quando não sabes a resposta não respondas à sorte - diz que não sabes”.**

(Pausa)

**7. “E se eu disser coisas que são erradas deves dizer-me. Está bem?”**

(Espere por uma resposta)

**8. “Então se eu disser que tu és uma menina com dois anos (quando estamos a entrevistar um rapaz de 5 anos, etc.), o que é que tu deves dizer?”**

(Se a criança não o corrigir, dizer:)

**“O que deves dizer se eu me enganar e disser que tu és uma menina de 2 anos**

(quando estamos a entrevistar um rapaz de 5 anos, etc.)?”

(Espere por uma resposta)

**9. “Correto. Agora já sabes o que fazer quando eu me enganar ou disser alguma coisa que não está certa”**

(Pausa)

**10. “Então se eu disser que tu estás de pé, o que dizes?”**

(Espere por uma resposta)

**“Correto”**

## **II. Estabelecimento da Relação**

**“Agora quero conhecer-te melhor”**

**1. “Conta-me coisas que tu gostas de fazer”**

(Espere que a criança responda)

(Se a criança der uma resposta detalhada, passe para a questão 3)

(Se a criança não responder, se der uma resposta curta, ou bloquear, pode perguntar:)

**2. “Eu queria mesmo conhecer-te melhor. Preciso que me contes coisas que gostas de fazer”**

(Espere por uma resposta)

**3. “Conta-me mais sobre (atividade que a criança mencionou no seu relato. Evitar abordar temáticas como programas de televisão, filmes e fantasia)”**

(Espere por uma resposta)

### **III. Treino da Memória Episódica**

#### **Evento Especial**

(Nota: esta secção é adaptada em função do acontecimento)

(antes da entrevista, identifique um acontecimento recente que a criança tenha vivido - primeiro dia da escola, aniversário, celebração de um feriado, etc. - coloque questões sobre este evento. Se possível, escolher um acontecimento que terá sucedido na mesma altura que o alegado ou suspeito abuso. Se o alegado abuso aconteceu durante um dia ou evento particular, questione sobre outro acontecimento)

**“Eu quero saber mais sobre ti e sobre as coisas que tu fazes”**

**1. “Há uns (dias/semanas) foi (Férias/festa de anos/o primeiro dia da escola/outro evento). Conta-me tudo o que aconteceu (no teu aniversário, Páscoa, etc.)”**

(Espere por uma resposta)

**1a. “Pensa bem sobre (atividade ou evento) e conta-me tudo o que aconteceu nesse dia desde que te levantas-te de manhã até (parte do evento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”**

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo esta secção)

**1b. “E depois o que é que aconteceu?”**

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário durante esta secção)

**1c. “Conta-me tudo o que aconteceu depois (parte do evento mencionado pela criança) até tu ires para a cama nessa noite”**

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo esta secção)

**1d. “Conta-me mais sobre (atividade mencionada pela criança)”**

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo esta secção)

**1e. “Há pouco contaste que (atividade mencionada pela criança). Conta-me tudo sobre isso”**

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo desta secção)

(Se a criança realizar uma descrição pobre do acontecimento, continue com as questões 2-2e.)

(Nota: se a criança realizar uma descrição detalhada do acontecimento, diga:

**“É muito importante que tu me contes tudo o que te lembres sobre as coisas que aconteceram contigo. Podes falar-me de coisas boas e coisas más”**

**Ontem**

**2. “Eu quero mesmo saber sobre coisas que acontecem contigo. Conta-me tudo o que aconteceu ontem, desde que tu acordaste até ires para a cama”**

(Espere por uma resposta)

**2a. “Não queria que deixasses nada por contar. Conta-me tudo o que aconteceu desde que acordaste até (alguma atividade ou parte do acontecimento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”**

(Espere por uma resposta)

**2b. “E depois o que é que aconteceu?”**

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo desta secção)

**2c. “Conta-me tudo o que aconteceu depois (alguma atividade ou parte do evento mencionado pela criança) até tu ires para a cama”**

(Espere por uma resposta)

**2d. “Conta-me mais sobre (atividade mencionada pela criança)”**

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo desta secção)

Tradução e adaptação Peixoto, Ribeiro & Alberto, 2010

**2e. “Há pouco contaste que (atividade mencionada pela criança). Conta-me tudo sobre isso.”**

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo desta secção)

**Hoje**

Se a criança não fizer uma descrição detalhada sobre ontem, repita as questões 2 a 2e sobre hoje, usando:

**“Conta-me de tudo o que aconteceu hoje, desde que tu acordaste até chegares aqui”.**

**“É mesmo muito importante que tu me contes tudo o que realmente aconteceu contigo”**

**Parte Substantiva da Entrevista**

#### **IV. Transição para as questões substantivas**

**“Agora que te conheço um pouco melhor, queria falar contigo sobre porque estás aqui hoje.”**

(Se a criança começa a falar, espere)

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação - Exemplo: “o David mexeu-me no pipi” ou “o papa bateu-me”) - prossiga para a questão 10)

(Se a criança faz uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a)

(Se a criança não refere nada sobre a alegação, prossiga para a questão 1)

**1. “Eu percebo que pode ter acontecido alguma coisa contigo. Conta-me tudo o que aconteceu desde o início até ao fim”**

(Se a criança começa a responder, espere)

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10)

(Se a criança faz uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a)

(Se a criança não refere nada sobre a alegação, prossiga para a questão 2)

**2. “Como eu já te disse, o meu trabalho é falar com crianças sobre coisas que podem ter acontecido com elas. É muito importante que tu me contes porque**

**(estás aqui/vieste aqui/eu estou aqui). Conta-me porque achas que** (a tua mãe, o teu pai, a tua avó) **te trouxe aqui hoje** (ou “porque achas que eu estou a conversar contigo hoje)”

(Se a criança começa a responder, espere)

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10)

(Se a criança faz uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a)

(Se a criança não faz nenhuma alegação e o entrevistador não sabe que existiu algum

contacto prévio com outras entidades, prossiga para as questões 4 e 5)

(Se a criança não fizer referência a nenhuma alegação e o entrevistador sabe que existiu algum contacto prévio com outras entidades, prossiga para a questão 3)

**3. “Contaram-me que falaste com (Médico/Professor/Assistente Social/outro profissional) no (data e local). Conta-me do que é que falaram.**

(Se a criança começa a responder, espere)

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10)

(Se a criança faz uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a)

(Se a criança não faz uma alegação e não existem marcas físicas visíveis, prossiga para a questão 5)

(Quando existem marcas físicas visíveis, o entrevistador observou fotografias destas ou lhe falaram delas, ou a entrevista decorre num hospital ou logo a seguir a um exame médico, diga:)

**4. “Vejo (ouvi) que tens (marcas/feridas/hematoma) no/na (localização no corpo da criança). Conta-me tudo sobre isso.**

(Se a criança começa a responder, espere)

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10)

(Se a criança faz uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a)

(Se a criança não faz nenhuma alegação, prossiga com a questão 5)

**5. “Tens andado a ser incomodado ou magoado por alguém?”**

(Se a criança começa a responder, espere)

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10)

(Se a criança faz uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a)

(Se a criança não confirma e não faz nenhuma alegação, prossiga com a questão 6)

**6. “Aconteceu alguma coisa contigo no/em (local/data do alegado incidente)?”**

(Nota: não mencione o nome do alegado suspeito ou qualquer pormenor da alegação)

(Se a criança começa a responder, espere)

((Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10)

(Se a criança faz uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a)

(Se a criança não confirma ou não faz nenhuma alegação, prossiga com a questão 7)

**7. “Alguém te fez alguma coisa que não achaste bem?”**

(Se a criança começa a responder, espere)

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10)

(Se a criança faz uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a)

(Se a criança não confirma ou não faz nenhuma alegação, prossiga com a questão 8)

**PAUSA - ESTÁ PREPARADO PARA CONTINUAR? SERÁ MELHOR FAZER UM  
INTERVALO ANTES DE CONTINUAR?**

SE DECIDIR CONTINUAR, DEVE FORMULAR VERSÕES ESPECÍFICAS DAS

QUESTÕES 8 E 9 COM OS FACTOS DISPONÍVEIS ANTES DA ENTREVISTA.

ASSEGURE-SE QUE ESTAS SUGEREM À CRIANÇA O MENOR NÚMERO DE

DETALHES POSSÍVEL. SE AINDA NÃO FORMULOU AS QUESTÕES, FAÇA UM

INTERVALO, E FORMULE-AS CUIDADOSAMENTE ANTES DE PROSSEGUIR.

**8. “Alguém (fazer breve sumário das alegações ou suspeita sem adiantar nomes para**

**o alegado perpetrador ou providenciar demasiados pormenores)” (Por exemplo:**

**“Alguém te bateu?” ou “alguém mexeu no teu pipi?”)**

(Se a criança começa a responder, espere)

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10)

(Se a criança faz uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a)

(Se a criança não confirma ou não faz nenhuma alegação, continue com a questão 8)

**9.O/A teu/tua professor/a (médico(a)/psicólogo(a)/vizinho(a)) disse-me/mostrou-me**

(“que tu mexeste no pipi de outras crianças/ ”um desenho que tu fizeste”), **e eu queria**

**saber se alguma coisa aconteceu contigo. Alguém** (fazer breve sumário das

alegações ou suspeita sem adiantar nomes para o alegado perpetrador ou providenciar

demasiados pormenores)”. Por exemplo: “Alguém na tua família te bateu?” ou “alguém

mexeu no teu pipi?”)

(Se a criança começa a responder, espere)

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10)

(Se a criança faz uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a)

(Se a criança não confirma ou não faz nenhuma alegação, continue com a secção XI)

## **V. Investigação do(s) evento(s)**

### **Questões Abertas**

**10.** (se a criança tem menos de 6 anos, Repita a alegação usando as palavras da própria criança sem providenciar pormenores ou nomes que a criança não referiu.)

(diga:)

**“Conta-me tudo sobre isso”**

(Espere por uma resposta)

(se a criança tiver mais de 6 anos diga simplesmente:)

**“Conta-me tudo sobre isso”**

**10a. “ E depois o que é que aconteceu?” ou “Conta-me mais sobre isso”**

(Espere por uma resposta)

(Use esta questão as vezes que for necessário até obter uma descrição completa do alegado evento)

(NOTA: SE A DESCRIÇÃO DA CRIANÇA É GENÉRICA, IR PARA A QUESTÃO 12 (DIFERENCIAÇÃO DOS EVENTOS). SE A CRIANÇA DESCREVE UM EVENTO ESPECÍFICO, PROSSIGA PARA A QUESTÃO 10b)

**10b. “Pensa nesse (dia/noite) e conta-me tudo o que aconteceu desde**

(acontecimento precedente já mencionado pela criança) até (alegado evento abusivo conforme descrito pela criança)”

(Espere por uma resposta)

(Nota: utilize esta questão as vezes que forem necessárias para assegurar que todos os detalhes do evento são descritos)

**10c. “Conta-me mais sobre (pessoa/objecto/atividade referidos pela criança)”**

(Espere por uma resposta)

(Nota: utilize esta questão as vezes que for necessária ao longo desta secção)

**10d. “Tu contaste que (pessoa/objeto/atividade mencionada pela criança), contame tudo sobre isso”**

(Espere por uma resposta)

(Nota: utilize esta questão as vezes que for necessária ao longo desta secção)

(Se estiver confuso sobre determinados pormenores (por exemplo, sobre a sequência dos eventos), pode ser útil dizer:)

**“Já me contaste muitas coisas, e isso foi muito útil, mas estou um pouco**

**confuso(a). Para ter a certeza que percebi, começa pelo princípio e conta-me (como é que tudo começou/ o que é que aconteceu exatamente/ como é que tudo acabou/ etc.)”**

### **Questões focalizadas relacionadas com a informação relatada pela criança**

(Se ainda faltam alguns pormenores centrais da alegação ou são pouco claros após a utilização exaustiva de questões abertas, utilize questões diretas. Importante salientar que deve utilizar, sempre que apropriado, questões diretas emparelhadas com questões abertas/solicitações à elaboração)

(Nota: primeiro foque a atenção da criança no pormenor referido, e depois coloque a questão direta)

### **Formato geral das questões diretas:**

**11. Contaste que** (pessoa/objecto/atividade), (realização da questão direta)

Exemplo:

**1. “Tu contaste que estavas nas lojas. Onde estavas exatamente?”** (pausa para a resposta) **“Conta-me mais sobre essa loja”**

**2. “Há pouco disseste que a tua mãe ‘te bateu com essa coisa comprida’. Contame mais sobre essa coisa.”**

**3. “Tu falaste de um(a) vizinho(a). Sabes o seu nome?”** (pausa para a resposta)

**Fala-me sobre esse teu vizinho”** (Não pedir uma descrição)

**4. “Tu disseste que um dos teus colegas viu isso. Como ele se chama?** (pausa para a resposta) **“Conta-me o que ele estava lá a fazer.”**

### **Segmentação dos Eventos**

Tradução e adaptação Peixoto, Ribeiro & Alberto, 2010

**12. “Isso aconteceu uma vez ou mais do que uma vez?”**

(Se o evento aconteceu uma vez, prossiga para o Intervalo).

(se o evento aconteceu mais do que uma vez prossiga para a questão 13. LEMBRE-SE DE EXPLORAR OS EVENTOS INDIVIDUAL E DETALHADAMENTE CONFORME ESTÁ DESCRITO A SEGUIR)

**Exploração de Eventos Específicos Quando Existem Vários**

**Questionamento Aberto**

**13. “Conta-me tudo sobre a última vez (a primeira vez/na altura em que no**

(localização)/na altura que (alguma atividade específica/outra vez que te lembres bem) **em que aconteceu alguma coisa.”**

(Espere por uma Resposta)

**13a. “E depois o que aconteceu?” ou “Conta-me mais sobre isso.”**

(Espere por uma Resposta)

(Nota: Utilize esta questão quantas vezes for necessário ao longo desta secção)

**13b. “Pensa nessa (dia/noite) e conta-me tudo o que aconteceu, desde (eventos precedentes mencionados pela criança até (alegado evento abusivo conforme descrito pela criança)”**

(Espere por uma Resposta)

(Nota: utilize variantes desta questão as vezes que for necessário até que todas as partes do evento sejam elaboradas pela criança)

**13c. “Conta-me mais sobre (Pessoa/objeto/ atividade referida pela criança)”**

(Espere por uma Resposta)

(Nota: Utilize esta questão quantas vezes for necessário ao longo desta secção)

**13d. Tu disseste que** (Pessoa/objeto/ atividade referida pela criança). **Conta-me tudo sobre isso”**

(Espere por uma Resposta)

(Nota: Utilize esta questão quantas vezes for necessário ao longo desta secção)

**Questões focalizadas relacionadas com informação descrita pela criança**

(Se ainda faltam alguns pormenores centrais da alegação ou são pouco claros após a utilização exhaustiva de questões abertas, utilize questões diretas. Importante salientar que deve utilizar, sempre que apropriado, questões diretas emparelhadas com questões abertas/solicitações à elaboração)

(Nota: Primeiro deve focalizar a criança no detalhe mencionado, e só depois coloque a questão direta)

**De seguida está o formato geral das questões diretas:**

**14. “Tu contaste que** (Pessoa/ objeto/ atividade referida pela criança),

(Como/ Quando/ Onde/ Quem/ Qual/ O quê) (conclusão da questão direta)”

Exemplos

**1. Tu contaste que estavas a ver televisão. Onde é que estavas exatamente?**

(Espere por uma Resposta)

**“Conta-me tudo sobre isso”**

**2. “Há pouco contaste que o teu pai “te bateu”. Conta-me exatamente o que ele te fez”**

**3. “Tu contaste que estava lá um amigo. Como é que ele se chama?**

(Espere por uma Resposta)

**“Conta-me o que estava a fazer”**

**4. “Há pouco contaste que o teu tio “etc.” (deu-te um beijo na boca/ fez sexo contigo/ etc.). Conta-me exatamente o que ele te fez.”**

**REPITA TODA A SECÇÃO PARA TODOS OS EVENTOS MENCIONADOS PELA CRIANÇA QUE QUER VER DESCRITOS. A NÃO SER QUE A CRIANÇA TENHA ESPECIFICADO APENAS DOIS EVENTOS, PERGUNTE SOBRE “O ÚLTIMO” E DEPOIS “O PRIMEIRO”, E DEPOIS “OUTRA VEZ QUE TE LEMBRES BEM”.**

## **VI. INTERVALO**

(Diga à criança:)

**“Agora quero ter a certeza que percebi tudo e ver se há mais alguma coisa que preciso de te perguntar. Eu vou só (pensar sobre o que me disseste/ rever as minhas notas/ conferir com NOME)**

(durante o Intervalo, reveja a informação que recolheu, veja se falta alguma informação, planifique o resto da entrevista. **CERTIFIQUE-SE DE FORMULAR AS QUESTÕES FOCALIZADAS POR ESCRITO.**)

### **Depois do Intervalo**

(de forma a obter mais informações importantes que ainda não foram descritas pela criança, coloque questões diretas e abertas adicionais, conforme foi descrito anteriormente). Utilize questões abertas (“Conta-me mais sobre isso”) depois de realizar uma questão direta. Depois de finalizar estas questões, proceda para a secção VII).

## **VII. Obter informação que ainda não foi mencionada pela criança**

(Deve utilizar estas questões apenas se já tentou utilizar outras abordagens e ainda entende que falta informações de relevância forense. É muito importante emparelhar questões abertas (“Conta-me tudo sobre isso”) sempre que possível)

(Nota: No caso de vários eventos, deve direccionar a criança para os eventos relevantes utilizando as palavras da própria criança, colocando questões focalizadas apenas depois de ter dado oportunidade à criança de elaborar sobre os detalhes centrais do evento)

(ANTES DE PROSSEGUIR PARA O PRÓXIMO EVENTO, CERTIFIQUE-SE QUE  
OBTIVE TODAS AS INFORMAÇÕES EM FALTA SOBRE O EVENTO ESPECÍFICO)

**Formato geral das questões focalizadas em informação que ainda não foi  
mencionada pela criança**

**“Quando me contaste sobre (evento específico identificado no tempo ou espaço)  
disseste que (Pessoa(Objeto/Ação). (Questão focalizada)?”**

(Espere por uma Resposta)

(Quando apropriado, continue com uma questão aberta; diga:)

**“Conta-me tudo sobre isso”.**

Exemplos

**1. “Quando me contaste sobre a altura em que estavam na cave, disseste que  
ele(a) tirou as calças dele(a). Aconteceu alguma coisa com as tuas roupas?”**

(Espere por uma Resposta)

(Depois da criança responder, diga:)

**“Conta-me tudo sobre isso”.**

(Espere por uma Resposta)

**2. “Quando me contaste sobre a última vez, contaste que ele te tocou. Ele tocou-te por cima da tua roupa?”**

(Espere por uma Resposta)

(Depois da criança responder, diga:)

**“Conta-me tudo sobre isso”.**

(Espere por uma Resposta)

**3. “Ele tocou-te por baixo da tua roupa?”**

(Espere por uma Resposta)

(Depois da criança responder, diga:)

**“Conta-me tudo sobre isso”.**

(Espere por uma Resposta)

**4. “Contaste que alguma coisa aconteceu no recreio. Alguém viu o que é que aconteceu?”**

(Espere por uma Resposta)

(Depois da criança responder, diga:)

**“Conta-me tudo sobre isso”.**

(Espere por uma Resposta)

**5. “Sabes se aconteceu alguma coisa parecida com outras crianças?”**

(Espere por uma Resposta)

(Depois da criança responder, diga:)

**“Conta-me tudo sobre isso”.**

(Espere por uma Resposta)

**6. “Contaste-me que alguma coisa aconteceu no celeiro. Sabes quando é que**

**isso aconteceu?”**

(Espere por uma Resposta)

(Depois da criança responder, diga:)

**“Conta-me tudo sobre isso”.**

(Espere por uma Resposta)

### **VIII. Se a criança não menciona as informações esperadas**

Utilize apenas as solicitações que são relevantes.

Se tiver conhecimento de conversas em que a informação foi mencionada diga:

**1. “Contaram-me que falaste com (...) no (data/local). Conta-me o que falaram.”**

(Se a criança não fornece mais informação, coloque a questão 2; Se a criança fornece mais informação, diga:)

**“Conta-me tudo sobre isso”**

(Prossiga com outros estímulos abertos?, como **“Conta-me mais sobre isso”**, se necessário)

Se tem conhecimento de anteriores revelações e a informação ainda não lhe foi revelada diga:

**2. Contaram-me (ele/ ela disse-me) que tu contaste (sumário da alegação, especificando sem mencionar, se possível, detalhes incriminatórios). Conta-me tudo sobre isso.”**

(Prossiga com outros estímulos abertos?, como **“Conta-me mais sobre isso”**, se necessário)

**3. Se alguma coisa foi observado, diga:**

**A. “Contaram-me que alguém viu (...). Conta-me tudo sobre isso.”**

(Prossiga com outros estímulos abertos?, como “**Conta-me mais sobre isso**”, se necessário)

Se a criança negar, continue com a 3b.

**B. Aconteceu alguma coisa contigo em/no (tempo/espço)? Conta-me tudo sobre isso.”**

(Prossiga com outros estímulos abertos?, como “**Conta-me mais sobre isso**”, se necessário)

Se a criança apresenta/apresentou lesões ou marcas físicas, diga:

**4. “Vejo (Disseram-me) que tu tens (marcas/te magoaste/tens um dói-dói) no (...).**

**Conta-me tudo sobre isso.”**

(Prossiga com outros estímulos abertos?, como “**Conta-me mais sobre isso**”, se necessário)

**5. “Alguém te (sumário da alegação sem mencionar o nome do alegado perpetrador (a não ser que a criança já tenha referido o seu nome ou fornecido informações incriminatórias)**

Se a criança negar prossiga para a próxima secção.

Se a criança responder afirmativamente diga:

**“Conta-me tudo sobre isso”**

(Prossiga com outros estímulos abertos?, como “**Conta-me mais sobre isso**”, se necessário)

## **IX. Informação sobre a Revelação**

**“Tu disseste porque é que vieste falar hoje comigo. Contaste-me muita coisa e isso ajudou-me a perceber o que aconteceu.”**

(Se a criança referiu que contou a outra pessoa as alegações, prossiga para a questão

6. Se a criança não referiu ter contado a outra pessoa, averigue sobre essa possibilidade dizendo:)

**1. “Conta-me o que é que aconteceu depois (do último evento)”**

(Espere por uma resposta)

**2. “E depois o que é que aconteceu?”**

(Nota: utilize esta questão as vezes que for necessária ao longo desta secção)

(Se a criança referir uma revelação, prossiga para a questão 6. Se não, coloque as questões seguintes.)

**3. “Mais alguém sabe o que aconteceu?”**

(Espere por uma resposta. Se a criança identificar alguém, prossiga para a questão 6.)

(Se a criança confirma mas não a identifica, pergunte:)

**“Quem?”**

(Espere por uma resposta. Se a criança identificar alguém, prossiga para a questão 6.)

**4. “Agora quero saber como é que as outras pessoas descobriram o que aconteceu (último evento)”**

(Espere por uma resposta. Se a criança identificar alguém, prossiga para a questão 6.)

(Se faltar informação, coloque as seguintes questões)

**5. “Quem foi a primeira pessoa, para além de ti e do (alegado ofensor) a descobrir que (alegado abuso descrito pela criança)?”**

(Espere por uma resposta.)

**6. “Conta-me tudo o que conseguires sobre como (“a primeira pessoa mencionada pela criança”) descobriu.”**

(Espere por uma resposta.)

(Depois diga:)

**“Conta-me mais sobre isso”**

(Espere por uma resposta.)

(Se a criança descrever uma conversa, diga:)

**“Conta-me tudo sobre o que falaram”**

(Espere por uma resposta.)

**7. “Mais alguém sabe sobre (alegado abuso descrito pela criança)?”**

(Espere por uma resposta.)

(Depois diga:)

**“Conta-me mais sobre isso”**

(Se a criança descrever uma conversa, diga:)

**“Conta-me tudo sobre o que falaram”**

(Espere por uma resposta.)

(Se a criança não referir que ela contou a alguém pergunte:)

**REPITA TODA A SECÇÃO SE NECESSÁRIO PARA CADA EVENTO DESCRITO  
PELA CRIANÇA**

## **X. Conclusão**

**(Diga:)**

**“Hoje contaste-me muitas coisas, e eu quero agradecer-te por me teres ajudado”**

**1. “Há mais alguma coisa que tu aches que eu deva saber?”**

(Espere por uma resposta.)

**2. “Há alguma coisa que me queiras contar?”**

(Espere por uma resposta.)

**3. “Há alguma pergunta que queiras fazer?”**

(Espere por uma resposta.)

**4. “Se quiseres falar comigo outra vez, podes ligar-me para este número de telefone (forneça à criança um cartão com o seu nome e o número de telefone)”**

## **XI. Tópico Neutro**

**“O que vais fazer hoje depois de sair daqui?”**

(Converse com a criança durante alguns minutos sobre um tópico neutro)

**“São (especifique as horas) e esta entrevista está finalizada”**

Tradução e adaptação: Peixoto, Ribeiro & Alberto, 2010

## ANEXO 3 – EXEMPLO DE UMA TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Nome: N.

Idade: 9 anos

Caso: Abuso Sexual

Perpetrador: Vizinho

Entrevistador: Olha N., como nós te dissemos da última vez, parte da nossa função aqui é falar assim com raparigas da tua idade... como a tua prima... umas mais velhas, outras mais novas também vêm cá... pronto. E nós queremos falar sobre coisas que terão acontecido contigo, ‘tá bem? Pronto. E hoje é muito importante nós falarmos sobre a verdade... falarmos a verdade sobre essas coisas? Está bem? Por exemplo, uma das coisas que eu quero que tu faças é que contes mesmo a verdade. Para isso nós precisamos de saber se tu sabes distinguir a verdade e a mentira. Por exemplo, se eu disser que os meus sapatos, ora vê lá... se os meus sapatos são vermelhos... isso é verdade ou é mentira?

Criança: É mentira.

E: É mentira. Porquê?

C: Porque não é vermelho... os sapatos.

E: Então de que é que cor são?

C: São... pretos.

E: São pretos. Muito bem. Sim senhora. Pronto. Muito bem. Pronto. Outra das coisas que eu queria que tu fizesses é que contasses coisas que aconteceram mesmo contigo... coisas que tu viveste. Não quero que tu contes coisas que ouviste dizer ou que ouviste pessoas a falar, está bem? Coisas que tu viste. ‘tá? Muito bem. Pronto. Outra coisa que te ia pedir era que, quando não souberes responder a alguma pergunta que eu fizer, quero que me digas “eu não sei”. Portanto, se eu te perguntar como é que se chama o meu cão, o que é que tu respondes?

C: Eu não sei.

E: Porquê? Não sabes mesmo, não é? Nem sequer sabes se eu tenho um cão ou não. Muito bem. Pronto. Queria também que tu fizesses o seguinte, se eu te fizer alguma pergunta que tu não percebas deves-me dizer “eu não percebi”, ‘tá bem? Pronto. Porque eu também, se tu disseres

alguma coisa que eu não perceba também te vou dizer assim “olha, explica-me melhor, não percebi”, está bem? Pronto. Outra coisa, se eu disser alguma coisa que é errada... eu quero que tu me corrijas. Por exemplo, se eu disser que és um rapaz de catorze anos... isso está certo?

C: Não.

E: Não. Então?

C: Eu sou uma rapariga de nove anos.

E: És uma rapariga de nove anos. Muito bem. Está bem? Pronto. O importante é que não respondas à sorte. Se não souberes dizes “não sei”, se eu disser alguma coisa errada dizes “não está correto, o correto é desta maneira”... ‘tá bem? Pronto. Olha, agora vamos fazer assim, eu gostava que tu me descrevesse... me contasses o que aconteceu ontem, desde o momento em que tu acordaste, até ao momento em que te foste deitar. Pode ser?

C: De manhã acordei...

E: Hum hum...

C: Depois tomei o pequeno-almoço com a minha mãe... depois a minha mãe adormeceu e eu tive... a minha mãe teve de me levar a casa da minha avó e fui com a mãe da J. para a escola... depois na escola esperei que tocasse, entrei na sala tive música, tivemos a tocar flauta...

E: Hum hum...

C: Depois tivemos a cantar músicas e depois tivemos a lanchar... depois entramos com a professora normal e tivemos a ler histórias e depois fomos ao meio dia... ao meio dia e... tivemos a... a brincar com os nossos amigos e depois entramos para a sala e tivemos a fazer desenhos.

E: Hum hum...

C: E à noite tive na festa do meu irmão.

E: Hum hum...

C: E depois vim para a cama e dormi.

E: Hum hum...

C: E foi assim.

E: Olha, conta-me tudo sobre a festa do teu irmão.

C: Tivemos todos... tivemos a brincar, tivemos com os chapéus, aqueles que se põe na cabeça... depois tivemos a andar de mota com o meu irmão, que a minha mãe e o meu pai lhe deram... e depois tivemos a comer coisas, comemos o bolo do Noddy e foi assim.

E: Hum hum. Ok. Muito bem. Sim senhora. Olha, N., vamos fazer assim, eu agora queria... queria que... queria falar contigo sobre porque estás aqui hoje, porque é que vieste falar connosco. Está bem? Então?

C: Eu não sei porque é que vim aqui falar... a minha mãe não me disse nada.

E: Pronto. Eu percebo que possa ter acontecido alguma coisa contigo. Hum? Olha, conta-me tudo... tudo o que aconteceu desde o início até ao fim.

C: Como assim? Não estou a perceber.

E: Hum hum. Aconteceu assim alguma coisa contigo? Sim?

C: Sim.

E: Sim? Então?

C: Ah... eu e a J....

E: Hum hum...

C: Estávamos à beira... fomos comprar uma coisa à beira do Lidl...

E: Hum hum...

C: Que é à beira de nossa casa. E depois um homem apareceu e disse para nós irmos para casa dele. E para não contarmos... para não contarmos ao nosso pai... ao meu pai, que o dela já morreu e... e depois... e ele mandou-nos ir com ele e a J. disse assim "oh N. vamos?", e eu disse assim "está bem" e depois nós fomos e ele mandou-nos entrar e depois ele ... ele estava-nos a mexer aqui... e depois...

E: Quando tu dizes mexer aqui, explica-me só um bocadinho melhor.

C: Aqui na perna, nesta parte, na coxa...

E: Olha, diz-me tudo sobre mexer na perna, desculpa lá.

C: Mexeu-me assim... e depois eu dei um estalo.

E: Hum hum...

C: E depois ele mostrou a pilinha...

E: Hum hum...

C: E depois ele levantou e depois... eu... nós fomos... o irmão dele apareceu...

E: Hum hum...

C: E ele levou-nos embora... levou-nos embora dali da casa e depois apareceu um amigo do meu pai e ligou para o meu pai e para a mãe dela...

E: Hum hum...

C: Da J. e para a minha mãe.

E: Hum hum...

C: E foi assim. Depois veio a polícia e fomos para a esquadra da polícia, em Matosinhos.

E: Hum hum...

C: Tivemos lá a falar sobre ele. E foi assim.

E: Ok. Olha, conta-me tudo sobre a casa dele.

C: A casa dele era podre... depois tinha... tinha vinho... tinha um gato que era preto... uma gata preta que era a boneca, que se chamava... depois tinha lá lâmpadas... depois tinha vi... espelhos com autocolantes... tinha uma cama... depois... não tinha mais nada... e tinha dois sofás, um ali, outro ali... e era assim... e a porta... a porta estava a tapar com um colchão de cama... que ele tinha tirado da cama que ele dormia.

E: Hum hum. Ok. Olha, N., tu há bocadinho disseste que o irmão dele apareceu. Conta-nos tudo sobre isso.

C: Nós estávamos lá, o irmão dele apareceu...

E: Hum hum...

C: E depois disse assim “o que é que tu estás a fazer às miúdas?! Eu estava a ouvir tudo!” e depois ele disse assim “não estava a fazer nada” e depois ele disse... o irmão dele “anda lá, vão

embora” e depois apareceu... nós íamos embora e apareceu um amigo do meu pai com um amigo tinham ido a casa do outro amigo e depois o... esse amigo do meu pai ligou para ele e para a minha mãe... depois os meus pais vieram, nós estávamos à espera. Depois, tivemos lá e depois o... depois veio o meu pai para a minha mãe, ligaram para a polícia e a polícia veio. Depois tivemos a falar dele no carro... se sabíamos o nome dele...

E: Hum hum... olha, tu há bocado disseste que ele vos mostrou a pilinha... conta-nos tudo sobre isso.

C: Ele... a J. perguntou assim ”tens cuecas?” e ele disse “não, queres ver?” e nós... depois ele abaixou e... e depois ele levantou e a J. disse outra vez “amostra outra vez” e eu disse... e depois ele... ele baixou e depois levantou... depois foi aí que o irmão dele apareceu...

E: Hum hum...

C: E foi assim.

E: Hum hum... ok. Olha, deixa ver se eu percebi bem, foi a J. que disse para ele mostrar?

C: Ah, ele... primeiro ela disse... perguntou se ele tinha cuecas...

E: Hum hum...

C: E ele disse que não. Depois ele amostrou. Depois...

E: Mostrou o quê?

C: A pilinha.

E: Hum hum...

C: Depois levantou... levantou as calças...

E: Hum hum...

C: E depois a J. disse uma vez “deixa-me ver outra vez, se tens cuecas” depois ele abaixou...

E: Hum hum...

C: Depois... e depois ele levantou outra vez e foi assim...

E: Hum hum. Ok. Olha N., estas coisas... foi a única vez que aconteceram, com este senhor?

C: A mim sim, à J. ele já ia tentar levá-la para o mato que é à beira de nossa casa... do café Kiko, mas apareceu o meu pai...

E: Hum hum... olha, e como é que tu sabes disso?

C: Porque a J. contou-me.

E: Hum hum... ok. Muito bem.

C: Ele andava-nos a mandar cartas de amor...

E: Hum hum... olha, conta-nos mais sobre isso.

C: Hum... ele mandava-nos cartas de amor mas não era eu que lia, era a minha mãe e ela não me tinha dito nada, depois é que me disse. E era assim...

E: Hum hum... isso aconteceu depois dessa situação?

C: Sim.

E: Ou antes?

C: Depois.

E: Depois? Ok. Muito bem. Olha N., sobre estas coisas, há assim mais alguma coisa que tu aches importante nós sabermos?

C: Não sei.

E: Pronto. Queres fazer alguma pergunta?

C: Não.

E: Ok. Muito bem.